

ANTONIA ELIANE LOBO CARNEIRO

**“PÉ NA COVA”, OLHO NA CASA: Um estudo de caso do programa Minha Casa,
Minha Vida em Açailândia – MA**

IMPERATRIZ-MA

2024

ANTONIA ELIANE LOBO CARNEIRO

**“PÉ NA COVA”, OLHO NA CASA: Um estudo de caso do programa Minha Casa,
Minha Vida em Açailândia – MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia
– PPGS da Universidade Federal do Maranhão, como requisito
obrigatório para titulação de Mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Questões urbanas e rurais: etnia, cultura, identidade,
alteridades e territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição

IMPERATRIZ - MA

2024

ANTONIA ELIANE LOBO CARNEIRO

**“PÉ NA COVA”, OLHO NA CASA: Um estudo de caso do programa Minha Casa,
Minha Vida em Açailândia – MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia
– PPGS da Universidade Federal do Maranhão, como requisito
obrigatório para titulação de Mestre em Sociologia.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wellington da Silva Conceição – PPGS/UFMA

(Orientador – Presidente)

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Junior – PPGS/UFMA

(avaliador interno)

Profa. Dra. Maíra Machado Martins – PUC - Rio

(Avaliadora externa)

Profa. Dra. Mariana Cavalcanti Rocha dos Santos - IESP-UERJ

(Avaliadora externa)

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Lobo Carneiro, Antonia Eliane.

PÉ NA COVA, OLHO NA CASA: : um estudo de caso do
programa Minha Casa, Minha Vida em Açailândia MA /
Antonia Eliane Lobo Carneiro. - 2024.

116 p.

Orientador(a): Wellington da Silva Conceição.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Sociologia/ccim, Universidade Federal do Maranhão,
Imperatriz, 2024.

1. Programa Minha Casa Minha Vida. 2. Açailândia. 3.
Moradia. 4. Jardim Aulidia. 5. . I. da Silva Conceição,
Wellington. II. Título.

RESUMO

O presente trabalho traz um estudo de caso do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV): no Conjunto Habitacional Jardim Aulidia ou “Pé na Cova” (como é conhecido, por sua vizinhança a um cemitério) nos anos de 2022 a 2024. O bairro está localizado na cidade de Açailândia, no Maranhão com aproximadamente 75.000 m² (7,5ha), estando a 2,5 km do centro da cidade, composto por quase 3.000 (três mil) casas. A pesquisa iniciou em abril de 2022 com a observação flutuante a fim de obter as primeiras informações que possibilitassem descobrir as regras implícitas que movimentavam o Conjunto habitacional. Em 2023, adotando a observação participante, em uma perspectiva de perto e de dentro, possibilitando maior aproximação com nossos interlocutores de modo que pudéssemos conhecer, analisar e compreender como ocorriam as relações, uso e apropriação do espaço, assim como as nuances políticas de moradia inseridas no bairro. Ademais, as referências metodológicas possibilitaram perceber no cenário a segregação socioespacial do território onde está situado o conjunto, do mesmo modo, notou-se a presença de estereótipos como os estigmas, caracterizando-os negativamente em relação a demais grupos e indivíduos de outros bairros da cidade. Nesse viés, pudemos perceber que a estigmatização também ocorria na relação intra-bairro, de modo que a quadra habitada referenciava entre os moradores o perfil da vizinhança, assim como do residente. Por conseguinte, da mesma forma percebemos a existência de uma hierarquia territorial interna no conjunto a partir da diferença entre os próprios moradores nas ações de distinção, que variavam entre mudanças na infraestrutura, assim como a presença de elementos que agregavam valores econômicos a estética do imóvel e da área habitada. Para isso, as observações e conversas junto aos conceitos teóricos permitiram identificar usos e apropriações do espaço a partir da análise das relações sociais dos atores que residem no conjunto habitacional, de modo, que possibilitou compreender como são desenvolvidas as dinâmicas sociais do bairro.

Palavras chave: Programa Minha Casa Minha Vida - Açailândia – Moradia – Jardim Aulidia

ABSTRACT

This paper presents a case study of the Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV): the Jardim Aulidia Housing Complex or “Pé na Cova” (as it is known, due to its proximity to a cemetery) in the years 2022 to 2024. The neighborhood is located in the city of Açailândia, in Maranhão, with approximately 75,000 m² (7.5 ha), 2.5 km from the city center, composed of almost 3,000 (three thousand) houses. The research began in April 2022 with floating observation in order to obtain the first information that would allow us to discover the implicit rules that moved the housing complex. In 2023, adopting participant observation, from a close and inside perspective, allowing greater proximity to our interlocutors so that we could know, analyze and understand how the relationships, use and appropriation of space occurred, as well as the nuances of housing policies inserted in the neighborhood. Furthermore, the methodological references made it possible to perceive the socio-spatial segregation of the territory where the complex is located in the scenario. Likewise, the presence of stereotypes such as stigmas was noted, characterizing them negatively in relation to other groups and individuals from other neighborhoods in the city. In this context, we were able to perceive that stigmatization also occurred in intra-neighborhood relationships, so that the inhabited block referenced the profile of the neighborhood, as well as the resident, among the residents. Consequently, we also perceived the existence of an internal territorial hierarchy in the complex based on the differences between the residents themselves in the actions of distinction, which varied between changes in the infrastructure, as well as the presence of elements that added economic value to the aesthetics of the property and the inhabited area. To this end, observations and conversations together with theoretical concepts allowed us to identify uses and appropriations of space based on the analysis of the social relations of the actors who reside in the housing complex, thus making it possible to understand how the social dynamics of the neighborhood are developed.

Keywords: My House My Life Program - Açailândia – Housing – Jardim Aulidia

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1- Localização geográfica do Conjunto Habitacional	40
Imagem 2 - Conjunto Habitacional Jardim Aulidia.....	42
Imagem 3 – Mapa de distribuição das etapas	48
Imagem 4 – Quadra 60	53
Imagem 5- Residência da quadra 42.....	53
Imagem 6- Planta das casas do conjunto Habitacional.....	54
Imagem 7– Divisa do Conjunto Jardim Aulidia com Cemitério Campo da saudade	60
Imagem 8– Casas abandonadas	67
Imagem 9– Casas reformadas.....	67
Imagem 10 - Box da Polícia Militar	69
Imagem 11– Box da Polícia Militar.....	69
Imagem 12- Placa da obra da Unidade Básica de Saúde.....	70
Imagem 13– Construção da Unidade Básica de Saúde (em andamento)	70
Imagem 14 – Unidade Básica de Saúde provisória	71
Imagem 15 – Médica em atendimento.....	71
Imagem 16- Manifestação pública em defesa do transporte público	75
Imagem 17- Manifestação pública em defesa do transporte público (2).....	75
Imagem 18 - Quadra 36	90
Imagem 19 – Casa na quadra 51	91
Imagem 20 - casas com circuito de segurança e monitoramento	94
Imagem 21 - Rua 10 à direita esquina	98
Imagem 22- Esquerda da Rua 10 esquina.....	98
Imagem 23– Direita da Rua 10 esquina.....	98
Imagem 24– À esquerda - quadra 43, esquina com Rua 10	98
Imagem 25- Quadra poliesportiva da Quadra 56.....	103
Imagem 26– Quadra poliesportiva da Quadra 57	103

AGRADECIMENTOS

Nesses dois anos e meio de muito estudo, esforço e empenho, gostaria de agradecer a quem me acompanhou e foi fundamental para realização deste ápice. Por isso, expresso aqui, através de palavras sinceras, um pouco da importância que elas tiveram, e ainda têm, nesta conquista e a minha sincera gratidão a todas elas.

Indispensavelmente à Ele, força suprema que me sustenta ao longo da jornada humana, fazendo-me persistir mesmo quando as adversidades da vida me impulsionaram à desistência. Por ter me mantido na trilha certa durante a pesquisa com saúde e forças para chegar até o final.

À minha mãe, mulher guerreira que com sua força sempre me motivou a buscar evolução pessoal, profissional e intelectual, estando sempre presente nas minhas lutas, conquistas, choros e alegrias. Suas palavras de apoio e incentivo foram degraus em todas às minhas conquistas e mais uma vez aqui estou concluindo um desejo persistente desde a graduação que mesmo com todos os empecilhos de deslocamento para cidade vizinha, fez-me buscar novas perspectivas como pesquisadora e cientista social. Obrigada por acreditar que eu seria capaz de superar os obstáculos que a vida me apresentou! Ainda que eu viva o restante dos meus dias em agradecimento não serão suficientes para demonstrar o meu amor e gratidão pela amizade e parceria fiel que tens sido desde o meu nascimento.

À minha filha, por me ensinar há 7 anos que o amor é amar sem medidas preenchendo minha vida com sua graça, alegria e amor incondicional que me fortalece a cada amanhecer. Sua chegada mostrou-me força e persistência jamais imaginada. Obrigada por tanto, por compreender as várias horas em que estive ausente por causa do desenvolvimento deste trabalho!

Ao meu esposo, que independente das adversidades que a vida adulta impôs esteve presente neste processo árduo de construção da pesquisa. Quero expressar minha profunda gratidão por todo o apoio e incentivo que você sempre me deu desde 2012 quando nos encontramos e construímos nosso laço com propósito e êxitos. Juntos, construímos nossa família, duas vidas, uma história, uma estrada! Este é só mais uma realização de muitas que virão!

Ao meu orientador Wellington da Silva Conceição pelo afincamento, paciência e dedicação na labuta em prol do resultado final deste trabalho. Seus conhecimentos e experiência de campo foram de grande importância para realização deste momento. Gratidão por acreditar no meu potencial, pela confiança no meu trabalho, respeito e ensinamentos, e pela ENORME paciência e compreensão. Obrigada por não desistir de mim!

Aos professores que compõe a banca avaliadora, ao Professor Clodomir que esteve no início do processo e agora na conclusão com sensibilidade e afinco. À Professora Mariana sempre tão sensível e condescendente, ensinando que é possível ter um lattes enriquecedor e manter-se humana. À Professora Maíra pela empatia, leitura atenta e pelas excelentes sugestões dadas no momento da qualificação sido fundamentais na conclusão deste trabalho. Obrigada!!!! Vocês foram fundamentais para a evolução desse sonho.

E não menos importante, aos amigos que o PPGS (2022) me deu. À Betina Ferreira por ser mais que amiga, best! Por fingir me suportar quando nem eu mesma aguentava! Gratidão por poder compartilhar alegrias, desesperos, choros e claro, vitórias! Enfim livres para voarmos rumo ao doutorado!!! Ao Marcos Madjer por compartilharmos risos, loucuras e desesperos cotidianos, obrigada pelas informações 24h sobre o Brasil e o mundo! Nossa conexão é atemporal! À Alana Lima, companheira de orientação, com quem compartilhei muitas alegrias, preocupações, aflições e trabalho. Quantas descobertas e conquistas! Sem dúvida a maior delas foi sua amizade sincera. À Mariana Santana, a amiga multifuncional: filha, advogada, empresária, uber e que ainda encontra tempo para fazer piadas. Me identifiquei com seu ritmo! Mais que amigas, friends! Obrigada meus queridos amigos, quero agradecer pelo apoio, força, amizade e assistência implacável!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 POLÍTICAS NACIONAIS DE HABITAÇÃO	20
1.1 Do sonho à realidade dos programas habitacionais no Brasil	20
1.2 O direito de morar	25
1.3 Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida.....	26
1.4 O Déficit Habitacional e o PMCMV	29
1.5 Programa Minha Casa, Minha Vida no Estado do Maranhão	32
1.6 Programa Minha Casa Minha Vida em Açailândia – MA.....	35
2 CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM AULIDIA.....	39
2.1 Situando o objeto	39
2.2 Desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida em Açailândia - MA	44
2.3 Ganhei a casa, e agora?.....	50
2.3 Meu bairro, meu estigma	56
2.4 Sonho x Realidade – A infraestrutura do Conjunto Habitacional.....	66
2.5 E o ônibus cadê?	73
2.6 Saneamento básico do Jardim Aulidia.....	77
2.7 De perto e de Dentro – Outras observações sobre o bairro.....	79
3 IDENTIDADES, HIERARQUIA E RELAÇÕES INTRA BAIRRO	85
3.1 Moro no Conjunto, mas, “Eu sou chique, bem!”.....	86
3.2 Hierarquias Intra bairro.....	89
3.3 Relações de Uso e Apropriação	93
3.4 Moradia e mercado	96
3.4 Espaços de Uso Coletivo	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada nas páginas desta dissertação é resultado de um estudo de caso realizado no conjunto habitacional Jardim Aulidia, construído e comercializado a partir de recursos e normas do Programa Minha Casa, Minha Vida¹ na cidade de Açailândia - MA. A importância da pesquisa é pautada na preocupação com o “conhecimento da realidade” (MINAYO, 2007:9), de modo, que se faz necessário compreender como são desenvolvidas as políticas públicas de moradia no sudoeste do Maranhão, assim como as relações sociais dos grupos que habitam seus espaços.

O interesse pelo objeto apresentado ocorreu a partir dos estudos realizados sobre as praças no trabalho de conclusão de curso (TCC) que fiz para a Licenciatura em Ciências Humanas em 2018², que permitiu compreender as relações sociais dentro do espaço urbano das cidades a partir desses locais que geralmente são vistos apenas como cenário de lazer. Tal pesquisa possibilitou conhecer a dinâmica socioespacial, política e econômica da cidade de Açailândia a partir do contexto da Praça da Bíblia, permitindo-me compreender a história, as sociabilidades e as formas de apropriação e uso dos espaços públicos.

Diante disso, a pesquisa em campo permitiu embricar-me em novos cenários que também possibilitam conhecer e compreender a dinâmica socioespacial, política e econômica de uma cidade, de modo que, motivada pelo orientador, o cenário agora é a moradia e não mais as praças. Em ambos os espaços existem relações intrínsecas que são características dos grupos que compõe o local, desse modo, conhecer, compreender e interpretá-las contribui para um entendimento da formação e dinâmica social das cidades.

A urbe em que se insere o lócus da pesquisa é conhecida por ser uma das cidades do estado em pleno desenvolvimento econômico e expansão populacional, assumindo um papel de centralidade para as cidades vizinhas. A cidade surgiu em meados da década de 50, às margens do Riacho Açailândia, com o primeiro grupo de habitantes composto por famílias de

¹ O Programa foi criado pelo governo federal em 2009 com o objetivo inicial de construir 1 milhão de habitações a fim de diminuir o déficit habitacional no país, principalmente para as famílias com renda de até 3 salários-mínimos.

² A pesquisa citada teve como objetivo analisar os principais atores que compõem a dinâmica social e espacial da Praça da Bíblia, na cidade de Açailândia - MA, mais especificamente os usos sociais que são desenvolvidos no referido logradouro, que está localizado entre a Rodovia BR 010 e o bairro Jacu. partiu-se da hipótese de que é possível compreender a história, as sociabilidades e as formas de apropriação e uso do espaço público de uma cidade, a partir da análise desses locais que geralmente são compreendidos como pontos de encontro. CARNEIRO. A.E.L. **A CIDADE E A PRAÇA - Interações, práticas e atores sociais da Praça da Bíblia – ACD.** Trabalho de Conclusão de Curso. Imperatriz. 2018.

trabalhadores que executavam o projeto do Governo Federal de construção da rodovia Belém-Brasília que interligaria a região Norte ao Centro-sul do país. Esse empreendimento foi bastante importante no processo de desenvolvimento da cidade, de modo que, nas palavras de Primo: “trouxe, sem dúvidas o grande progresso, abrindo o caminho de uma nova civilização”. (PRIMO, 1987: 01)

O município está localizado no oeste maranhense, a 70km de Imperatriz³, com população de 106.550 (cento e seis mil e quinhentos e cinquenta) pessoas, segundo censo 2022⁴, representando um aumento de 2,41% em comparação com o Censo de 2010. A cidade foi emancipada em 06 de junho de 1981 pela Lei Estadual nº 4295, onde foi desmembrada do município de Imperatriz. Açailândia é a oitava cidade mais populosa do Maranhão, sendo a 57^a (quinquagésima sétima) na região nordeste e a 292^a (ducentésima nonagésima segunda) no ranking brasileiro. Os limites geográficos da cidade são: ao norte com os municípios de Itinga, a leste com os municípios de Bom Jesus das Selvas e Buriticupu, a sul com São Francisco do Brejão, Cidelândia, João Lisboa e Imperatriz e a oeste com os municípios paraenses de Rondon do Pará e Dom Eliseu.

De acordo com os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o município desenvolveu-se de forma significativa no período de 2010 a 2017 com o seu Produto Interno Bruto tendo crescido 117.6%⁵. A exportação do ferro gusa é a principal fonte econômica de Açailândia gerada por cinco indústrias siderúrgicas instaladas no distrito industrial do Pequiá e uma aciaria, sendo considerado o maior polo cruzeiro do Norte e Nordeste do País, com participação em 35% no PIB total do município em 2017. A cidade possui ainda uma distribuidora da BR Petrobras e o 2º Maior entreposto da Vale no Maranhão⁶ formada pelas

³ Localizada na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, com a população, em 2021, era de 259.980 habitantes (IBGE), sendo, assim, o segundo município mais populoso do estado maranhense. A cidade se estende pela margem direita do rio Tocantins, atravessada pela Rodovia Belém-Brasília, situando-se na divisa com o estado do Tocantins. Imperatriz é o maior entroncamento comercial, energético e econômico do estado, sendo, ainda, o segundo maior centro populacional, econômico, político e cultural do Maranhão. Cidade é cruzamento entre a soja de Balsas, no sul do Maranhão, a extração de madeira, na fronteira com o Pará, a siderurgia em Açailândia e a agricultura familiar no resto do estado, com destaque para a produção de arroz e também das futuras potencialidades como a produção de energia e celulose, com a implantação da Hidrelétrica de Estreito, de Serra Quebrada e da fábrica da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz. Disponível em: <http://imperatriz.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade>. Acesso em julho de 2024

⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/acailandia/panorama>. Apresentação de dados Censo 2022. Acesso em outubro de 2023.

⁵ <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/06/28/populacao-de-acailandia-ma-e-de-106-550-pessoas-aponta-o-censo-do-ibge.ghtml>. População de Açailândia, censo 2022. Acesso em outubro de 2023.

⁶ Entroncamento da Estrada de Ferro Carajás com a Ferrovia Norte-Sul, constituindo-se no maior entroncamento rodoferroviário do Norte e Nordeste do Brasil. Vieira, J. C., & Oliveira, L. A. (2020). **Ferrovia norte-sul: impactos no desenvolvimento de Açailândia e Porto Nacional**. DRd - Desenvolvimento Regional Em Debate, 10, 609–633. <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2793>

Estradas de Ferro Carajás (EFC) que liga o Estado do Maranhão ao Pará, partindo da capital São Luís, passando por Marabá (PA) e finalizando em Parauapebas (PA), quanto à Norte- Sul (FNS), está interliga Açailândia a Barcarena (PA).

A construção da Ferrovia Carajás e Norte-Sul impulsionaram o cenário econômico trazendo desenvolvimento regional e local com o escoamento do ferro gusa pelo eixo ferroviário da Ferrovia Norte-Sul (FNS) desempenhando grande importância na logística brasileira para o escoamento da produção de minerais do país. Estados como Goiás, Tocantins e Maranhão viam na FNS mais uma alternativa de aumentar e escoar sua produção por meio de um sistema de transporte mais barato. A industrialização provocou um encadeamento produtivo no território, com efeito multiplicador na área comercial e de prestação de serviços, contribuindo fortemente para a elevação do PIB do município. Isso mostra como uma estratégia econômica de integração dos meios produtivos pelo transporte ferroviário pode mudar uma localidade.

Diante do desenvolvimento econômico, assim como em outras cidades, Açailândia recebeu projetos ligados ao Programa Minha casa Minha Vida (PMCMV) do Governo Federal, com objetivo de combater o déficit habitacional do país e proporcionar a realização da compra da casa própria para famílias de baixa renda. Iniciado em 7 de julho de 2009 com a promulgação da Lei 11.977, a qual foi alterada para Lei 12.424 de 16 de junho de 2011. No seu artigo 3º está definida a estrutura e a finalidade:

Art. 3º O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas: (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011) I - o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; e (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011) II - o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR. (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011). (BRASIL, [2009]).

A política do programa incentiva a construção de habitações destinadas às famílias de baixa renda a partir do barateamento dos financiamentos e subsídios, provendo teto principalmente para pessoas carentes e que vivem em condição precária de moradia, desse modo, se tornou um difusor no combate ao déficit habitacional no Brasil e ao longo desses 15 anos têm ganhado uma proporção efetiva de política de estado, sendo inegável a relevância do

PMCMV para a provisão habitacional recente assim como para a dinamização econômica do setor imobiliário.

O conjunto habitacional Jardim Aulidia é resultado desta política pública, tendo sido iniciado em 2012 com habitações dirigidas às famílias de baixa renda conforme o critério dos valores adotados de renda familiar do art. 6º “III - quando o teto previsto no dispositivo era de R\$ 1.395,00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais), o valor atualizado não poderia ultrapassar 3 (três) salários mínimos.” A fim de verificar dados, foi realizada uma análise do perfil dos candidatos pela Secretária de Assistência Social do Município de Açailândia – SEMAS, onde na ocasião verificou-se o enquadramento nos requisitos, não só a renda, como também o pertencimento ao déficit habitacional existente antes de ser contemplado pela moradia subsidiada.

O conjunto em destaque é composto por quase 3.000 (três mil) casas, que apesar das construções terem iniciado em 2012⁷, somente em 2018 foram entregues as primeiras unidades e apenas em 2023 sortearam os últimos imóveis. Mediante a grande extensão do conjunto, ressalto aqui, que os primeiros contatos em 2022 foram através de experiências de “observação flutuante” tendo sido a porta de entrada no cenário da pesquisa, desse modo, um olhar abrangente e ao mesmo tempo peculiar que permitiu aproximação com os grupos e atores possibilitando delimitar o espaço de maior expressão e assim organizar a compreensão de como é composto o contexto habitacional do conjunto.

Segundo Pétonnet (1982:1; 4) o método da “observação flutuante” consiste em “permanecer disponível, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso. [...] se deixar flutuar – ou, dito de outro modo, ao se mostrar desatenta ao conhecimento apriorístico –, se deixa conduzir pelo inesperado, pelo modo como as pessoas se apresentam num dado momento e determinado lugar da cidade – em um dado endereço [...]”. Portanto, nesse tipo de sondagem, o urbano é apenas um intermédio que assume a forma de percursos preferenciais, de territórios, seja, tal bairro, tal igreja, tal mercado que caracteriza um aspecto da cidade, isto é, consiste em permanecer vago e disponível em toda a circunstância, em não mobilizar a atenção sobre um objeto apenas, mas em deixá-la “flutuar” de modo que as informações aprofundem sem filtro, sem *a priori*, até o momento em que pontos de referência e convergências apareçam e, então, descobrir as regras implícitas que dão movimento ao Conjunto habitacional Jardim Aulidia.

⁷ Imóveis do Minha Casa, Minha Vida estão abandonados em Açailândia – 12/06/2020 - <https://globoplay.globo.com/v/8622260/>. Acesso em agosto de 2023.

Diante disso, a observação flutuante foi uma técnica de investigação utilizada nos primeiros contatos em campo, ocorrendo esporadicamente em dias e horários alternados a fim de assimilar o cenário e obter um primeiro levantamento dos atores e práticas sociais, a fim de apreender características do contexto onde ocorrem as práticas de maior expressividade dos grupos, de modo que foi possível observar maior movimentação nas ruas “de cima” (primeiras ruas do bairro) considerada pelos moradores como a “rua do comércio” devido o fluxo constante de pessoas diariamente.

O procedimento adotado dialoga com o proposto de Uriarte (2012:1), onde nos diz que “antes de ir campo é necessário obter todo o conhecimento produzido sobre a temática e o grupo a ser pesquisado [...] no campo é necessário ter nosso olhar e ouvir moldados e disciplinados pela teoria [...] ao escrever é necessário pôr em ordem os fatos, traduzi-los e enquadrá-los numa teoria interpretativa”, sendo essa a importância do olhar referenciado antes de ir a campo. Em vista disso, a pesquisa consiste desde início no exercício do ver e ouvir sendo necessário um distanciamento da realidade individual para poder situar-me naquilo que foi observado inicialmente de forma flutuante e depois através da observação participante nas sociabilidades vivenciadas com o grupo.

Nessa perspectiva, por existir no espaço urbano um conjunto de práticas que numa primeira leitura não são visíveis, o uso do método etnográfico se tornou imprescindível, a fim de resgatar essa dimensão dada à incorporação dos atores e suas práticas, permitindo outros pontos de vista sobre a dinâmica do bairro e da cidade. A presente pesquisa trata de um composto de ações e relações que ganham vida a partir do trabalho etnográfico, tal metodologia desempenha um papel fundamental para entender as políticas públicas, assim como suas apropriações.

Em vista disso, a ideia de cotidiano também permeia a pesquisa, entendida aqui como algo produzido nas interações sociais que ocorrem dia após dia (GOFFMAN, 2013). Por esse caminho busca-se delinear um perfil espacial do lócus e dos agentes que ocupam, vivenciam experiências, assim como constroem percepções e dinamizam o bairro, de modo que caracteriza o objeto etnográfico da pesquisa.

Ante o exposto, a etnografia permite identificar e relatar determinadas características do objeto que a princípio seriam despercebidas se fossem analisadas de outro modo. Tal caminho metodológico é indicado para as pesquisas urbanas que não são pautadas, exclusivamente, em fatores externos da cidade, mas conforme as relações entre os atores sociais, entre si e com os espaços. Desse modo, a pesquisa fundamenta-se na relação direta do pesquisador com o objeto de estudo, possibilitando extrair das observações diretas, as relações

e práticas dos atores sociais que compõem os cenários, de modo, que, o observador possa reconstruir sua visão sobre os espaços, permitindo novas vertentes de abordagem.

Nessa perspectiva, Magnani (2002: 1) diz que o método etnográfico propõe resgatar um olhar *de perto e de dentro* sobre a cidade capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que segundo o autor são de *fora e de longe*, sendo estes, incapazes de apreender os indivíduos em suas formas múltiplas. Dessa forma, para que se capture a dinâmica “é preciso situar o foco nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista de cada usuário e nem tão de longe a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas indecifrável e desprovido de sentido.” (MAGNANI, 2002: 20)

O método etnográfico foi escolhido por propor resgatar um “*olhar de perto e de dentro* sobre a cidade capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques que segundo o autor são de fora e de longe, sendo estes, incapazes de apreender os indivíduos em suas formas múltiplas” (MAGNANI, 2002). Uma pesquisa “*extensiva*”, que consiste em ver o maior número de pessoas possível numa área e num tempo determinados” (MAUSS, 1972:15). Tal método exige um Olhar *Sensibilizado* (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1998), que consiste em um olhar teórico sob o que se vê, mas de modo curioso, sempre buscando ver o que o campo nos fala, sendo preciso "deixar o campo nos levar" para compreender como é a dinâmica socioespacial do lócus.

Os procedimentos utilizados na pesquisa são para averiguar os ‘saberes e práticas’ na vida social buscando reconhecer as ações e representações coletivas, ou seja, conhecer as diferenças do outro e compreender, sendo possível a partir de recursos utilizados, combinando e articulando técnicas de recolha de informações e recursos tais como: entrevistas, conversas informais, fontes documentais, caderno de campo, fotografias – “o trabalho do antropólogo não é fotográfico. Ele tem de decidir o que é significativo naquilo que observa e o que deve pôr em relevo na subsequente narração das suas experiências” (EVANS-PRITCHAR, 1972: 83) - e demais instrumentos que surgirem durante o período de realização da coleta de dados desde que proporcionem uma perspectiva multidimensional e possibilite captar a complexidade das manifestações socioespaciais no Conjunto.

Para isso, também é necessário obter explicações fornecidas pelos próprios membros do Bairro Jardim Aulidia e assim obter conforme Cardoso de Oliveira (1998) "modelo nativo", sendo a matéria-prima para o entendimento antropológico. Essas explicações nativas só podem ser obtidas por meio da entrevista ou das conversas informais, que ocorrem despretensiosamente, mas com um ouvir especial, sendo primordial *saber ouvir*. O *ouvir* que se propõe é um ouvir que dá a palavra, não é para ouvir o que se quer, mas para ouvir o que os

interlocutores têm a dizer. “E falamos aqui em interlocutores – não informantes ou entrevistados – porque a palavra cedida se dá num contexto de diálogo, numa relação dialógica, e é nesse diálogo que os dados *se fazem* para o pesquisador.” (URIARTE, 2012:7).

Com o objetivo de explorar as possibilidades neste espaço da cidade, como as formas de sociabilidades e a dinâmica do local, os estudos de Magnani (2002) e Eckert, Rocha (2001) são utilizados como referências na pesquisa, a fim de obter novas/outras interpretações, de modo a desconstruir pré-conceitos, e assim, acrescentar conceitos e procedimentos a fim de analisar etnograficamente o cenário para que sejam estabelecidos parâmetros de recolha de dados para compreender a organização dos atores sociais que utilizam o espaço para saciarem suas necessidades e o dinamizarem.

Parafraseando com Uriarte (2012), Eckert e Rocha (2001: 2) reafirmam que a pesquisa consiste no exercício do ver e ouvir e que para isso é necessário um distanciamento da realidade individual a fim de situar-se no que é observado por meio da participação nas formas de sociabilidades apresentadas. A observação direta foi uma técnica favorável para investigação, usada para assimilar o cenário e obter um levantamento dos atores e práticas sociais, a fim de apreender características do contexto onde ocorrem as práticas de maior expressividade dos atores conforme Magnani (1991, p.1) “etnografia de um espaço não pode ser senão o que ocorre nele”.

Portanto, a utilização de recursos como: caderno de campo, fotografias, entrevistas e conversas informais com os interlocutores durante o período de realização da coleta de dados por meio da observação direta, serão imprescindíveis para que se possa compreender como é composto o contexto do bairro, assim como, as práticas dos grupos atuantes. Com isso, serão mapeados, os ocupantes do Residencial, as relações estabelecidas entre eles, as estratégias de uso e apropriação do espaço público e as principais características sociais deles.

Deste modo, o uso dos referenciais, assim como os recursos utilizados teve como objetivos, identificar, analisar e compreender as sociabilidades, assim como as formas de uso e apropriação do espaço de moradia, tendo como referência o conjunto habitacional PMCMV – Jardim Aulídia.

A pesquisa aborda o contexto das políticas públicas de moradia em Açailândia e as implicações a partir do PMCMV, sendo importante por propor uma reflexão socioantropológica das políticas públicas, e principalmente, por ser a primeira pesquisa sobre o Programa na cidade de Açailândia e sobre os aspectos relacionados aos agentes sociais que compõem o Conjunto Habitacional, assim como uso e relações que o constituem, além da produção de conhecimento sobre o tema no oeste do Maranhão, a fim de contribuir com os estudos urbanos na região.

O tema demonstra que muitas coisas podem ser analisadas a partir desse recorte, referindo-se a temas essencialmente importantes para a sociedade assim como o direito de morar, além de serem importantes para subsídios de políticas públicas de moradia. Para tanto, pretendemos compreender as relações e práticas desenvolvidas no Conjunto Habitacional Jardim Aulidia, assim como, a importância das políticas públicas de moradia.

Para isso, serão caracterizados os atores sociais e seus processos de ingresso no local, relacionando-os com as exigências de perfil do PMCMV; assim como, identificar usos e apropriações do espaço por parte dos moradores, das formas de organização social às alterações físicas na moradia; analisar as relações e práticas sociais a partir da observação das interações entre os moradores, com especial atenção para processos internos de diferenciação.

Para isso, a estruturação do trabalho é segmentada em três capítulos, onde no primeiro apresenta-se um contexto histórico das políticas nacionais de habitação que surgiram a partir da intervenção do Estado na construção do sonho da casa própria como realização psíquica e social do indivíduo. Então, a partir dessa concepção e do direito à moradia assegurado pela Constituição/88 e pelos direitos humanos, serão apresentados históricos econômicos e sociais de projetos habitacionais desde república velha até a criação do Programa Minha, Casa Minha Vida como solução para o déficit de moradia no país. Para isso, serão apresentadas análises numa perspectiva nacional, estadual e municipal, com proposta de analisar as implicações ocasionadas pela política de moradia nos grupos beneficiados.

No segundo capítulo são apresentadas as observações realizadas junto aos conceitos bibliográficos que direcionaram a pesquisa e permitiram identificar usos e apropriações do espaço a partir da análise das relações sociais dos atores que habitam o conjunto habitacional e das dinâmicas sociais do/no bairro. A metodologia utilizada permitiu perceber que o bairro é um espaço mais espontâneo devido as práticas compartilhadas e dialógicas cotidianas de negociação. Nesse viés, serão apresentadas as delimitações territoriais do bairro, assim como as relações sociais de quem o compõem dada reflexão a partir do conceito de estigma de Goffman (1975). Do mesmo modo, os dados obtidos em campo possibilitaram trazer questões relacionais entre os moradores do bairro com o de outras localidades da cidade, assim como a diferenciação que decorre dentro do próprio lócus a partir da quadra em que residem. Neste capítulo também serão listadas algumas divergências dentro no bairro os quais foram encontradas nas práticas de sociabilidade, sendo necessário para compreender a motivação da distinção entre moradores de perfis sociais semelhantes, mas que são divergentes entre si.

No terceiro momento, será desenvolvido o conceito que os moradores dão a si mesmo em referência ao endereçamento na cidade, assim como dentro do bairro. Do mesmo modo,

discutiremos o discurso interno que estabelece sistemas de distinção de classificação econômica e moral entre os moradores a partir do endereçamento da quadra, construindo uma estética de distinção dentro do bairro, assim como em relação a cidade. Será apresentado identidades construídas a partir do uso e apropriação no espaço, assim como as relações que compõe essas estratégias, assim como seus significados e sentidos, conferindo o modo de vida vigente e o caráter peculiar do lócus. Isso se mantém fundamental para entender a relação entre indivíduo e o espaço onde o mesmo se desenvolve por ser uma experiência que cada indivíduo apresenta de maneira diferente, já que se relacionar com o espaço é uma sensação própria, tanto em forma como em tempo, onde muitos fatores devem ser considerados.

1 POLÍTICAS NACIONAIS DE HABITAÇÃO

1.1 Do sonho à realidade dos programas habitacionais no Brasil

O espaço urbano é o ambiente onde habita parte significativa dos cidadãos e, conseqüentemente, sonhos e projetos são construídos, assim como o da casa própria que configura uma das aquisições mais almeçadas pelo indivíduo⁸, dando o sentimento de proteção, estabilidade social, familiar, emocional e profissional.

Nesse contexto, podemos observar a intervenção do Estado no processo de construção do “sonho” ou “desejo” em ter a casa própria como algo que não é intrínseco do indivíduo, partindo da premissa de que estes sofrem influência das campanhas governamentais de políticas públicas de moradia, de modo a relacionar estabilidade social e econômica à aquisição habitacional. Para isso, são utilizados mecanismos publicitários que comovem a sociedade e impulsiona o desejo de ter uma morada e para isso usam elementos emotivos no marketing e publicidade, construindo cenas, como: família reunida na mesa realizando suas refeições - com a visão panorâmica do novo lar; o do trabalhador que finalmente adquiriu sua moradia; e a mãe solo que conseguiu dar um teto para os filhos⁹. São simulações como essas que transmitem a ideia de êxito do indivíduo a partir da aquisição do imóvel.

O caminho habitacional no Brasil foi iniciado na “República Velha entre os anos de 1889 a 1930, onde foram tomadas as primeiras iniciativas pelo Estado para construir habitação de interesse social” (BONDUKI, 1994: 712), sendo está, a origem da intervenção estatal na questão da habitação de dimensão social no Brasil. Ainda segundo Bonduki (1994: 717), a intervenção do Estado em questões habitacionais tinha a intenção tanto em ampliar legalidade do regime, assim como viabilizar mais acumulação de capital em áreas urbanas a partir da redução no custo de reprodução da força de trabalho. Neste cenário, a iniciativa privada não estava sendo suficiente em produzir moradias diante da demanda urbana existente.

Em vista disso, criou-se um programa de produção de moradias e de proteção ao inquilinato a fim de garantir a permanência dos operários na cidade, assim como, a necessidade em obter apoio dos trabalhadores urbanos. Nesse período o inquilinato predominava, e não

⁸ *Ter uma casa própria é o sonho de 87% dos brasileiros, afirma levantamento*

https://cultura.uol.com.br/noticias/46477_ter-um-imovel-proprio-e-o-sonho-de-87-dos-brasileiros-afirma-levantamento.html. Acesso em junho de 2023.

⁹ <https://www.brasildefato.com.br/2023/03/08/mulheres-compoem-60-do-deficit-habitacional-do-pais>. Acesso em set/2023. <https://www.fundacao1demaio.org.br/artigo/deficit-habitacional-reflete-a-desigualdade-do-pais/> acesso em out/2023.

existia mecanismo de incentivo para a aquisição da casa própria e “as principais intervenções se restringiram à concessão de isenções fiscais a proprietários de casas de locação e à resolução de problemas de salubridade” (ROLNIK, 1981).

Nesse percurso, surgiu o decreto-lei do inquilinato de 1942¹⁰ que congelou por dois anos todos os aluguéis pelos valores de dezembro de 1941. O autor Bonduki (1994:711) aponta que o interesse do Estado “de uma maneira geral [...] garantir melhores condições de habitação e de vida urbana aos trabalhadores, aspecto que a propaganda oficial sempre buscou enfatizar”, mantendo-se nas campanhas de publicidade dos dias atuais com a ideia de controle socioeconômico da sociedade.

Foi nesse contexto que surgiram as vilas operárias, grupos de casas construídas pelas indústrias nas proximidades das fábricas para trabalhadores indispensáveis no seu funcionamento, com alugueis baixos ou uso gratuito a fim de os fixarem nas imediações das instalações, mantendo-os sob domínio e evitando greves ou paralisações por meio do controle ideológico, político e moral, ocasionando o medo de perder a casa e tornando-se os primeiros projetos habitacionais de grande dimensão no país. O cenário apresentado ocorreu em uma época que em suma não havia uma responsabilidade do estado em promover moradias, tampouco havia cobranças por parte da sociedade.

Com isso a construção de moradias era realizada pela iniciativa privada, reforçando a postura liberalista praticada pelo Estado durante a República Velha. Nesse período, as atividades agroexportadoras predominavam na economia do país e a indústria caminhava lentamente. Do mesmo modo, houve o avanço de deslocamento de imigrantes estrangeiros e o êxodo rural, havendo uma crescente demanda habitacional incentivando a valorização dos imóveis.

Em virtude do crescente fluxo de migração do campo para a cidade e da permissividade do Estado é que a moradia se tornou uma produção de renda, e com isso, as habitações construídas variavam de acordo com cada faixa de renda, conforme Bonduki (1994: 713) “do cortiço, moradia operária por excelência, sequência de pequenas moradias ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, sem instalações hidráulicas, aos palacetes padronizados produzidos em série para uma classe média que se enriquecia”. É importante ressaltar que a

¹⁰ Decreto-lei do inquilinato, em 1942, que, congelando os aluguéis, passou a regulamentar as relações entre locadores e inquilinos, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadoria e Previdência e da Fundação da Casa Popular, que deram início à produção estatal de moradias subsidiadas e, em parte, viabilizaram o financiamento da promoção imobiliária, e o Decreto-Lei n.º58, que regulamentou a venda de lotes urbanos a prestações.

postura indiferente do Estado nas questões de produção e regulamentação das moradias fez com que os movimentos operários, assim como as demais organizações populares existentes no período, não o vissem como um intermediário nas reivindicações de demandas populares.

Na década de 1940 o Estado começou a trabalhar na produção de conjuntos habitacionais, assim como no financiamento de moradias populares, surgindo então, os Institutos de Aposentadoria e Pensões - IAP's, que junto à Fundação da Casa Popular – FCP tornaram-se os primeiros órgãos habitacionais do Brasil. Vale destacar que os IAP's não eram destinados para resolver o problema habitacional, mas, como complemento de investimento e de preservação dos fundos de reserva da Previdência Social.

A primeira política habitacional para população de baixa renda foi em 1946 com a Fundação da Casa Popular que reforçou os ideais urbanísticos do início do século XX, em que prevalecia a priorização habitacional em planos urbanos. Dessarte, em 1º de maio de 1946 foi sancionado o Decreto Lei Federal nº 9.218, instituindo-a e determinando as atribuições da Fundação, as quais seriam, “proporcionar a brasileiros ou estrangeiros com mais de dez anos de residência no país ou com filhos brasileiros a aquisição ou construção de moradia própria, em zona urbana ou rural.” (BRASIL, 1946).

Passado esse período, em 1964 com o golpe militar, a Fundação Casa Popular e os Institutos de Aposentadoria e Pensões foram desfeitos e deu origem ao Sistema Financeiro de Habitação, sendo criado em 21 de agosto do mesmo ano, sob a Lei nº 4,380, com a finalidade de captar recursos para produção habitacional, assim como, o financiamento, compra e construção da casa própria. Para isso, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH), a fim de viabilizar o acesso a moradia a diferentes hierarquias sociais, porém, mantendo o foco em famílias de baixa renda, conforme Art. 1º:

O Governo Federal, através do Ministro de Planejamento, formulará a política nacional de habitação e de planejamento territorial, coordenando a ação dos órgãos públicos e orientando a iniciativa privada no sentido de estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda. (BRASIL, Lei nº 4.380, 1964).

O BNH só poderia operar com recursos provindos do Sistema Brasileira de Poupança e Empréstimo (SBPE), para isso, captava-se recursos do Fundo de Garantias por Tempo de Serviço (FGTS) que dependia da captação das contribuições determinadas dos empregadores conforme o salário dos empregados; e das cadernetas de poupança e de letras imobiliárias.

O financiamento era concedido aos proprietários das construtoras, e eles por sua vez, eram interessados no barateamento das unidades habitacionais para que assim, pudessem adaptar a iniciativa ao público do qual o Banco Nacional de Habitação (BHN) se dispôs atender, bem como, alavancar os lucros. Como consequência disso, Bonduki (2008: 725) demonstra que houve uma “ruptura entre arquitetura e moradia popular, com graves repercussões na qualidade do espaço construído”.

Com a fundação do Banco Nacional de Habitação buscava-se atender as demandas habitacionais, oferecer crédito aos donos de construtoras para agilizar as obras e impulsionar a economia através do aquecimento da indústria da construção civil e proporcionar aos participantes créditos de longo prazo. Porém, a estratégia favoreceu somente a construção civil, dando pouca oportunidade para alternativas de baixo custo, desta forma, excluindo a população de baixa renda: “o modelo implantado baseava-se no financiamento ao produtor e não ao usuário final” (MÁXIMO; LOPES; PEQUENO. 2010: 2).

A proposta promoveu a diminuição do déficit habitacional que junto ao estímulo da economia produziu uma política de habitação que diminuiu os ânimos progressistas que questionavam o militarismo da época. Segundo Maricato (1987: 30) “o SFH foi uma forma eficaz de ampliar a provisão de habitações no Brasil, seja através da criação e do fortalecimento de empresas capitalistas ligadas ao financiamento, à produção e à venda de moradias ou quando disciplinou a drenagem de recursos de poupança voluntária e compulsórios (FGTS)”¹¹.

Apesar de pontos positivos na construção dos conjuntos habitacionais, outro fator importante foi a implementação de construções de grande porte em espaços periféricos contribuindo para o barateamento dos custos e derivando em imperfeitos preceitos de arquitetura e urbanismo do movimento moderno, e assim, padronizando os componentes e espaços onde estariam situados.

Sendo o financiamento concedido ao produtor, ou seja, às construtoras, a elas interessava a queda do custo da unidade habitacional, não só para que pudessem enquadrar o empreendimento ao público de interesse social ao qual o BNH se propunha a atender, como também para aumentar os lucros. (MÁXIMO; LOPES; PEQUENO. 2010: 2)

¹¹ O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi criado em 1966, é composto por contas vinculadas em nome dos trabalhadores, nas quais as empresas depositam mensalmente valor equivalente a 8% das remunerações que lhes são pagas ou devidas. O Fundo constitui-se em um pecúlio que é disponibilizado quando da aposentadoria, morte do trabalhador ou outras situações estabelecidas na Lei e representa uma garantia para a indenização por tempo de serviço, nos casos de demissão imotivada.

Com a construção em grande escala dos conjuntos habitacionais com arquiteturas semelhantes e sem qualidade projetual gerou-se moradias de baixa qualidade e com problemas territoriais na inserção urbana. Assim, surgiram problemas de localidade por estarem situadas em áreas periféricas, como também a má qualidade das construções, o que transformou os projetos habitacionais em “bairros dormitórios”, devido o distanciamento dos grandes centros e a dificuldade de deslocamento. Mesmo com os problemas apresentados, o BNH conseguiu construir 4,5 milhões de unidades entre os anos de 1964 a 1986, porém:

(...) apenas 33% se destinaram à população de baixa renda, sempre em conjuntos localizados nas periferias urbanas, em áreas onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos. Enfim, por não ser cidade. (ROLNIK, 2009: 4)

Mesmo com resultados significativos de produção habitacional, o BNH não conseguiu atender às famílias de baixa renda devido à maioria dos recursos terem sido para financiar moradias para classes de renda mais elevada. Com o desequilíbrio ocorrido na década de 80 a partir dos reajustes nas parcelas dos financiamentos das casas e com a fragilidade do modelo habitacional do programa houve a necessidade de reformular o sistema, e desse modo, extinguindo o BNH em 1986.

Diante disso, observa-se que o Banco Nacional da Habitação não executou a exatidão esperada e isso se nota a partir dos processos de descumprimentos de pagamentos das parcelas de financiamento das casas que ocorreram devido a crescente inflação da época no Brasil, aliado a dificuldade em suprir o déficit habitacional, principalmente da população com renda de até três salários mínimos.

Outro fator preponderante para o declínio do BNH, foi a estratégia aplicada pelo regime militar em custear os serviços de infraestrutura e saneamento das construções dos conjuntos habitacionais a partir do capital externo, e assim, aumentando a dívida do país. Mesmo com os problemas apresentados, o BNH deixou um legado tanto na infraestrutura dos modelos dos conjuntos habitacionais que são reproduzidos até os dias atuais nos projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida, assim como na utilização de recursos do FGTS para o financiamento de imóveis.

1.2 O direito de morar

Apenas em 1988 que o direito à moradia foi assegurado pela Constituição Federal considerado o princípio da dignidade da pessoa humana, garantindo aos cidadãos brasileiros o direito à moradia, conforme o Art. 6º “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Do mesmo modo, a Declaração dos Direitos Humanos dá direito a um padrão de vida que seja capaz de assegurar ao cidadão e à sua família saúde e bem-estar, assim como a alimentação, vestuário, habitação, atendimento à saúde e serviços sociais, tornando-se indispensáveis. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi instituída em 1948, constituindo a moradia um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo. Conforme consta em seu texto, Artigo 25, Parágrafo 1º:

“Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle”.

Portanto, a moradia atende necessidades psicológicas, culturais, sociais e políticas, assim como direitos relacionados à educação e à saúde, além da disponibilidade de serviços de transporte público, essenciais para locomoção humana e exercício de demais direitos, como à cultura, ao lazer, à assistência social, entre outros, conforme Morais, 2002. Diante disso, observa-se que a habitação adquire características importantes que elevam externalidades efetivas em questões de bem estar social, desse modo:

A habitação é um bem meritório, que apresenta elevadas externalidades positivas em termos de bem-estar social. A provisão de habitação para a população de baixa renda representa um aspecto fundamental das políticas públicas de combate à pobreza, o que garante o acesso da população em estado de exclusão social a serviços sociais mínimos, como moradia e serviços de infraestrutura urbana adequados. (Morais, 2002: 2)

Observemos, que outro fator importante, é a localidade, sendo importante estar situada em local que proporcione oportunidades de desenvolvimento econômico, cultural e social. Que haja nas proximidades ofertas de empregos, fontes de renda, recursos de sobrevivência, espaços culturais e de lazer, assim como, supermercados, farmácias e demais fontes de abastecimento básico para as famílias que habitam o espaço. Mesmo sendo um direito garantido em leis, ainda

não são efetivadas conforme o necessário, no qual frequentemente a política de moradia tem sido confundida com simples construções de habitações em massa, onde são projetados sem qualquer preocupação com as necessidades sociais e culturais dos beneficiados ocorrendo uma simples reprodução tipológica.

Com isso, ocorre uma queda na qualidade produtiva das unidades habitacionais, sendo orientadas apenas pelo valor do lucro, não havendo preocupação se atendem ou não todas as dimensões do direito à moradia, tendo como resultados projetos mal localizados urbanisticamente, além de não possibilitarem acesso ao exercício dos demais direitos, sendo, portanto, insalubres e sem nenhuma infraestrutura social e econômica para população.

Tais fatores induzem diretamente na condição de vida da população baixa renda, de modo que agrava ainda mais a desigualdade social brasileira, seja pelos preconceitos e estigmas sofridos por moradores dessas áreas, quanto pelo lado financeiro, tendo visto que um imóvel propende a ser uma das aquisições mais caras a que se tem acesso, independente da renda.

1.3 Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida

As propostas dedicadas aos problemas de habitação conduzidas por especialistas e lideranças sociais, tais como: entidades empresariais e técnicas, Organização Não Governamentais - ONG's, Sindicatos e membros do poder público começaram em 2000 com Projeto Moradia do Instituto Cidadania que em suas diretrizes buscava a criação do Ministério das Cidades, que detinha como principal prioridade as políticas urbanas e para isso foram promovidas discussões a fim de recolher propostas para o combate do déficit habitacional. De acordo com Bonduki (2009):

Lançado em 2000, o projeto apresentava propostas em três dimensões – gestão e controle social, projeto financeiro e urbano-fundiário – e o enfrentamento da questão não apenas no âmbito do governo federal, mas considerando o conjunto dos agentes que têm alguma responsabilidade no problema da habitação, em plano público e privado. (BONDUKI, 2009: 2)

Nessa perspectiva, em 10 de julho de 2001 foi aprovado o Estatuto da Cidade, que fortaleceu e consolidou o papel dos municípios no planejamento e gestão das cidades para que dessa forma fosse assegurado ao cidadão a execução da política urbana proposta nos art. 182 e 183 da Constituição Federal: Em parágrafo único a Lei nº 10.257 estabelece as normas da sua

vigência e interesse social e desse modo, regulamentar o “uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.” (BRASIL, 2001: 16)

Em seguida, foi instituído em 28 de maio de 2003 sob a Lei nº 10.683/2003 a criação do Ministério das Cidades, tornando-se o responsável pela política de Desenvolvimento Urbano, a fim de concretizar as propostas pensadas pelo Programa Moradia que na prática seria a incorporação de saneamento, transportes urbanos e planejamento territorial para as áreas dos projetos habitacionais. No mesmo ano foi iniciado o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social, propondo atendimento à população urbana e rural promovendo subsídios e financiando casas populares, de acordo com o rendimento dos beneficiários, desta forma, o art. 2º estabelece que pretende “[...] tornar acessível a moradia para os segmentos populacionais de renda familiar alcançados pelos programas de financiamentos habitacionais de interesse social” (BRASIL, 2004).

Junto ao Estatuto da Cidade, em 2004 foi criada a Política Nacional de Habitação – PNH que era coordenada pelo Ministério das Cidades. A política estabelecia como principal meta à população, “especialmente a de baixa renda, o acesso à habitação digna, e considera fundamental para atingir seus objetivos a integração entre política habitacional e a política nacional de desenvolvimento urbano”. (BRASIL, 2004: 29)

A partir disso, foi criado o Sistema Nacional de Habitação¹² para viabilizar a PNH e possibilitar “uma ação articulada entre União, estados e municípios, de modo a evitar a dispersão de recursos e a fragmentação de programas e projetos, e que se promova a integração entre a política habitacional e as políticas de planejamento territorial e fundiária e saneamento”. (BRASIL, 2004). O SNH foi organizado em dois subsistemas: habitação de mercado (ampliação das formas de captação de recursos para o mercado privado) e habitação de interesse social (população da baixa renda), diferentes nas faixas de renda e nas fontes de recursos para execução de cada projeto.

Os princípios que regem a Política Nacional de Habitação são: direito à moradia digna como direito e vetor de inclusão social, de modo que garanta o mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, transporte coletivo, equipamentos, mobilidade, serviços urbanos e sociais, enquanto um direito humano, individual e coletivo, previsto na Declaração

¹² O SNHIS foi instituído pela Lei nº 11.124/05, e demandava que estados, DF e municípios criassem uma estrutura institucional com fundo, conselho e plano de habitação, para que obtivessem acesso aos recursos federais. Os recursos que compõem o SNHIS são: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), o FGTS e o FNHIS.

Universal dos Direitos Humanos e na Constituição Brasileira de 1988. Para isso, o direito à moradia deve ter destaque na criação dos planos, programas e ações, além de colocar os direitos humanos mais próximos do centro das preocupações das cidades.

Nesse panorama da PNH estabeleceu-se fundamentos para a criação do PlanHab¹³ (Plano Nacional de Habitação de Interesse Social) que era coordenado pelo Ministério das Cidades, com meta de criar linhas de crédito de financiamento e programas que suprissem problemas habitacionais de cada região brasileira, e assim, facilitar o acesso ao crédito e os subsídios para famílias de baixa renda.

O principal objetivo desse Plano foi formular uma estratégia de longo prazo para equacionar as necessidades habitacionais do país, apresentando uma estratégia em quatro eixos estruturadores da política habitacional: modelo de financiamento e subsídio; política urbana e fundiária; arranjos institucionais e cadeia produtiva da construção civil. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010: 9)

Todavia, com o lançamento em 2009 do PMCMV, antes da implementação do PlanHab vir à tona, as etapas previstas de planejamento foram ofuscadas. Conforme afirma Bonduki:

Ao publicizar o novo programa antes de apresentar o Plano Nacional de Habitação(PlanHab) – uma estratégia de longo prazo para equacionar o problema habitacional, formulada e debatida por ano e meio, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Habitação, que estava pronta para ser publicada em janeiro de 2009 –, o governo perdeu uma excelente oportunidade para mostrar como uma ação anticíclica poderia se articular com uma estratégia estrutural para atacar um problema brasileiro crônico, no âmbito de um projeto nacional de desenvolvimento com inclusão social. (BONDUKI, 2009: 1)

Nessas circunstâncias o PlanHab se tornou um instrumento importante que consolidou os avanços, assim como apresentou um conjunto de desafios, o qual convidou a sociedade brasileira para certificar e reavaliar, os compromissos da agenda pública com as propostas apresentadas para o enfrentamento das necessidades habitacionais presentes e futuras, sempre que necessário. Como resultado deste amplo pacto a estimativa é de que nos anos posteriores pudesse-se vislumbrar a universalização do acesso à moradia digna no Brasil.

Com os efeitos da crise econômica de 2008, o governo federal lançou mão de uma política de ações que minimizassem os efeitos da alternância entre os períodos de crescimento

¹³ O PlanHab 2009-2023 foi elaborado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades entre os anos de 2008 e 2009, e contou com a consultoria de um consórcio formado pelo Instituto Via Pública, Fupam-LabHab-FAUUSP e Logos Engenharia.

da atividade econômica, e assim, fomentaram a indústria da construção civil e a geração de empregos, através do pacote habitacional do Programa Minha Casa, Minha Vida. De acordo com Silva (2014: 20) “assim, enquanto o PlanHab estrutura uma política habitacional, o PMCMV se configura como um programa de produção de unidades habitacionais, e que responde mais a estratégias de alavancagem do desenvolvimento econômico do País.”

Diante dessas circunstâncias, observa-se, que a habitação está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento econômico e social de uma região, cidade ou país, e desse modo, assume uma posição de destaque nas políticas sociais dos governos, cujo o desempenho deve priorizar a diminuição do déficit habitacional, e não a diminuição da pobreza, pois isso engloba uma série de outros aspectos relacionados às liberdades dos indivíduos que não poderiam ser solucionados somente com a aquisição de uma moradia ou do aumento da renda.¹⁴

1.4 O Déficit Habitacional e o PMCMV

Nesse vies, de acordo com a pesquisa da Fundação João Pinheiro¹⁵ realizada em 2022, o déficit habitacional brasileiro totalizou 6 milhões de moradias, representando 8,3% do total de habitações ocupadas no Brasil. Em comparativo com os dados de 2019, houve um aumento de 4,2% de déficit domiciliares, isso pode ser explicado pelo período sem política de moradia, diante da crise econômica e sanitária ocorrida entre 2020 e 2021 ocasionado pela pandemia Covid.

O problema predomina em famílias com até dois salários mínimos (R\$ 2.824), prioritariamente aqueles da Faixa 1 do Programa Minha Casa, Minha Vida, do governo federal com percentual de 74,5%.¹⁶ O ônus excessivo por aluguel seria o principal responsável pelo déficit, de modo, que as famílias que gastam mais de 30% da sua renda com aluguel são a maioria integrando esse grupo, e, portanto, têm necessidade de uma nova moradia.

¹⁴ A pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. (Sen, 2007, p.109)

¹⁵ instituição responsável pelo cálculo do déficit habitacional do Brasil em parceria com a Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades.

¹⁶ Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/brasil-registra-deficit-habitacional-de-6-milhoes-de-domicilios>.

Vale ressaltar, que déficit habitacional não refere apenas a casos de famílias sem casa, mas às moradias precárias que são improvisadas, ônus excessivo com aluguel, assim como a construção precariedade da infraestrutura de cômodos sem qualquer planejamento e coabitação excessiva. A pesquisa realizada pela instituição indicou déficit habitacional nas regiões do país, sendo de 773.329 no Norte do Brasil; 1.761.032 no Nordeste; 499.685 no Centro-Oeste; 2.433.642 no Sudeste e 737.626 na região Sul.¹⁷

Em uma perspectiva de solução do déficit surgiu o Minha Casa Minha Vida, um programa para a obtenção de moradias para famílias de baixa renda podendo ser na cidade ou no campo. O PMCMV possui normas que determinam os contemplados, dividindo-os em 3 faixas de renda familiar. Estes devem se enquadrar em alguns requisitos sociais e de renda, os quais são: não possuir imóvel em seu nome; famílias que tenham uma mulher como responsável; que tenham na composição familiar pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes; famílias em situação de risco e vulnerabilidade; famílias em áreas em situação de emergência ou de calamidade; famílias em deslocamento involuntário em razão de obras públicas federais; famílias em situação de rua. As concessões do programa são feitas por faixa de renda conforme legislação habitacional em vigor:

A faixa 1, por exemplo, é para renda familiar mensal de até R\$ 2.640, em que o valor do imóvel recebe subsídio de até 95%. São até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270, sem juros. Já a maior faixa de renda atendida, de até R\$ 9 mil de renda familiar mensal, tem financiamento de 8,16% de juros ao ano¹⁸. (SENADO, 2023)

Inicialmente, em 2009, o Programa teve uma meta de 1 milhão de habitações para famílias com renda de até 10 salários-mínimos. A segunda fase do Programa em 2011 propôs a meta de mais 2 milhões de habitações até o final de 2014 e, na terceira fase em 2016 fixou a meta de 2 milhões de unidades adicionais até o final de 2018. Ao longo de 2019, o governo anunciou metas de 400 mil unidades em 2019 e de 500 mil em 2020. Como resultados, até 2020, foram contratadas 6,1 milhões de unidades habitacionais (UHs) e mais de 5,1 milhões entregues, segundo o portal SisHab, do MDR¹⁹.

¹⁷ A atualização dos dados para o ano de 2022 teve como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

¹⁸ Lei 11.977 de 11 de julho de 2009 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111977.htm

¹⁹ Disponível em <http://sishab.mdr.gov.br/>. Acesso em 11 de agosto de 2023.

Recentemente, o Programa havia sido remodelado através da instituição do Programa Casa Verde e Amarela – PCVA, pela Medida Provisória nº 996/2020, convertida na Lei nº 14.118, de 13 de janeiro de 2021, com regulamentação dada pelo Decreto nº 10.600, de 14 de janeiro de 2021. A reformulação expandia o rol de ações do PMCMV, oferecendo soluções para reformas que melhorassem a habitação, assim como a regularização fundiária. O Programa Casa Verde e Amarela esteve vigente até fevereiro de 2023, quando foi revogada a Lei 14.118 de 2021, a princípio pela Medida Provisória 1162 de 2023 e em seguida pela Lei 14.620 de 23 de julho de 2023 que tem por finalidade:

Promover o direito à cidade e à moradia de famílias residentes em áreas urbanas e rurais, associado ao desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural, à sustentabilidade, à redução de vulnerabilidades e à prevenção de riscos de desastres, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade, de segurança socioambiental e de qualidade de vida da população, conforme determinam os arts. 3º e 6º da Constituição Federal. (LEI 14.620 de 2023, art. 1º).

Com a retomada do PMCMV, foram atendidas família residentes em áreas urbanas com renda bruta familiar mensal de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e família residentes em áreas rurais com renda bruta família anual de até R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), consideradas as seguintes faixas em áreas urbanas: **Faixa Urbano 1** com renda bruta familiar até R\$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais) **Faixa Urbano 2** com renda bruta familiar mensal de R\$ 2.640,01 (dois mil, seiscentos e quarenta reais e um centavo) até R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais); **Faixa Urbano 3** com renda bruta familiar mensal de R\$ 4.400,01 (quatro mil e quatrocentos reais e um centavo) até R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

De acordo com Conceição (2018:173-174) o PMCMV parece ter sido apresentado com a intenção política principal de redução do déficit habitacional no Brasil, para isso, o programa teria gestão compartilhada com os municípios²⁰, a fim de descentralizar o processo e facilitar o acesso. Tornando-se obrigação do município analisar o perfil dos candidatos à moradia com base nos dados cadastrais nos órgãos responsáveis da cidade.

Uma das críticas feita ao Programa é que são identificadas mais questões econômicas do que habitacionais e estas, “seria uma marca onde são organizados vários outros subprogramas, modalidades, funções, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes

²⁰ Inicialmente, só os municípios atuavam na ponta do PMCMV, porém, a partir de janeiro de 2014, com a publicação da portaria 21 do Ministério das Cidades, os estados e o Distrito Federal também puderam assumir essa função como entes executores. (CONCEIÇÃO, 2018: 174)

operadores, forma de acesso ao produto, sendo unificados pelo mesmo fim – a aquisição da casa própria.” (AMORE, 2015: 15)

Outras problemáticas apresentadas no Programa são as questões de baixa qualidade dos materiais utilizados nas construções das casas, além da perifização, que consiste na construção em áreas desvalorizadas das cidades, consolidando a segregação da região, ou ainda, quando estão localizadas em espaços até então vazios e sem infraestrutura, de modo que criam outras periferias conforme apontado por Rufino (2015: 65). A hipótese levantada pelo autor é que esses lugares são escolhidos por serem de baixo custo.

Diante do exposto, vemos que discussões sobre a casa, moradia ou habitação vão além de questões subjetivas voltadas apenas ao aconchego ou adequar-se à sociedade. Isso permite pensar que se trata de um bem que se transforma em mercadoria no modo de produção capitalista, porém, com diferenças na produção e no consumo mantendo um acesso desigual.

Nessa perspectiva, as moradias populares se tornaram objeto de reflexão nos estudos urbanos no âmbito da sociologia e da antropologia por ser um tema versátil, um fenômeno abrangente e de grande relevância social por permitir reflexões questões sobre desigualdade social e luta de classes.

1.5 Programa Minha Casa, Minha Vida no Estado do Maranhão

Com o problema de moradia, o Estado é intimado a tomar providências e garantir as condições de habitabilidade para aqueles cuja renda é escassa para resolverem sozinhos seus problemas de habitação. Diante disso, a ação do Estado promove a agenda capitalista quando a produção dos conjuntos habitacionais implica na manutenção da ordem social, higiene e limpeza urbana, assim como do sistema econômico.

O Maranhão ocupa o primeiro lugar em habitação precária no Brasil, com déficit habitacional relativo de 38,1% (570.606 unidades) segundo a PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE, sendo portanto, o mais alto do país²¹ e que para sanar o problema, seriam necessárias 570.606 habitações. São cerca de 158 mil famílias vivendo em condições indignas, só na capital maranhense, são áreas insalubres, alagadas, inundadas, ou com estruturas que comprometem novas construções. O déficit de Moradia é uma realidade que precisa ser enfrentada no Maranhão, um dos estados mais populosos enfrenta um grande desafio

²¹ Disponível em <https://oimparcial.com.br/cidades/2023/08/maranhao-e-o-estado-brasileiro-com-maior-taxa-de-deficit-habitacional/> Acesso em 10 de setembro de 2023.

quando se trata desse assunto. Milhares de famílias maranhenses vivem em condições precárias de moradia.

Sendo assim, a importância em avaliar o déficit habitacional reside no fato de que este deve ser compreendido como um instrumento que informa a necessidade de construção de moradias numa determinada região ou localidade, de modo que as habitações que já existem são inadequadas sendo incapazes de atender dignamente os moradores face a extrema precariedade em que se encontram.

O programa habitacional criado em 2009, tem se mostrado uma importante ferramenta no combate ao déficit habitacional, no entanto, ainda há muito a ser feito no Maranhão para garantir que todas as famílias tenham um lar seguro e adequado. A escassez de moradia digna é um dos principais desafios enfrentados pela população que muitas vezes se vê forçada a viver em áreas de risco, sem saneamento básico e em condições insalubres. A problemática é resultado de diversos fatores, como o crescimento demográfico, a falta de políticas públicas efetivas e a desigualdade socioeconômica.

O Estado possui uma realidade complexa, com uma grande concentração de pessoas em áreas urbanas e rurais, onde muitas famílias vivem em favelas, ocupações irregulares ou em casas de taipa²², sem acesso a serviços básicos como água potável, saneamento básico e energia elétrica. Essas condições precárias afetam diretamente a qualidade de vida e a saúde dessas famílias.

O Governo do Estado informou que desde 2015 já entregou 15 mil títulos reconhecendo o direito a terra no Maranhão e que 11 mil e quatrocentas famílias foram beneficiadas com o PMCMV²³. Porém, com uma demanda crescente por habitação, a falta de moradias adequadas se tornou um problema crítico, gerando impactos negativos na qualidade de vida e no desenvolvimento social da região. No qual, dependendo da produção, a construção de conjuntos habitacionais implica em novas configurações do tecido urbano no Maranhão. E assim, havendo uma expansão da malha urbana, pois, em geral, os conjuntos habitacionais são construídos na periferia, agregando terras rurais ao tecido urbano, isso assemelha ao que Medeiros (2007) analisou nos Conjuntos Habitacionais de Natal que ao assumir características mercadológicas

²² Processo de construção que utiliza no levantamento das paredes arcabouço de varas amarradas ou pregadas em esteios, formando um gradeado, cujos espaços são preenchidos com barro amassado ou com uma argamassa, feita de cal e areia. <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/taipa>.

²³ Disponível em <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2023/08/25/maranhao-e-o-estado-com-mais-familias-que-vivem-em-moradias-precarias-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em junho de 2023.

deixam de suprir a necessidade de moradia digna, correspondendo apenas ao mercado imobiliário:

Essa expansão urbana segue uma lógica capitalista: o acesso ocorre de acordo com o poder aquisitivo de cada indivíduo e sua família. Com a transformação da habitação em mercadoria, sua mais relevante característica, da “necessidade básica”, é relegada ao segundo plano: o acesso via mercado atende primeiro à agenda capitalista, e não ao imperativo social. (MEDEIROS, 2007: 9)

Então, a ideologia da casa própria tem servido como argumento do Estado brasileiro para implementação de uma política habitacional de mercado no país, que com a modificação dos territórios e construção dos conjuntos habitacionais tornou-se fruto dos ideais urbanísticos modernos, surgindo para tentar responder problemas de salubridade na cidade, além de atender a necessidade da produção de habitação em grande proporção, a fim de atender a demanda em massa de déficit habitacional.

Para isso, é necessário ampliar e fortalecer o Programa no Estado, além de investir em políticas públicas que promovam o acesso à moradia de forma sustentável em áreas urbanas e rurais, considerando as necessidades específicas de cada região. Nesse viés, o PMCMV é uma oportunidade única para as famílias que desejam conquistar a sua casa própria com financiamentos acessíveis são opções variadas de moradia e diversas localizações, o programa tem transformado a vida de muitos maranhenses e tem sido uma importante iniciativa do Governo Federal para proporcionar melhores condições habitacionais em todo o país. Uma das principais vantagens do programa é a possibilidade de acesso ao financiamento habitacional com juros mais baixos e prazos estendidos. Isso permite que famílias de baixa renda tenham a oportunidade de adquirir sua casa própria de forma mais acessível, sem comprometer de forma significativa sua renda mensal.

De acordo com dados da Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal, desde 2023 foram entregues mais de 2,9 mil moradias no Maranhão, assim como autorização das retomadas de mais de 1,4 mil habitações com subsídio suplementar de recursos. Na modalidade Entidades foram selecionadas 2.337 moradias em 24 municípios maranhenses²⁴. O Nordeste é

²⁴ nessa linha de atendimento o financiamento é subsidiado a pessoas físicas para produção de residências em áreas urbanas, estas devem estar organizadas por meio de instituições privadas sem fins lucrativos

a região que concentra o maior número de unidades habitacionais nas modalidades rural e Entidades com 64.488 distribuídas entre os nove estados.²⁵

Para o ano de 2024 estão previstas no Maranhão 15.967 unidades da **faixa 1** que irão beneficiar famílias com renda de até 2 salários mínimos (R\$ 2.824 em valores atuais) em 53 municípios do Estado. Entra as cidades, São José de Ribamar concentra 1.910 unidades, considerada a maior parte das novas moradias, em seguida, Caxias (1.662), Codó (1.480), Bacabal (1.460), Imperatriz e Timon, ambas com 1.000 residências.²⁶ Com isso, o programa tem contribuído para a geração de empregos e o aquecimento da economia local com a construção de novas unidades habitacionais que demandam mão de obra e impulsionam a contratação de profissionais da construção civil e movimentam o setor. Essa dinâmica tem impactos positivos não apenas na economia, mas também na qualidade de vida da população, que passa a contar com mais oportunidades de trabalho e renda.

O programa Minha Casa Minha Vida tem sido implementado em parceria com o governo Federal, Estadual e prefeituras municipais, com isso, pretende-se garantir uma seleção adequada dos beneficiários, assim como melhor fiscalização das obras garantindo que sejam executadas de acordo com as normas técnicas e dentro dos prazos estabelecidos, a fim de evitar atrasos e inconsistências na entrega das moradias. A participação ativa dos governos locais promove o fortalecimento e a efetividade do programa permitindo que ele seja adaptado às necessidades específicas de cada região.

No entanto, apesar dos avanços, o programa tem enfrentado problemas similares ao de outros estados, como, a infraestrutura inadequada nas áreas onde as moradias são construídas. Isso ocorre porquê muitas vezes, as regiões escolhidas para receberem os empreendimentos enfrentam problemas como a falta de pavimentação, saneamento básico e deficiências nos serviços públicos oferecidos na localidade do bairro.

1.6 Programa Minha Casa Minha Vida em Açailândia – MA

Em um viés microssocial, adentramos no histórico de moradias populares na cidade de Açailândia a partir da promulgação da Lei Municipal nº 321 de 14 de dezembro de 2009,

²⁵ No Maranhão, 16 mil moradias são selecionadas no Minha Casa, Minha Vida Rural e Entidades — Secretaria de Comunicação Social (www.gov.br). Publicado em 15/04/2024.

²⁶ Maranhão terá 15.967 unidades do Minha Casa, Minha Vida na Faixa 1 — Secretaria de Comunicação Social (www.gov.br). Publicado em 23 de novembro de 2023

sancionada pelo o prefeito Ildemar Gonçalves (2004-2012), o qual dispunha sobre quotas especiais de moradias populares no Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS.

Na ocasião, foi estabelecido a obrigatoriedade nos Programas do Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS, que dentre os grupos identificados, assim como o de menor renda de zero a 03 (três) salários mínimos, quotas específicas de moradia populares para os portadores de necessidades especiais, idosos e família chefiadas por mulheres conforme o seguinte percentual:

- I— 10% (dez) para pessoas com deficiências;
 - II — 5% (cinco) para os idosos;
 - II— 5% (cinco) para famílias chefiadas por mulheres;
 - III- 80% (oitenta) para as demais famílias que se enquadram nos grupos identificados como de baixa renda.
- (LEI MUNICIPAL Nº 321 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2009)

É importante ressaltar, que entre os 10% (dez por cento) direcionadas às pessoas com deficiências, 3% (três por cento) das unidades habitacionais construídas, devem ser adaptadas para cadeirantes com portas de 80 (oitenta) centímetros de largura em todos os cômodos, inclusive os banheiros, rampa de acesso as unidades com inclinação conforme legislação ou normas aplicáveis.

Do mesmo modo, todos os beneficiários devem assumir o compromisso de não vender, locar ou ceder para terceiros o imóvel recebido, assim como, não desviar da finalidade residencial, pelo período de 10 anos. A Lei no *Parágrafo Único*: prevê ainda, que em caso de “não aceitação dos termos deste compromisso, ocasionará a perde imediata do imóvel em detrimento a outro beneficiário constante nos cadastros desta municipalidade.”

Seguindo a estratégia nacional de combate ao déficit de moradia no país, em 18 de agosto de 2014 foi apresentado o Decreto Municipal nº 159 pela a prefeita em exercício Gleide Lima Santos (2012-2016), onde dispunha sobre os parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

Na ocasião, o documento apresentava o perfil das famílias que seriam contempladas inicialmente pelo projeto de empreendimentos Jardim Aulidia²⁷, onde até então seriam

²⁷ O nome escolhido foi uma homenagem póstuma a Aulidia Gonçalves, mãe do Ex Prefeito Ildemar Gonçalves, o qual iniciou o projeto de habitação no município, tendo andamento nas gestões posteriores.

construídas somente 1.500 unidades. Os candidatos são contemplados a partir do Banco de Cadastro de Demandas gerido pela Secretaria Municipal de Assistencial Social.

Na ocasião do processo seletivo, são priorizados os candidatos que se enquadrarem no maior número de critérios nacionais e locais, conforme previsto no Art 3º do Decreto nº 159:

- I – Sorteio de 5% (75) do total de unidades habitacionais entre candidatos da categoria Idosos a partir de 60 (sessenta) anos (critério nacional);
- II – Sorteio de 10% (150) do total geral das unidades (Conforme Lei Municipal nº 321 de 2009) para candidatos com deficiência ou pais que possuam filhos menores de 18 anos com deficiência (critério nacional);
- III – Sorteio de 85% (1.275) do total de casas destinadas à categoria geral, sendo dividido em dois grupos:
 - Grupo I: Sorteio de 75% de unidades de categoria geral, o que equivale a (956) unidades, entre os remanescentes não contemplados nos sorteios anteriores entre candidatos que atendam a partir de 5 critérios entre nacionais e locais;
 - Grupo II: Sorteio de 25% de unidades da categoria geral, o que equivale a (319) unidades, entre os remanescentes não contemplados nos sorteios anteriores entre candidatos que atendam até 4 critérios;
- IV – Sorteio de lista reserva com 600 pessoas, representando 40% do total de casas sorteáveis, em categorias denominada Suplência. (DECRETO MUNICIPAL N. 159 DE 18 DE AGOSTO DE 2014).

Em consonância com a Portaria n. 595 do Ministério das Cidades, 50% ou 1.500 unidades residenciais serão destinadas às famílias cadastradas como moradores de área de risco ou insalubres, ou desabrigados, ficando, portanto, dispensados dos critérios de seleção apresentados anteriormente.

Tudo regularizado junto aos órgãos responsáveis, as obras iniciaram em meados de 2012, de modo que em 2014 ocorreu o primeiro sorteio das unidades habitacionais, porém, apresentando problemas na estrutura física e na rede de esgotos, a obra foi embargada pela vistoria técnica da Caixa Econômica Federal que cancelou a entrega dos imóveis.

Apenas em 28 de junho de 2018 que foram entregues as primeiras unidades habitacionais do programa, sido realizada pelo Secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades, Gilmar Santos, totalizando 1.126 unidades²⁸ constituindo o Conjunto Habitacional Jardim Aulidia, etapa I, II e III, com investimento de R\$ 62 milhões do Governo Federal a fim de beneficiar 4.504 pessoas na cidade.

²⁸ https://abc.habitacao.org.br/index.php/2018/06/29/municipio-de-acailandia-ma-recebe-mais-de-mil-moradias-do-minha-casa-minha-vida/?doing_wp_cron=1716748746.6960840225219726562500

É importante destacar que a lista dos sorteados em 2014 e que foram contemplados em 2018 sofreu modificações, tendo visto a demora na entrega dos imóveis, assim como a transição da gestão municipal que desde 2009 (com promulgação da Lei 321) até a entrega das primeiras unidades, a cidade teve três gestões municipais. Diante do longo período de estagnação da obra foi necessária a atualização dos dados cadastrais na Secretária Municipal de Assistência Social e que após atualizados, alguns que haviam sido contemplados em 2014 não estavam mais aptos a receberem a casa, surgindo então, novos contemplados.²⁹

A partir desse contexto histórico, o projeto habitacional do bairro assumiu uma importante participação na formação social da cidade, por constituir parte da realidade econômica e sociocultural de Açailândia.

²⁹ A informação apresentada foi obtida pela Líder da Associação de Moradores do bairro, Cris Monteiro. Posteriormente, iremos apresentar com mais precisão os dados obtidos nas conversas com nossa interlocutora.

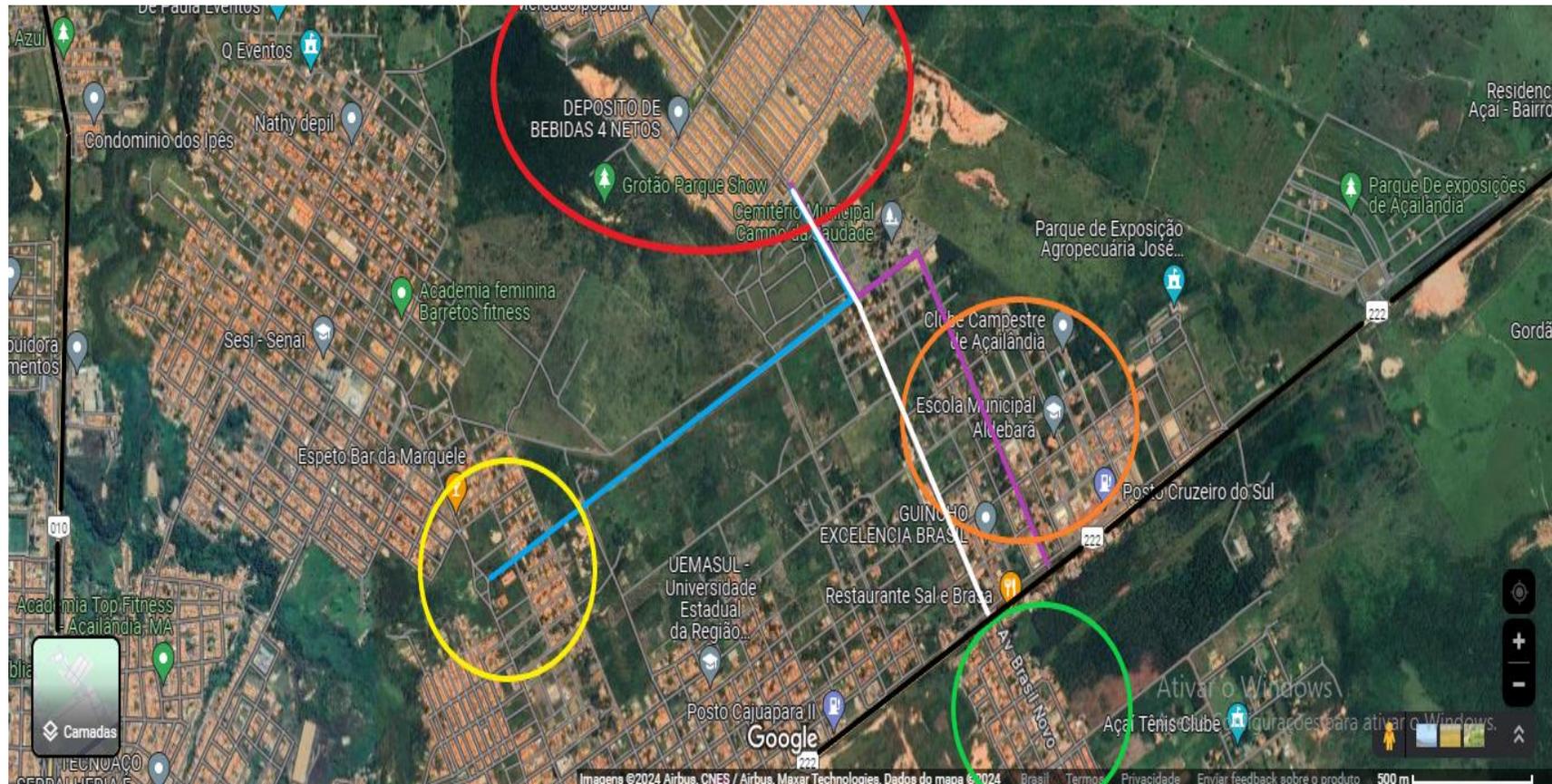
2 CONJUNTO HABITACIONAL JARDIM AULIDIA

2.1 Situando o objeto

A localização do cenário da pesquisa está situada um pouco distante dos principais pontos urbanos da cidade, que conforme apresentando anteriormente, estão em uma área considerada de baixo valor imobiliário. Para assimilarmos da melhor forma os dados discutidos, abaixo apresentaremos uma imagem do Conjunto via *google street view*³⁰, este recurso foi utilizado por permitir melhor análise da localização, divisão e dimensão territorial do conjunto. Com a imagem em uma dimensão macro poderemos situar o Conjunto Habitacional em relação ao demais pontos da cidade. Segundo Maricato (2009: 43) a localização está na base do entendimento das dinâmicas de segregação socioespacial no meio urbano. Dessa forma, o mercado privado legal monopoliza as boas localizações e a população de baixa renda ocupa o que sobra.

³⁰ Segundo Levy (2012) o Street View surgiu como um desenvolvimento do Google Maps e o objetivo era mostrar lugares para os usuários transmitindo uma ideia de teletransporte real para os locais que buscassem. Com uma combinação de mapas e fotografias, esse produto gera a sensação de imersão na paisagem urbana, pois possibilita ao usuário navegar por um mapa e, com dois cliques, “descer” para as ruas e quadras, visualizando casas, pessoas e as paisagens urbanas a partir da perspectiva de um observador terrestre.

Imagem 1- Localização geográfica do Conjunto Habitacional



Fonte: Google Street View (2024)

Explorando a imagem acima, está destacado em vermelho o território objeto da nossa pesquisa, e ao sul do bairro está os bairros Vila Ildemar e Residencial Tropical (em verde), é importante ressaltar que estes bairros até a habitação do Jardim Aulidia, detinham o estigma de “bairros mais violentos da cidade”. Ao Leste (em laranja) está o bairro Parque da Nações onde está situada a Prefeitura Municipal e ao oeste (em amarelo) estão os bairros Nova Açailândia, Capeloza, Jardim América e parte da Vila São Francisco.

Duas Rodovias dividem e interligam a cidade ao país, entre elas a BR 010 ou Belém-Brasília (em preto) que percorre os estados do Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, ligando o Norte ao Sul do país. Do mesmo modo, a BR 222 (em preto) interliga os estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, caracteriza-se como o ponto de acesso mais antigo ao conjunto habitacional mesmo estando a 2,5 km de distância do bairro, sendo trafegados pela Rua Venezuela (em lilás) até o início da Avenida Radial Leste (em azul) em frente o cemitério, em seguida à direita adentra-se na Rua Paraguai (em branco) até chegar nas primeiras casas do conjunto habitacional.

Atualmente, o bairro dispõe de outro ponto de acesso que se dá ao longo de 2,7Km da Avenida Radial Leste (em azul) possibilitando chegar até a entrada do Conjunto Habitacional. o trajeto é composto em sua maior parte por áreas desabitadas e com pouca iluminação noturna, mas devido a pavimentação ocorrida em 2022 o fluxo de transeuntes pelo local aumentou. O trajeto começa dentro do bairro na Rua Paraguai (em branco) percorrendo 450m de uma área desabitada até chegar ao cemitério, depois à esquerda segue-se pela Avenida Radial Leste até o entroncamento do Bairro Nova Açailândia com os Bairros Capeloza e Jardim América possibilitando chegar ao centro da cidade, podendo ser este outro fator preponderante para a escolha do caminho frequente pelos moradores, tendo visto que a Rua Paraguai inicia às margens da Rodovia, porém é desprovida de pavimentação e com aclives e declives.

Apresentada a perspectiva macro, faz-se necessário conhecer as demarcações internas do bairro para ambientar o cenário de campo. Nele buscaremos situar o leitor sobre as principais ruas e avenidas, pontos de serviços disponíveis aos domiciliados, assim como os locais de uso comum.

Imagem 2 - Conjunto Habitacional Jardim Aulidia



Fonte: Google Street View (2024)

A imagem permite visibilizar a dimensão territorial do bairro, assim, como identificar ruas e serviços públicos disponíveis. O percurso inicia pela Rua Paraguai (trajeto em branco) que é a única via de entrada e saída do bairro, e, portanto, conhecida pelos moradores como “Rua do Acesso ou Avenida do Acesso” que inicia às margens da BR 222 e segue no logradouro até a quadra 58. Nesta rua estão situadas as principais redes de assistência aos residentes. Ao chegar no bairro, no primeiro quarteirão à esquerda está localizado um posto da Polícia Militar estando a 100 metros de uma parada de ônibus escolar. Mais adiante, seguindo pela "Avenida" no final da Quadra 58 está localizada a residência onde funciona provisoriamente a Unidade Básica de Saúde– UBS, e em frente está a quadra poliesportiva do bairro que foi degradada pouco tempo depois da entrega das primeiras unidades. Em seguida, percorrendo até o final da quadra 65 e virando à direita na 62 avistamos a construção da Creche Escolar que estava prevista desde 2012 no início das obras do Projeto Habitacional.

A Rua destacada em vermelho é a Três com característica predominantemente residencial e com raros pontos comerciais, diferente da Rua que é referência no bairro, a Rua 10 (em verde) caracterizada devido número considerável de atividades comerciais e do fluxo constante de transeuntes adquiriu o perfil de “rua do comércio” identificada assim pelos moradores; Entre as duas ruas estão localizadas lado a lado as obras mais aguardadas pelos moradores, a unidade básica de saúde e uma nova quadra de esportes, inclusive com pistas de skate, ambos na quadra 39; a Rua Onze (em azul) é a única que permeia o bairro, passando pela Rua Paraguai até a quadra 49.

A observação em campo, assim como a imagem satélite permitiu notar que ainda existem unidades desabitadas nas primeiras quadras do lado esquerdo e direito assim que adentramos no bairro pela Rua Paraguai. Inicialmente, nas primeiras idas a campo, ainda em 2022 estranhei que o cartão postal do bairro fossem casas abandonadas e degradadas, sendo impossível entrar no bairro sem passar por elas. Com o tempo, estando mais presente no cenário e buscando informações sobre o ocorrido, fui direcionada pelo meu orientador que procurasse dados junto à Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), e partir disso, pude saber mais sobre as “casas abandonadas” na entrada do bairro.

Em conversa com a representante do departamento SEMAS, fui informada que isso ocorreu porque o projeto foi realizado por várias construtoras, e que nem todas entregaram as casas no prazo esperado, ocorrendo ainda, de algumas abandonarem a obra inacabada, como foi o caso das unidades que são a porta de entrada do bairro.

Com o ocorrido a organização territorial não ocorreu de forma síncrona, de modo que não houve uma ordem nos sorteios de distribuição das quadras, sendo outro dado informado pela servidora Ellen Raquel Silva que está lotada desde 2017 e que durante a pesquisa tornou-se nossa principal interlocutora do departamento. A informante tem contato direto com os candidatos contemplados pelo programa por desempenhar diversas funções dentro do setor, sendo inclusive, visitadora dos Programas Sociais, assim como, o de assistente do técnico Adalberto Borgaço, o principal responsável pelo Programa Minha Casa, Minha Vida no município. De início, busquei contato com o Coordenador do departamento, mas nas diversas idas ao setor o encontrei apenas uma vez e o mesmo pediu que Ellen me atendesse porquê estava organizando os documentos para o sorteio das últimas etapas de casas que seriam entregues. Nas visitas posteriores ao sorteio das casas, não o encontrei mais, pois geralmente estava em reunião com Secretária da SEMAS, ou na prefeitura resolvendo demandas do Programa Habitacional. Portanto, os documentos, dados e informações sobre o projeto desde o seu início até o momento atual foram repassados a mim pela sua assistente que sempre esteve disponível para diálogos e esclarecimentos de dúvidas, conforme o apresentado a seguir.

2.2 Desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida em Açailândia - MA

Neste momento, farei um breve histórico do processo de construção das unidades até a entrega delas, na ocasião os dados apresentados foram obtidos junto ao Departamento da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), sido fornecido documentos, mapas e informações sobre a trajetória do PMCMV do Conjunto Habitacional Jardim Aulidia.

O processo, ou sonho, se assim pudermos dizer, iniciou em 2009 com a criação da Lei das Cidades que chegou até Açailândia com a Lei Municipal nº 321 que dispunha sobre quotas especiais de moradias populares no Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS para o projeto habitacional que seria realizado na cidade, e então, em 2012 iniciaram as construções.

Durante os dois anos posteriores as obras seguiam lentamente, ocorrendo paralizações devido o abandono de obra pelas construtoras contratadas, sendo necessário novas licitações. Nesse período, em agosto de 2014 com o Decreto Municipal nº 159 foram apresentados os parâmetros que seriam priorizados no projeto, e só então, iniciaram

o processo de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, a partir do cadastramento/inscrição dos candidatos que tivessem o perfil apto ao projeto.

Entre as exigências estabelecidas para participar do cadastro era impreterível que o concorrente fosse morador de Açailândia, entre outro pré-requisitos para enquadramento no programa habitacional. Sobre essa exigência Borge (2003:164-165) no livro Tempo de Brasília destaca que comumente são exigidos em projetos habitacionais que os candidatos sejam moradores da cidade para concorrer à vaga, desse modo, a população teria “suas crenças e condutas (seu hábito) fortemente orientadas pela legislação e políticas públicas locais” demonstrando ser uma sociedade governada, o que segundo o autor causa um efeito sobre a realidade local, “permite que o poder seja exercido de forma assimétrica, sem que isto seja percebido como ilegítimo” Portanto, seria um método utilizado pelo Estado para classificar a população merecedora dos bens oferecidos por ele.

Não era somente esse dado que os capacitariam à vaga no Conjunto Habitacional, o candidato deveria ainda ser brasileiro nato ou naturalizado; Estar com cadastro ativo e atualizado no Cadúnico do município de Açailândia; Ser detentor de visto permanente no país, no caso de estrangeiro; Ter idade mínima de 18 anos ou ser emancipado; Possuir renda bruta familiar mensal de até R\$ 2.640,00 (dois mil seiscentos e quarenta reais); Ter residência no município de Açailândia; Não ter sido contemplado com outro imóvel em programas habitacionais, nacional, estaduais ou municipais em todo território brasileiro; Não ser usufrutuário, nu-proprietário ou proprietário, cessionário ou promitente comprador, de imóvel residencial no território nacional; Não estar cadastrado no Sistema Integrado de Administração de Carteiras Imobiliárias (SIACI) e/ou Cadastro Nacional de Mutuários (CADMUT). Não estar inscrito junto ao CADIN-Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, por fim, possuir idade igual ou superior a 60 anos para o grupo de idosos.

Após essa etapa de realização do cadastro na SEMAS, o candidato aguardaria a data prevista do sorteio das unidades habitacionais que seriam realizados publicamente, o último (2023) inclusive, ocorreu no estádio da cidade e foi transmitido via rádio e mídias sociais. Por fim, o contemplado ou suplente retorna ao departamento da SEMAS para atualizar os dados apresentados no ato da inscrição para fins de averiguação e somente depois que passará para etapa seguinte que é o sorteio da Quadra e Rua onde irá habitar.

De antemão, entre o cadastro e a contemplação houveram rupturas na continuidade do projeto por diversos motivos, entre os quais a troca de gestão municipal (2012-2016) interferiu fortemente no processo. O início da inconstância começou em maio de 2015 quando ocorreu a primeira cassação, que durou um mês³¹. Em julho do mesmo ano, foi novamente suspensa do cargo, e dessa vez, definitivamente, onde na ocasião quem assumiu foi o Vice-Prefeito Juscelino Oliveira até ser eleito prefeito em 2016. A transição no poder público da cidade influenciou diretamente no processo de realização do sonho da casa própria por usarem as construções dos imóveis como peça importante na disputa eleitoral.

A exemplo dessa manobra política, o sorteio das primeiras unidades ocorreu no final de 2014, dois anos após o início da construção, ainda na gestão de Gleide Santos, porém, devido a troca de gestor ocorrida em 2015 e de problemas na estrutura das unidades a obra foi embargada por aproximadamente um ano o que ocasionou a troca da construtora responsável. Entre os problemas apresentados para paralização, estava a parede-meia que é uma parede comum a duas edificações que estão uma ao lado da outra formando a estrutura física das casas do projeto. O ocorrido causou desconforto e desilusão para quem esperava o imóvel, que mesmo depois de ter sido contemplado não havia certeza sobre o futuro devido instabilidade na entrega das casas.

As obras retornaram em 2016 com a construtora Canopus Construções LTDA e em 2017 foram finalizadas as Etapa I, II e III do Conjunto Jardim Aulidia. Então, ocorreu o tão esperado sorteio onde foram contemplados 1.500 candidatos que após conformidade de dados apresentados no cadastro tornaram-se aptos a receberem o imóvel. como o ocorrido com a Líder Comunitária do bairro, Dani:

Eu ouvi um zum-zum que iriam dar umas casas e que tinha que ir na “Ação Social”, e então, eu ia todo dia lá, o pessoal até já me conhecia. Na época eu não tinha 18 anos, mas eu ia mesmo assim, porquê eu morava de aluguel com minha avó e ela estava doente. Então, eu queria uma casinha pra gente morar. Mas demoraram tanto entregar as casas que quando ganhei eu já era casada e tinha filhos e já vim morar com eles.

O relato apresentado demonstra a árdua espera desde a notícia de construção de casas para grupos baixa renda até o conferido direito de moradia. Segundo nossa

³¹ <https://oimparcial.com.br/politica/2015/07/prefeita-de-acailandia-e-cassada-por-vereadores-do-municipio/>

interlocutora, houve a espera de quase oito anos³² da data em que ela ouviu um “boato” de casas populares até a entrega das chaves. Ela nos contou ainda, que após a contemplação e conferência de dados e comprovada a aptidão ao Programa Habitacional, ocorreu um segundo sorteio, o do endereço e que só mediante isso que descobriu a quadra e a rua que iria residir, e posteriormente, foi convocada para assinatura do contrato de aquisição do imóvel, assumindo a responsabilidade de pagar as parcelas referente ao financiamento, na ocasião, o valor de R\$ 80,00 (oitenta reais).

Quanto ao sorteio do endereço, fomos informados pela SEMAS que ele é realizado aleatoriamente pelo órgão responsável pelo projeto, ou seja, pela Caixa Econômica Federal a partir das quadras que tiveram suas obras finalizadas e liberadas pela vistoria técnica.

O sorteio aleatório dos endereços confundiu-me em campo, de modo, que é comum encontrarmos pessoas que foram sorteadas na etapa I, habitarem nas quadras de referência da etapa II ou III e vice-versa. Em outra circunstância observei que os moradores usavam as quadras como referência de endereço, e ao meu ver, os habitantes das quadras estavam desconexos com a ordem em que haviam sido sorteados, impossibilitando uma triagem histórica do percurso habitacional a partir do sorteio do imóvel. O equívoco pode ser entendido a partir da fala de Ellen que nos orientou sobre a desordem nos endereços:

No caso das etapas, é de acordo com que cada construtora entrega, então assim, elas que decidem. [...] aí ocorre isso de ter quadras “misturadas” como no caso da etapa I que tem casa na quadra 43 e 42, aí etapa VI e VII já estão na quadra 68, 66, aí a VIII e IX tá misturado também, 61 e 62, aí assim, não tem como eu te dizer uma ordem sequencial, ficou aleatório. Mas com o mapa dá pra ter melhor noção do que estou falando.

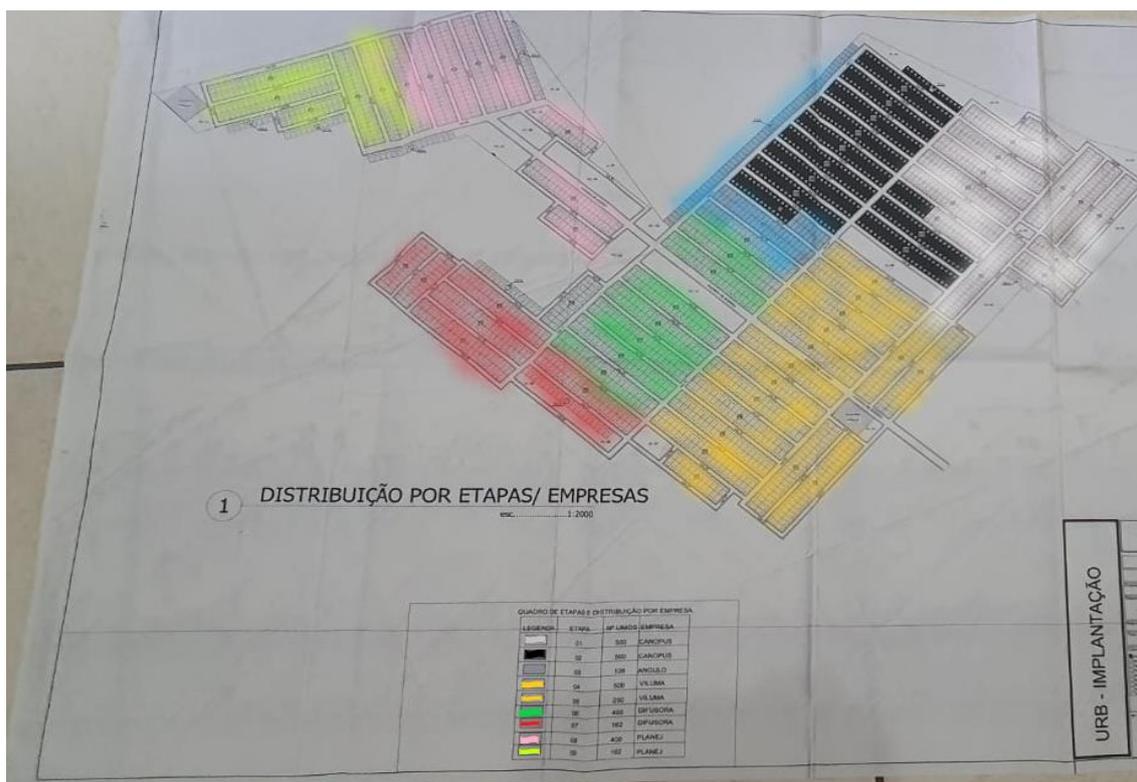
O diálogo desta informação ocorreu em fevereiro de 2024, onde na ocasião tivemos acesso ao mapa que foi elaborado pela construtora que finalizou a obra das primeiras unidades, as etapas I, II e III.

Pelo mapa observaremos que assim como não houve uma ordem na entrega das obras, também ocorreu uma rotatividade nos endereços que foram entregues aleatoriamente por sorteio, desse modo, condicionando um hibridismo sociocultural, no

³² O cálculo realizado é feito a partir de 2009 com a promulgação da Lei que estabelecia a construção de moradias populares na cidade e que foi disseminada a informação sobre construção de mais de mil casas populares na cidade. Nossa interlocutora nos disse que começou a ir na “Ação Social” em 2011 quando ainda era menor de idade.

qual grupos diferentes, com experiências e vivências até opostas passaram a dividir o mesmo espaço. A Análise sobre o fato surgiu em vivência de campo ao observar que não haviam ruas com predominância de determinados grupos, a exemplo, com maior número de idosos, mães solas, pessoas com deficiência, percebemos características heterogêneas, podendo ser pontuado como um fator positivo na composição do projeto habitacional.

Imagem 3 – Mapa de distribuição das etapas



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social -SEMAS (2024)

A plotagem é um mapa produzido pela construtora Canopus que foi entregue a Roberto Bogaço, responsável pelo departamento do Programa Minha Casa, Minha Vida na SEMAS. Nela consta a divisão das construções em quadras e separadas em cores. A divisão por cores é para controle interno do departamento, sendo este, o único mapa do bairro que foi encontrado após busca em diversos departamentos da cidade, inclusive no de Infraestrutura, onde fui informada que o único mapa do bairro havia sido produzido por um engenheiro, ex-coordenador do setor, que havia ido embora para outro estado e o levou.

Nas cores preto, branco e azul são as Etapas I, II e III que foram as primeiras a ser entregues, totalizando 1.126 unidades. Em seguida foram entregues as Etapas VI (verde), VII (vermelho) em 20 de outubro de 2020, depois a VIII (rosa) e IX (verde claro) em 20 de novembro de 2020, faltando finalizar atualmente as IV e V (laranja) que foram sorteadas em agosto de 2023, mas que até o momento aguardam liberação da vistoria técnica para entrega das chaves aos contemplados que aguardam a quase um ano. A informação apresentada também demonstra que a ordem numérica das etapas não é definida pela ordem de conclusão de obra, de modo, que as IV e V serão as últimas a serem habitadas.

Com isso, as unidades que não foram entregues continuam desabitadas e com risco de vandalismo. Como ação preventiva sobre isso a prefeitura disponibilizou seguranças que ficam no local durante o dia e a noite, havendo rodízio entre a equipe, mesmo sendo um pequeno efetivo, no total de apenas 6 vigilantes para as 750 unidades que faltam ser entregues³³. Apesar da quantidade singela de segurança no local, ainda assim, isso demonstra o cuidado do poder público que em outras ocasiões deixaram-nas sem proteção e sofreram depredação conforme constatado nas observações realizadas no bairro em 2022.

As etapas VI, VII, VIII e IX foram as penúltimas a serem entregues pelo projeto e isso ocorreu por problemas semelhantes ao apresentado anteriormente desde questões políticas como a infraestrutura. Na ocasião para concluir as quatro etapas foi necessário que a Caixa Econômica Federal realizasse uma nova licitação para contratar outra construtora diante da desistência da empresa Canopus em dar continuidade no serviço. Problemas como esses, com construtoras comprometem o projeto habitacional de interesse social, considerando que deveriam ser construídos mais rapidamente que as demais construções convencionais diante da carência dos candidatos a serem beneficiados.

Nessa perspectiva, com as constantes descontinuidade da obra ao longo desses doze anos existem pessoas que ainda não obtiveram o êxito desejado com o Programa Habitacional, que mesmo tendo sido contempladas ainda indispõem do imóvel devido a burocracia prevista pelo órgão responsável. Do outro lado, estão aqueles que depois da longa espera e por estarem aptos ao programa, conseguiram conquistar o tão sonhado

³³ Informação obtida com o vigilante no turno da tarde no dia 24 de maio em frente a construção da Unidade Básica de saúde.

imóvel, porém, com o passar dos anos, as perspectivas mudaram e o desejo de habitar o local também. É com essa prerrogativa que daremos início a outra moldagem do bairro, ganhei a casa e agora?

2.3 Ganhei a casa, e agora?

Com a demora na entrega das unidades surgiram novas perspectivas ao longo do percurso, onde quem ganhou a casa já dispunha de um imóvel, mas mesmo assim, não queria se desfazer do direito dado à moradia pelo programa habitacional.

Um caso semelhante foi presenciado durante as visitas no mês de julho de 2023 onde conhecemos nossa interlocutora Bruna de 36 anos, casada e mãe de uma jovem de 19 anos. Ela foi contemplada no sorteio de 20 de novembro de 2020, porém, no momento da entrega da casa ela já havia conquistado a casa própria e mais próxima do centro da cidade sendo a justificativa dada para não ter ido morar no bairro. O curioso é que o bairro em que ela mora atualmente não está tão próximo ao centro da cidade conforme mencionado por ela, mas, reconheço que a distância ao centro da cidade é consideravelmente menor, além de estar localizado às margens da Rodovia BR010.

Na ocasião do sorteio, Bruna decidiu seguir adiante com o processo até o recebimento das chaves, decidindo que continuaria pagando o valor de R\$ 80,00 relativo à parcela do financiamento até surgir um inquilino ou um comprador que pudesse assumir o ágio. O diálogo apresentado assemelha-se ao utilizado por moradores do Conjunto Cidade de Deus no Rio de Janeiro, quando na ocasião Valladares (1980:13) percebe a presença de famílias provenientes de fora da favela que adquiriram casas no conjunto pela cessão de direitos, de modo que o pagamento do ágio repassou o direito ao Programa de habitação popular.

Ainda em conversa com a domiciliada, soubemos que até aquele mês (julho de 2023) a casa estava fechada e com algumas parcelas atrasadas, mas que naquele mesmo mês havia recebido uma proposta de compra, onde a pessoa passaria a quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e assumiria as parcelas restantes. Mais uma vez, recorremos à análise de Valladares (1980:16) constituindo-se importantíssima para o debate, de forma que assim como percebido por ela “o mercado imobiliário local viu-se sacudido pela súbita valorização dos preços dos barracos, disputados por não-moradores de favela desejosos de acesso ao programa da casa própria, cuja prioridade, nessa instância, era pra as favelas.” Do mesmo modo, assim como o observado na Cidade de Deus, o Conjunto

Habitacional Jardim Aulidia que até então havia sido construído para famílias de baixa renda estava sendo remodelado por grupos sociais diferentes para o qual foi projetado. Assumiu-se, portanto, uma composição diversificada:

assistia-se uma substituição progressiva das populações originárias por outros residentes voluntários. Eram pessoas com melhor situação financeiras, e que acediam ao SFH não mais via instituições competentes, mas através de uma transação direta com o mutuário, de quem comprava os direitos da habitação. (VALLADARES, 1980:17)

Durante o período em campo, constatei que o fato é corrente, gerando mecanismos informais que distorcem do sistema habitacional e colocam em questionamento o planejamento logístico e técnico do projeto. Todavia, o imóvel é mantido no nome do antigo proprietário apesar imóvel ser ocupado por novo morador. Nesse processo ocorre o chamado “contrato de gaveta”³⁴ sido utilizado por diferentes classes sociais, esse modelo visa firmar uma transação, de forma que traga alguma garantia legal às partes envolvidas no contrato, caso o comprador ou vendedor não consiga preencher os requisitos legais para adquirir o imóvel.

Desse modo, realiza-se um contrato particular entre as partes interessadas como uma medida acautelatória mesmo sem o reconhecimento em cartório e configurando uma forma informal, assim como uma ilegalidade mediante o impedimento previsto pela minha casa minha vida que proíbe os beneficiários enquadrados na Faixa 1 do programa de não poderem vender ou alugar o imóvel antes de terminar o prazo do financiamento que são 10 anos. Salvo, em caso de quitação antes desse prazo que poderão vender, conforme previsto na Lei n. 11.977/2009. Caso contrário, as punições são a retomada do imóvel pela Caixa Econômica Federal, assim como a proibição em participar novamente do Programa.

Mesmo com a opção apresentada acima, em conversas com quem adquiriu a casa por ágio, soube que geralmente a garantia que se têm é a palavra de cumprimento do acordo cabendo ao comprador o dever de pagar as parcelas restantes e ao final obter o direito de transferir o imóvel para seu nome, e ao vendedor, o dever de desocupar a casa

³⁴ Em página do site do Superior Tribunal de Justiça (STJ) discute-se a validade desses contratos, e, apesar de apontarem irregularidades na sua execução, afirma-se que não há como considerar o contrato de gaveta nulo e/ou inválido, simplesmente por essas razões. Disponível em: <http://www.stj.gov.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=109768>.

caso habite nela e ao final do processo acordado transferir o imóvel depois da quitação para o novo proprietário.

Por outro lado, Fabrícia na época da contemplação morava em residência própria no bairro Jacu, que fica às margens da Rodovia BR010 na divisa com o centro comercial da cidade, mas por motivos da relação não oficializada com o homem com quem morava, optou por ir morar no Conjunto Jardim Aulidia assumindo parcelas de R\$ 80,00 (oitenta reais) mesmo estando distante do eixo central da cidade. “Para muitas dessas famílias, o Programa apareceu como esperança de estabilidade, proporcionada em grande medida pela propriedade privada.” (RUFINO, 2015:70). A presença desse sentimento é identificada na fala da nossa interlocutora ao ter “ganhado a casa”, sendo mãe de três filhos, foi contemplada em 2017 da etapa II e que depois de esperar quase um ano finalmente pode mudar para o domicílio:

Eu me cadastrei bem no início, eu não morava de aluguel, mas a casa não estava em meu nome, apesar de morar com ele há muito tempo você sabe como é homem... Então, eu quis ter meu canto e me cadastrei nesse Minha Casa, Minha Vida. Na época o sorteio foi no final de 2017 [...], mas a gente só recebeu a chave da casa em julho de 2018. Eu não pensei duas vezes, vim morar na minha casa, aqui tá no meu nome, homem nenhum tira. Já reformei, troquei piso, subi parede, já ajeitei do meu jeito.³⁵

No relato percebe-se que desde quando recebeu as chaves da casa em julho de 2018 tem realizado constantes modificações na residência e para compreendermos tais transformações apresentaremos a imagem 4 que mantém característica das primeiras unidades entregues e a imagem 5 é depois de alguns anos com modificações na estrutura, conforme exposto a abaixo:

³⁵ Nossa interlocutora convive a 15 anos com um homem de 49 anos e pais dos seus três filhos. Porém, como não oficializaram a união, ela tinha receio de ser abandonada e ficar sem “teto”.

Imagem 4 – Quadra 60

Fonte: Da Autora (2022)

Imagem 5- Residência da quadra 42

Fonte: Da Autora (2024)

As imagens são de residências e endereços diferentes sido utilizadas para comparar o imóvel no padrão do projeto habitacional com as modificações ocorridas ao longo da apropriação pelos moradores. Podemos observar que as residências inicialmente são desprovidas de divisão entre os imóveis, o modelo aparentemente seria de apenas uma residência, entretanto, são duas. Conforme o exposto anteriormente este é o formato de “parede meia”, onde a divisão entre a residência ocorre apenas por uma parede entre as duas janelas, ou seja, sem dimensões mínimas para o afastamento entre as edificações. A divisão espacial do imóvel incomoda a moradora porque isso retira a privacidade dela, de modo, que o vizinho ao lado ouve barulhos e até conversas da casa.

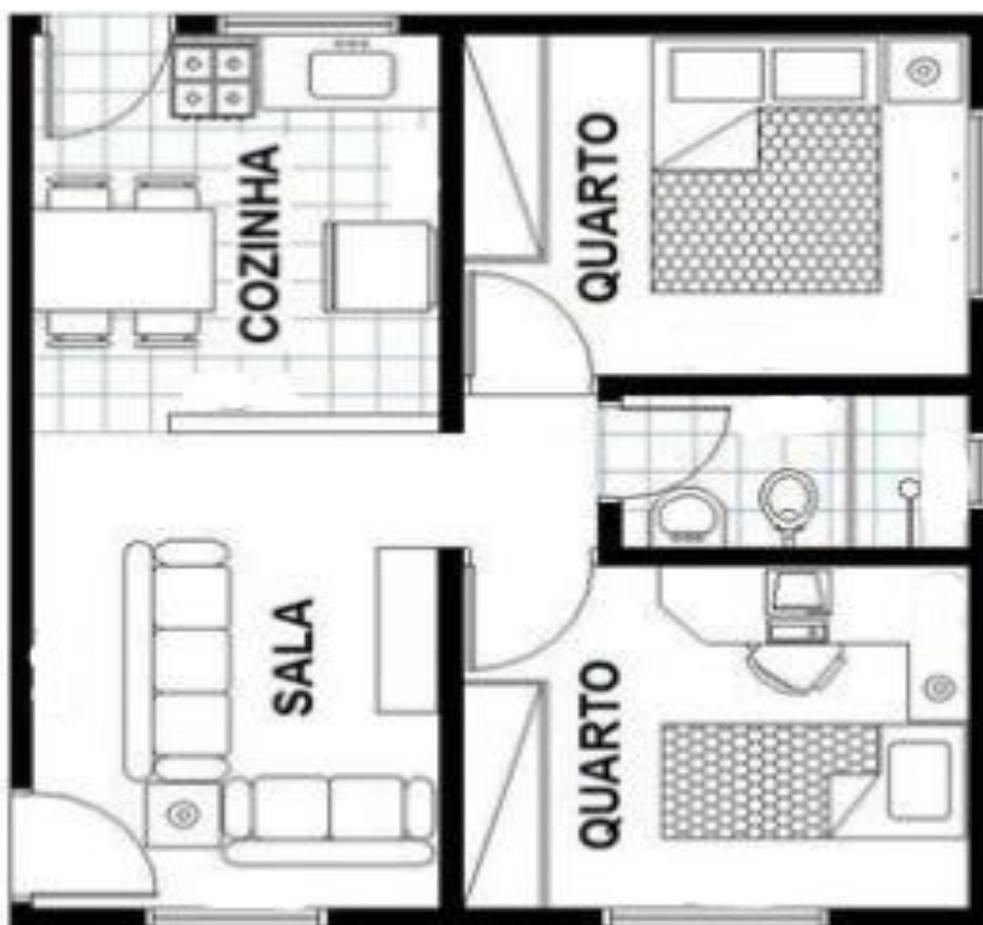
Constatamos em campo que a frente da casa apresentada na imagem 5 está totalmente diferente, agora murada, com calçada, portão na frente, cobertura da varanda, cozinha em formato americana, com sala e cozinha integrados. Da aparência original, só foram mantidos o forro, janelas e as porta da sala e cozinha, os demais itens todos foram trocados, inclusive o piso e portas internas.

Com efeito dessa característica na infraestrutura dos imóveis, surgiu a necessidade em separar os espaços público e privado sendo “reforçada pelos próprios moradores, que vêm elegendo em muitas situações a prioridade de reformas no sentido de consolidar muros de maiores dimensões e mais opacos e investimentos em equipamentos de segurança, como alarmes e câmeras.” (RUFINO, 2015: 64). Esse movimento é muito comum, caracterizada como processo de securização e individualização em habitações coletivas. Semelhante ao que o autor apresenta, constatamos na residência da nossa interlocutora a construção de muros mais altos que o

comum, assim como a presença de câmera de segurança e o desejo de futuramente colocar cerca elétrica. Notou-se que a característica original praticamente desapareceu diferenciando-a das demais residências da rua.

Como justificativa para a transformação, ela nos diz que tentou deixar semelhante a que morava antigamente, que apesar do espaço para construção ser maior que da antiga casa, a mal divisão dos cômodos dá impressão de uma casa menor e por isso cobriu a varanda para receber as visitas, já que considera a sala muito pequena. A planta apresentada abaixo foi elaborada por mim a fim de demonstrar a dimensão e divisão estrutural do modelo padrão das residências do bairro.

Imagem 6- Planta das casas do conjunto Habitacional



Fonte: Da autora (2024)

A imagem representa a área de 8,5 x 14,5m onde estão as edificações, sendo divididos em sala, cozinha, dois quartos e um banheiro, com a dimensão de 132m²

construídos. Na metragem total do espaço está incluso a área da frente que é utilizada pelos moradores para construção de varandas, assim como a área de circulação de 2,40m que existem em todos os imóveis.

As características do projeto na cidade são as mesmas de outros lugares do país onde o programa é executado, seguindo uma mesma referência de escala, o que evidencia que a diversidade da formação familiar encontrada entre os beneficiários do bairro não é compatível com o projeto padrão do programa habitacional. Portanto, assim como o apresentado por Rufino, 2015:64, constatamos que no Conjunto Jardim Aulidia, “famílias estendidas e diversificadas, que não correspondem à família mononuclear típica (casal e dois filhos), claramente não são atendidas pela unidade proposta.”

Desse modo, reformas e construções se tornam indispensáveis para acomodar as necessidades dos grupos que habitam o local, descaracterizando-os dos modelos populares. Apresenta-se também uma valorização e cuidado com o espaço exterior e interior da unidade, “igualmente percebido no Monte Castelo, através da observação das diferentes fachadas das unidades de moradia, que indicam a maneira como cada um dos habitantes manifesta sua individualidade no interior da ocupação.” (MACHADO-MARTINS; TROTTA, 2020: 12).

Desse modo, as reformas no ambiente, exclusão e chegada de certos elementos, como os muros delimitando o terreno na tentativa de obter maior privacidade, além disso, a utilização destes elementos pode ser vista como proteção da violência ou até mesmo para indicar uma individualidade do espaço, criando um ambiente de moradia menos permeável do que em outros ambientes, como nas favelas. A reflexão nos remete a abordagem de Machado- Maíra (2015, p.70) quando a pesquisadora realizou uma análise das transformações realizadas pelos moradores nas estruturas físicas das moradias na Avenida Brasil, que assemelha ao observado no Conjunto Habitacional Jardim Aulidia. Deste modo, a construção dos muros pode ser considerada como “uma tentativa de descaracterizar a imagem de habitação popular, a fim, de apresentar uma qualidade superior em relação ao habitat original, revelando uma melhora no percurso de moradia.”

As transformações observadas, assim como a análise do material obtido demonstram uma mutualidade existente entre o desenvolvimento do espaço de moradia e as relações que ali se estabelecem, tanto dos habitantes entre si, quanto dos habitantes com o espaço.

2.3 Meu bairro, meu estigma

Mesmo com as mudanças no habitat e com apenas doze anos desde a sua construção, ele tem mantido a característica de bairro perigoso e violento, entre os habitantes de Açailândia, porém, não confere com os dados obtidos sobre homicídios nos anos de 2021, 2022 e 2023 onde o bairro com alto índice é a Vila Ildemar, e não, o nosso objeto de pesquisa³⁶. O bairro citado está localizado na extremidade sul do Jardim Aulidia e conforme exposto previamente, antes da inauguração do Jardim Aulidia era ele que detinha a característica de bairro com altos índices de violência na cidade.

Em campo, senti um pouco do poder que as informações têm sobre os visitantes. Nas primeiras idas, comumente era alertada para não ir as últimas quadras sozinha ou em horários de pouco movimento, o que desencadeou receio em manter contato com moradores da quarta avenida. Outro fator na dificuldade de acesso ocorreu por ser uma área de divisa dentro do próprio bairro, assim percebido nas caminhadas e em contato com demais moradores, de modo que esta área é vista por eles como território perigoso devido número considerável de ponto de venda de drogas que são facilitados pela localização no final do bairro com acesso a mata vizinha.

As situações de violência ocorridas no local também fortalecem essa impressão, inclusive, durante a visita de campo em 20 de setembro de 2023, na ocasião aconteceu um duplo homicídio com moradores do bairro por volta de 09:00 horas da manhã, na quadra 57³⁷ entre facções. No momento do ocorrido um idoso que passava pela rua foi ferido e veio a óbito. A situação inusitada com esse senhor chamou atenção para delimitação espacial dessas últimas quadras em relação a violência dentro do bairro, reafirmando a cautela em transitar por tais quadras.

A atenção e cuidado mantidos pelos moradores em relação onde andar, com que, e que horas, perturbou-me na relação como campo, distanciando-me. E essa relação com os moradores das últimas ruas remete ao papel de “O estrangeiro” que é apresentado por Simmel (2005: 270). Consequentemente, por não ser moradora sou vista como uma desconhecida, uma curiosa, assumindo o papel de “O estrangeiro” - Desse modo, “como

³⁶ <https://www.carloscristiano.com.br/2023/12/acailandia-municipio-registra-queda-no.html>

³⁷ <https://inoticiama.com/noticias/16352/ACAILANDIA---DUPLO-HOMICIDIO-E-REGISTRADO-NA-MANHA-DE-TERCA-FEIRA-NO-JARDIM-AULIDIA>. Acesso em setembro de 2023.

tal, o contato com ele (as últimas quadras) é, ao mesmo tempo, estreito e remoto, na fragmentação das relações por onde uma abstrata igualdade humana em geral se encontra”. Ou seja, as relações estabelecidas com os moradores destas ruas ocorrem lentamente, necessitando reforçar a confiança com os domiciliados comigo, assim como o inverso para que eu pudesse me sentir inserida no contexto social deles. Mediante isso, existiu uma cobrança a mim como pesquisadora em estar mais presente nesse recorte intra bairro para compreender como ocorriam as relações com moradores de outras ruas.

Diante dessa inquietação, no dia 30 de agosto de 2023 foi realizada uma visita ao conjunto em parceria com meu orientador Wellington da Silva Conceição por volta das 10:30h da manhã. Na ocasião fizemos um reconhecimento do bairro em um passeio pelas ruas. A princípio paramos em dois pontos comerciais na quadra 57, sendo este local um dos espaços citados anteriormente. Na oportunidade conhecemos Gisele de 19 anos e Márcio de 24 anos, ambos trabalham em comércios localizados nessa quadra. Nesse contato inicial solicitei um contato telefônico para posterior reencontro a fim de construir um diálogo menos corriqueiro com eles e que permitisse perceber a relação deles com a área em destaque, que é vista pelos moradores de áreas adjacentes como ameaçadora.

Em contato posterior conversei com Márcio que na ocasião nos contou que era casado e trabalhava no sacolão a pouco tempo e que sua rotina de trabalho era das 8 da manhã às 19 horas e às vezes ia até às 20 horas. Na oportunidade contou-nos que é pai de um menino de 2 anos que mora com ele e a esposa em uma casa alugada na rua atrás do ponto comercial onde trabalha. O interlocutor nos disse que já morou em outra casa no bairro e que na época era da sogra, porém, ela havia pedido a casa de volta para morar, e então, ele e sua esposa haviam ido embora para Parauapebas/PA. Em janeiro de 2023 retornaram à cidade e na ocasião escolheram morar novamente no bairro, entre os motivos estava o baixo custo do aluguel, onde ele paga R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), além de ficar atrás do seu local de trabalho e também por gostar do bairro. Lucas contou ainda, que sempre se inscreveu no programa para poder “ganhar” uma casa, mas em nenhuma ocasião foi contemplado.

Quando questionado sobre a relação dele com as demais áreas do bairro, ele conta que já morou nas primeiras ruas, porém, é difícil encontrar casa nessa área porquê “*todo mudo quer morar lá*” por ser perto da entrada do bairro e por ser mais movimentada. Pelo relato do nosso interlocutor podemos observar que a rotatividade no bairro é comum seja por repasse do direito da casa, ou alugando-a, assim como na análise de Valladares (1980:84) sobre os conjuntos habitacionais destinados às populações removidas das

favelas do Rio de Janeiro. Portanto, pode ser considerado como uma área de trânsito com uma mobilidade residencial intra bairro constante, com deslocamentos contínuos de sua população e mudando a composição social. Segundo a autora, “a primeira evidência de transformação que sofre o conjunto habitacional é a rotatividade dos moradores. [...] ocorre um processo de rotação dos moradores sendo contínuo, de modo que confere ao conjunto uma característica de intensa mobilidade.” E como incentivo para essa transição social ocorrida pela mobilidade dos moradores, podemos destacar a oportunidade para ter acesso à moradia a partir de unidades de conjuntos habitacionais, que inicialmente preveem baixo custo imobiliário e de fácil aquisição.

Em outra oportunidade pude conhecer um pouco sobre Gisele, solteira, trabalha no mercadinho ao lado da frutaria de Márcio, mora com os pais em residência própria a quatro anos. A casa fica localizada próxima a quadra de esportes (local referenciado pelos moradores da avenida principal como principal foco de violência/perigo), porém, o discurso apresentado pela jovem sobre o local é semelhante ao afirmado por seu vizinho. Afirma que transita livremente pelas ruas adjacentes a qualquer hora do dia sem riscos. Visitando Gisele novamente em março de 2024, soubemos que agora ela estuda a noite o Ensino de Jovens e Adultos – EJA, às quartas e quinta-feira e retorna da aula por volta das 22 horas, a jovem comentou que esse horário tem pouco movimento nas ruas próximas e geralmente as casas já estão fechadas, mas que até então não sofreu qualquer tipo de violência.

Em análise do relato acima percebemos que é possível parafraseá-la com o apresentado por Goffman (1975:12) para ele “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. O autor presume duas identidades para a pessoa estigmatizada:

A real e a virtual. A identidade real é o conjunto de categorias e atributos que uma pessoa prova ter; e a identidade virtual é o conjunto de categorias e atributos que as pessoas têm para com o estranho que aparece a sua volta, portanto, são exigências e imputações de caráter, feitas pelos normais, quanto ao que o estranho deveria ser. Deste modo, uma dada característica pode ser um estigma, especialmente quando há uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 1975, p.13)

Nessa perspectiva, para os moradores das quadras 50 a 70 (as últimas ruas do conjunto) dispõem de duas identidades, a que de fato são (real), e a que são criadas por quem é de fora (virtual). Essa dualidade é a responsável pela marginalização do local,

devido a assaltos e homicídios se constituiu a imagem de local violento e perigoso. Por outro lado, quem mora nas proximidades considera as ruas seguras e tranquilas, apesar de existir o receio de roubo/assalto ou morte, como em qualquer outro local do bairro ou cidade, independentemente da localização construindo uma distinção social.

Logo, a cidade aponta o bairro como perigoso e o bairro aponta uma parte dele como perigoso, chamamos isso de reendereço do estigma, conforme a abordagem de Conceição (2018: 259) que explica qual o significado dessas ações dentro de um Conjunto Habitacional:

para manter a imagem moral limpa ou para manter os efeitos da distinção, é necessário construir estratégias de manutenção da “ordem” instituída, e a principal delas relaciona-se a criar formas de mostrar que os problemas os quais assolam o lugar não podem ser vistos como normais, mas como exceções não enquadradas na regra. (CONCEIÇÃO, 2018:259)

A ação de reendereço do estigma se torna acentuada no bairro conforme o sujeito que avalia as ações decorrentes e assim os seus julgamentos sobre as ações classificam as práticas dentro de um determinado espaço intra bairro. O sentido para isso é a busca em preservar uma imagem moral limpa, ou, de apenas mantê-los distintos, mas para isso são necessárias táticas que mantenham a ordem estabelecida, além de apresentar os problemas decorrentes do lugar como anormais³⁸ às regras.

Assim como a pesquisa realizada por Conceição (2018: 260), no Conjunto Habitacional Jardim Aulidia percebemos que ocorre uma distinção entre os indivíduos, de modo que aquele que é visto como anormal mediante a conduta apresentada torna-se responsável por todos os problemas decorrentes, “como uma estratégia de purificação da imagem”, como a relação existente entre moradores das primeiras e últimas quadras localizadas no final do bairro: “trata-se de uma forma de reendereço o estigma, e, dessa vez, não só para os sujeitos, mas também para o espaço no qual vivem [...]” (CONCEIÇÃO, 2018: 271)

Notamos que a estigmatização ocorre dentro e fora do Conjunto Habitacional. Para os de “fora” todos os moradores possuem uma marca de deteriorização da identidade social, impossibilitando-os a conviver com outros, desse modo são vistos pelos demais

³⁸ As práticas de classificação entre normal e anormal geralmente se inserem nos discursos e dispositivos disciplinares presentes nas nossas sociedades. Esse poder de normalização é inaugurado quando a psiquiatria introduz o critério da norma, entendida como regra de conduta e como regularidade funcional. Como regra de conduta, ela é a “a norma a que se opõe à irregularidade, à desordem, à esquisitice, à excentricidade, ao desnivelamento, à discrepância. (FOUCAULT, M. Os anormais. São Paulo: 2010: 40).

habitantes da cidade como inferiores ou indignos. Segundo Goffman (1975: 148), isso ocorre porque “normais e estigmatizados são perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro”. Deste modo, são identidades deterioradas por uma ação social, que representa algo mau dentro da sociedade e, por isso, deve ser evitado.

Em vista disso, podemos citar o nome popular “pé na cova”, como é conhecido o bairro sendo justificado pelos de fora como referência de localização do bairro por estar situado ao lado do maior cemitério da cidade. Para melhor compreensão, a imagem a seguir demonstrará a vizinhança do bairro, assim como a distância entre ambos a partir da referência da foto realizada na Avenida Radial Leste, sendo a segunda avenida de acesso ao conjunto.

Imagem 7– Divisa do Conjunto Jardim Aulidia com Cemitério Campo da saudade



Fonte: Da autora - junho de 2023

Notemos que à esquerda está o conjunto habitacional e à direita o cemitério que faz divisa com duas avenidas que dão acesso ao bairro, de modo que é necessário trafegar pela necrópole sempre que entrar e sair do bairro, sendo impossível morar no bairro e não

transitar pelo local. Devido a isso, o bairro comumente é identificado pelos habitantes da cidade como “Pé na Cova”, porém, não é benquisto pelos moradores do bairro.

Quanto a essa particularidade, notamos em diálogos presenciais, assim como em conversas nos grupos de WhatsApp formado por moradores e do qual faço parte desde setembro de 2023, no qual referir-se ao bairro como “pé na cova” é sinônimo de despreço. É interessante dizer que consegui ser membro dos grupos após a visita realizada com meu orientador à residência da presidente da associação de moradores que me adicionou, ela é a única administradora dos dois principais grupos do bairro, o “Só Vencedores” atualmente com 286 membros, sendo a maioria do sexo masculino, assim como do grupo “Só Vencedoras” do qual fazem parte 382 mulheres (exclusivo para mulher), ambos são compostos por moradores e ex-moradores.

Existe um fato curioso na divisa dos grupos por gênero que ocorre principalmente pela diferença nos assuntos abordados, no grupo dos homens pudemos observar que os assuntos são diversificados, geralmente voltados para o entretenimento e divulgação de produtos comerciais, enquanto, que em “Só Vencedoras” existe o critério mais informativo sobre os acontecimentos da cidade e principalmente do bairro, como se fosse uma espécie de diário do Conjunto, permitindo recolher dados mais íntimos sobre a convivência e relações sociais entre os indivíduos.

Retomando a discussão sobre o nome popular do bairro, observamos que a ideia não é vista pelos moradores como referência de localização, mas, de inferiorização de quem mora lá, de modo que popularmente quando falamos que a pessoa está com o “pé na cova”, ela está em uma situação irremediável, difícil de ser revertida e com sérios problemas. Diante disso, percebemos que a recusa dos moradores em relação a denominação ocorre justamente pela classificação social e moral que a categorização dá aos moradores, identificando-os como inferiores aos habitantes de demais bairros da cidade.

Outro ponto curioso sobre o nome “pé na cova” é que na época em que finalizavam as obras para entrega dos imóveis era transmitido em um canal aberto uma série de humor com o mesmo nome “Pé na cova” (2013-2017)³⁹. O enredo se passava no subúrbio do Rio de Janeiro, onde o elenco era formado por um casal homoafetivo de

³⁹ Série Pé na cova – <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/series/pe-na-cova/>. Encontramos em todo o Brasil outros espaços populares “batizados” com nomes de produções audiovisuais. No Rio de Janeiro, por exemplo, uma favela do complexo de Maré se chama “Salsa & Merengue”, em referência à novela global de 1996.

mulheres, um travesti, uma alcoólatra e uma stripper (que realizava o trabalho com apoio dos pais), de cara transmite uma imagem de politicamente incorretos, desconexos com os padrões a serem seguidos pela ética da moral e bons costumes da sociedade.

Diante de tantos pontos negativos, a comunidade não aderiu ao nome popular e ainda demonstra incomodo com o seu uso. Dentro do grupo do WhatsApp “Só Vencedoras”, inclusive já houveram discussões entre moradores e ex-moradores, quando o último se referiu ao bairro com frases do tipo “*nossa, “pé na cova” tá perigoso demais. – Eita! “pé na cova” que tem confusão*” – E sempre alguém que mora no bairro entra em defesa dizendo que lá não é “pé na cova”, é Jardim Aulidia e que não é o único bairro da cidade em que ocorrem problemas de violência.

Apesar de alguns moradores rejeitarem o nome, outros o incorporam conforme o áudio transcrito a seguir, onde Maria Santiago de 41 anos conversa com as demais sobre os comentários ofensivos ao bairro, demonstrando que isso não a impede de gostar de morar nele:

“Eu venho de outra cidade, primeiro morei na Vila Ildemar e depois o lugar que eu achei uma casinha melhor pra morar foi aqui. E quando eu morrer eu quero ser enterrada bem pertinho, ainda bem que moro pertinho. O pessoal chama pé na cova e aqui eu faço é achar booomm. pois quando eu morrer quero ser enterrada aqui mesmo, pertinho da minha casa para não dar trabalho pro meu filho ir me visitar, passar todo dia pra ir pra rua e ele só olhar pro lado assim e já sabe onde eu estou”. Em resposta outra moradora diz: “Verdade. Eu amo tanto esse bairro que tenho 3 casas aqui e quero comprar mais uma”.

Diálogos como esses em defesa do espaço que habitam são frequentes no grupo, deste modo, rejeita-se qualquer comentário pejorativo em relação a localização das casas, notamos em campo que o estigma territorial é algo que os incomoda, mas não os intimida.

Para assimilarmos melhor, estigmas são perspectivas constituídas pelo âmbito social, categorizando e colocando atributos que são considerados naturais e comuns para membros conforme a categoria da qual pertencem. Nesse viés, o contexto histórico poderá provocar mudanças no percurso do estigma, o que irá proporcionar alterações em suas narrativas e categorias o qual estão envolvidas, assim como no processo de estigmatização, logo, a prática, a compreensão e a percepção de estigma variam conforme a historicidade, podendo durar muito tempo, épocas, ou terem fim e atributos de um determinado contexto histórico, social e cultural.

“O indivíduo estigmatizado sofre consequências negativas durante sua vida” (Goffman, 1975: 9). Isso é perceptível ao observar como são vistos moradores de bairros

periféricos em determinados espaços urbanos ao associarem o bairro onde habitam a circunstâncias negativas ou positivas, a exemplo, temo o caso de um bairro classe média alta na mesma cidade de Açailândia, o Getat. O bairro fica localizado no centro, com casas luxuosas, além de estar próximo aos principais pontos comerciais e lazer da cidade, a situação transmite a ideia de que os moradores tenham alto poder aquisitivo, assim como boa educação, levando-os a ocupar os melhores lugares na estrutura social, portanto, as relações estabelecidas com esses indivíduos serão mais receptivas do que com os que vem de áreas marginalizadas e longe de grandes centros, como do Conjunto Jardim Aulidia, próximo a demais bairros também estigmatizados como Residencial Tropical e Vila Ildemar.

Assim, podemos considerar como forma de mudar a imagem periférica a ação de alguns moradores em reformar suas casas, modificando inclusive o modelo estrutural para que se diferenciasse das demais do conjunto, o que pode demonstrar também uma forma de resistência na luta por igualdade diante dos demais espaços residenciais da cidade. Isso é observado nos diálogos com diversos moradores, que quando questionados se gostam de morar no bairro, eles afirmam que sim, mas, citam a distância do centro e a dificuldade em mobilidade.

A distância do centro da cidade compromete a mobilidade dos moradores aos locais de trabalho, escola e lazer. Deste modo, repete-se nesse contexto o que foi observado pela REDE CIDADE E MORADIA (2015, p. 414) em outros contextos de implantação do PMCMV: “o Programa acaba por adensar bairros-dormitórios guetificados já existentes ou mesmo produzir novos bairros nessas condições”.

Bourdieu já apontava que as cidades se organizam estabelecendo parâmetros tais com a hierarquização dos locais e das pessoas que neles habitam. Segundo Bourdieu (2008) o local em que se mora na cidade é capaz de representar a situação econômica, social e cultural dos seus moradores, como também o seu espaço na sociedade:

A disposição dos agentes na cidade revela um espaço social inscrito e intimamente relacionado com o espaço físico: “a estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta” (BOURDIEU, 2008, p. 160).

Portanto, nas cidades, o local de moradia, na maioria das vezes é reflexo da realidade social, cultural e econômica, dessa forma, o “endereço” da pessoa diz muito sobre ela e sobre o espaço que ocupa na sociedade. Esse pressuposto foi observado no objeto de pesquisa, de modo que o bairro é percebido por muitos como inapropriado ou indigno na hierarquia habitacional, portanto, mantém a imagem de que as pessoas que ocupam o espaço são excluídas ou vistas como “inferiores”.

Diante disso, faz-se necessário pesquisas sobre a produção dos conjuntos habitacionais do PMCMV para analisar os reflexos socioespaciais, assim como, o que intensificou a construção desses empreendimentos habitacionais em extremidades das urbes, distantes dos centros urbanos, de modo, que geram mais demanda ao poder público para estender a infraestrutura para área necessitada, o que configura aumento em tempo e custos de deslocamento da população até o trabalho, escola ou lazer, conseqüentemente causam maior impacto na mobilidade de transporte e circulação, além de problemas de sociabilidade com demais espaços da cidade.

Em vista disso, partimos da premissa de que mesmo um espaço dissímil, abrigando pessoas de distintas faixas etárias, assim como de origens étnicas e formação escolar diferentes, ainda assim, é possível perceber o estigma atribuído ao bairro e todos os seus moradores, de modo, que os identificam como o espaço dos grupos marginalizados. Assim, pudemos observar o “nivelamento para baixo”⁴⁰, citado anteriormente por Bourdieu, o qual, ocorre pela descentralização do Conjunto Habitacional que pode ser percebida como uma estratégia do Estado a fim de distanciar determinados grupos do centro da cidade, ocasionando uma segregação socioespacial dos moradores interferindo nas condições de acesso e locomoção, além de hierarquizar territórios.

A segregação socioespacial pode ser definida como a má distribuição dos diversos grupos sociais no espaço da cidade de Açailândia, geralmente os concentrando em áreas desvalorizadas pelo comércio habitacional, assim diferenciando-os e ocasionando efeitos sobre a vida dos moradores, como o estigma⁴¹ “situação do indivíduo

⁴⁰ As pressões exercidas, em escala de classe ou do estabelecimento escolar ou em escala do conjunto habitacional pelos mais carentes ou os mais afastados das exigências constitutivas da existência padrão produzem um efeito de atração, para baixo, portanto, de nivelamento, e não deixam outra saída que a fuga (na maioria das vezes interdita por falta de recursos) para outros lugares (BOURDIEU, 2008, p. 166).

⁴¹ “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (Goffman, 1975:13). Estigmas, para Goffman são identidades deterioradas, por uma ação social, que representam algo mau dentro da sociedade e, por isso, deve ser evitado.

que está inabilitado para a aceitação social plena” (Goffman, 1982, p. 7), que lhe são atribuídos devido ao estreitamento das redes e do capital social, situação que configura um “efeito bairro” (Sabatini; Wormald; Rassa, 2013), interferindo de modo negativo na condição de vida do grupo em discussão, considerando que a área é mais restrita e precária diante da sua localização no espaço urbano, trazendo impactos às condições e reprodução das desigualdades sociais, pobreza e vulnerabilidade.

Em consonância, Conceição (2013, p.123) diz que “se a hierarquia habitacional é também uma hierarquia de pessoas, percebemos que a primeira se origina na segunda”, ou seja, pretende-se classificar os espaços conforme os grupos que devem habitar no local, portanto, ocorre uma divisão do espaço social. Logo, está longe de ter uma identidade habitacional uniforme, mas, em vez disso, possui uma série de pequenas hierarquias distintas e lógicas classificatórias, estabelecendo uma classificação dos grupos sociais que ocupam o bairro.

Como indicado anteriormente, no Jardim Aulidia ocorre a hierarquia de pessoas a partir do endereço da casa, mais precisamente, da quadra. Em ocasião da visitação estar concentrada maior parte do tempo nas primeiras ruas, ou seja, próximo à avenida principal, os diálogos sobre eventos e situações corriqueiras do bairro sempre remetem a ideia de que da quadra 50 em diante as pessoas não são muito confiáveis, pois lá existem pontos de venda de drogas. Então, são comuns alertas como: “*não vai lá agora, tá deserto*” ou “*cuidado, não vai sozinha*”, “*já tá tarde, passou das 17 horas*”, são frases ditas a mim constantemente pelos moradores das primeiras ruas.

Quando questionados sobre o motivo de tanto receio pelas ruas “de baixo”, eles costumam dizer que é devido problemas recorrentes na área (brigas, mortes e roubos), assim como a visitação constante da Polícia no local, visto por eles como algo incomum, anormal. Conforme Goffman (1975: 12) “as pessoas normais preveem as categorias e os atributos de um estranho que se aproxima”, o que denota a ideia de perigo e a necessidade de alerta constante sobre área, assim como o observado no bairro.

2.4 Sonho x Realidade – A infraestrutura do Conjunto Habitacional

Na perspectiva apresentada anteriormente, entraremos na composição estrutural do projeto que deveria ser referência de projeto habitacional no sul maranhense. Apesar da obra ter sido iniciada em 2012, apenas em 2018 iniciaram as entregas dos imóveis pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Ministério das Cidades do Governo Federal⁴² na gestão do Ex-Prefeito Juscelino Oliveira (2016-2020) mais de mil casas resultado de um investimento de R\$ 62 milhões do Governo Federal, privilegiando 4.504 pessoas⁴³. Em 28 de junho de 2020 foram entregues 520 casas, resultado de um investimento de R\$ 31 milhões.

É importante ressaltar que há interpretações diferentes nas informações apresentadas pela SEMAS e pelos canais informativos sobre o quantitativo de unidades entregues. Observei que os meios de comunicação contabilizam as unidades de forma diferente dos órgãos municipais, e isto pode ser explicado pelo fato comentado pela nossa interlocutora Fabrícia, que seria a ausência de divisão territorial entre duas casas. Neste caso, quem passa pelas ruas vê um modelo de casa que a priori seria apenas uma unidade, quando na verdade, trata-se de duas.

Em 01 de agosto de 2023 foram entregues as últimas 750 unidades compondo as faixas IV e V do Conjunto, entre elas algumas estavam abandonadas e deterioradas⁴⁴, onde na ocasião passaram por reformas nas estruturas devido a condição imprópria de moradia. A demora na entrega dos imóveis, totalizando 11 anos desde do início das obras até a entrega das últimas unidades, se deve ao fato do mal acabamento, inclusive da rede de esgoto.

Diante da situação, as últimas casas que serão entregues estão localizadas nas primeiras ruas do bairro, apresentando-se como o “cartão postal”, que devido aos problemas na infraestrutura só foram entregues 11 anos após o início da construção. A

⁴² A Secretaria Nacional de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano que é resultado da fusão das antigas Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional e Urbano e Secretaria Nacional de Mobilidade e Serviços Urbanos. A nova secretaria é responsável pela promoção do desenvolvimento regional e urbano, atuando intensamente no fortalecimento de sistemas produtivos inovativos locais e regionais.

⁴³ Município de Açailândia recebe mais de mil moradias: <http://abc.habitacao.org.br/municipio-de-acailandia-ma-recebe-mais-de-mil-moradias-do-minha-casa-minha-vida/>

⁴⁴ Imóveis do Minha Casa, Minha Vida estão abandonados em Açailândia – 12/06/2020. Disponível em <https://globoplay.globo.com/v/8622260/>. Acesso em setembro de 2023.

fim de assimilar as condições em que se encontravam as casas e ruas citadas, abaixo segue algumas imagens do antes e depois dos imóveis:

Imagem 8– Casas abandonadas



Fonte: Da autora- abril de 2022

Imagem 9– Casas reformadas



Fonte: Da autora - agosto de 2023

A imagem oito foi feita em abril de 2022 nas primeiras idas ao bairro, onde é possível observar o abandono de vários imóveis, alguns sem portas, outros com portas, porém arruinadas, pinturas danificadas, rede de esgoto inacabado, pavimentação destruída, assim como vegetação alta dificultando o acesso aos imóveis. Na nona imagem, estão as casas reformadas e prontas para serem entregues. O sorteio aconteceu em 03 de agosto de 2023 no Estádio Pedro Maranhão, no Bairro Jacu em Açailândia, com transmissão ao vivo na rádio.

Todas as moradias são compostas com a seguinte infraestrutura interna: sala, cozinha, dois quartos e banheiro. Já a infraestrutura externa contempla água, aquecedor, esgoto, iluminação pública, pavimentação, energia elétrica⁴⁵. Apresentado assim o conjunto assemelha aos demais projetos do programa, porém, conhecendo um pouco mais a realidade de quem mora longe dos principais serviços como saúde e educação é possível identificar os transtornos que o grupo enfrenta diariamente para habitar dignamente.

Sobre isso, o projeto inicial incluía a construção de nove escolas, duas creches, um posto de saúde e outro da Polícia Militar. Destas obras, apenas o posto da Polícia que está ativo, após muitas reclamações dos moradores foi construído em fevereiro de 2020 em uma das casas reformadas do complexo. No ano seguinte, em 03 de setembro de 2021 ganhou uma patrulha, que inclusive é a primeira patrulha Maria da Penha de Açailândia⁴⁶. Até o momento a equipe do patrulhamento continua situado no mesmo endereço da Avenida do Acesso (no único ponto de entrada e a saída do bairro), esquina com Rua 10, conforme imagens abaixo:

⁴⁵ Casa própria: MDR contempla mais de 2,2 mil pessoas em Açailândia, no Maranhão: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/casa-propria-mdr-contempla-mais-de-2-2-mil-pessoas-em-acailandia-ma>

⁴⁶ Relato apresentado por Cryslei Monteiro da Costa presidente da associação de moradores do bairro.

Imagem 10 - Box da Polícia Militar
(lado esquerdo - Avenida do Acesso)



Fonte: Da autora - maio de 2024

Imagem 11 - Box da Polícia Militar
(lado direito - Rua 10)



Fonte: Da autora - maio de 2024

Quanto à Unidade Básica de saúde, está ainda não foi concluída, porém o cenário da obra mudou bastante, diferente do apresentado na qualificação realizada em novembro de 2023 quando só havia uma placa datando o início e término da obra (23 de janeiro de 2023 - término 23 de janeiro de 2024). Na data prevista para inaugurar, finalmente, iniciaram as obras, mas, a até o momento não foram finalizadas, necessitando inclusive, um novo orçamento⁴⁷ para dar continuidade ao projeto devido à demora na entrega da construção. Na imagem 13 é possível observar a placa com a informação sobre a ementa que autoriza o recurso para concluírem a construção.

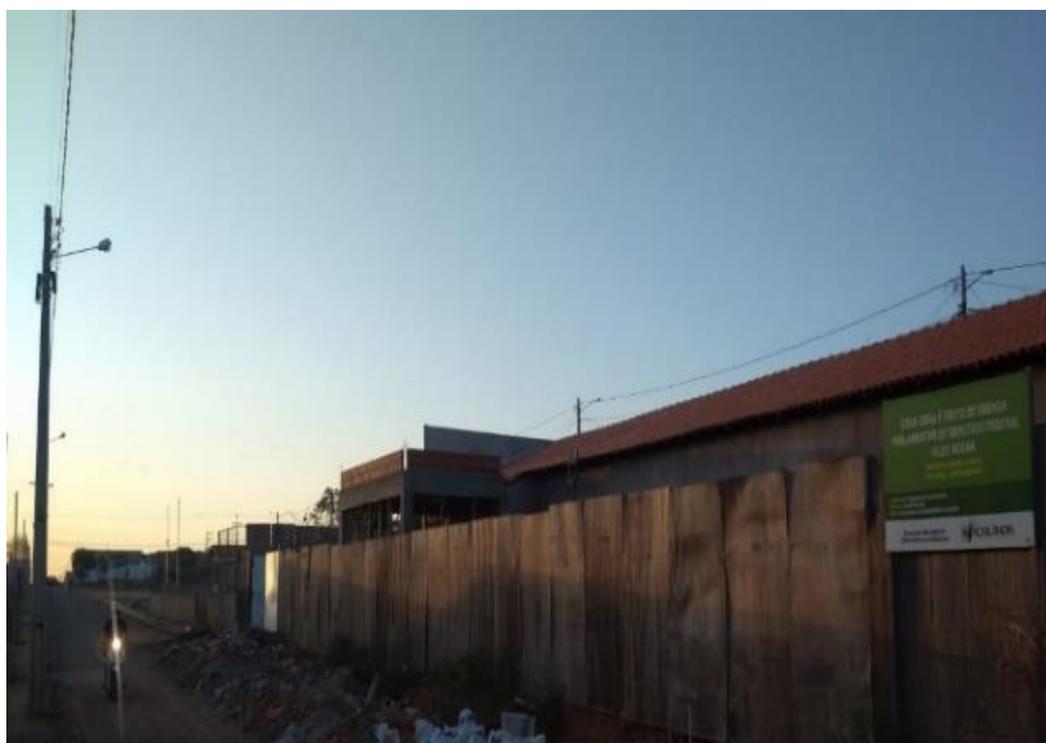
⁴⁷ <https://www.angranoticias.com/noticia/8506/avanca-obra-de-construcao-da-unidade-basica-de-saude-do-jardim-aulidia-em-acailandia>

Imagem 12- Placa da obra da Unidade Básica de Saúde



Fonte: Da autora – setembro de 2023

Imagem 13– Construção da Unidade Básica de Saúde (em andamento)



Fonte: Da autora – 2024

Com a construção em andamento, os moradores que necessitam de assistência em saúde continuam se deslocando para Unidades de Saúde mais próximas, como do Bairro Parque das Nações, Residencial Tropical, Vila Ildemar ou Vila São Francisco. Até então, a comunidade era desprovida de qualquer atendimento dentro do conjunto habitacional, até mesmo a vacinação só acontecia no bairro quando a comunidade organizava os mutirões em parceria com a secretária municipal de saúde que forneciam uma equipe para o suporte.

Em abril de 2024 foi alugada uma residência pela Prefeitura Municipal a pedido do Secretário de Saúde que estava em exercício na ocasião. A residência está localizada na Avenida de Acesso, Quadra 58, n. 2 (seguindo pela rua do Box da Polícia Militar) está sendo um espaço de atendimento médico provisório até a construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) no bairro. Porém, a Unidade só funciona somente às terças-feiras quando são realizados atendimentos de vacinas e consultas, necessitando ainda, para os atendimentos médicos o agendamento prévio e em casos de urgência ou emergência os pacientes são direcionados para o Hospital Municipal da cidade.

Imagem 14 – Unidade Básica de Saúde provisória



Fonte: Da autora – maio de 2024

Imagem 15 – Médica em atendimento



Fonte: Da autora – maio de 2024

As imagens registradas apresentam o local de atendimento ao público. Observamos que o espaço é insuficiente para uma comunidade com mais de dois mil habitantes e devido a isso, nos dias de funcionamento ocorrem aglomerações externas das

pessoas que aguardam o atendimento médico, vacinas ou agendamento posteriores. A entrada é realizada pelo portão a direita (imagem 14), a recepção acontece onde seria a garagem da residência, no primeiro cômodo do quarto ocorrem os atendimentos médicos e no outro a vacinação.

Em visita pudemos perceber que não houve reforma para o funcionamento, o local não apresentava sequer uma pintura que identificasse o local como Unidade de Saúde, muito menos informativos sobre os dias e tipos de atendimentos que são realizados. Identificamos ainda, que o local foi algo feito às pressas diante do suporte ineficiente para os profissionais que atendem, sem computador e internet o atendimento é feito manualmente, com fichas de anamnese um total de 40 (quarenta) pacientes sendo divididos em dois turnos, manhã e tarde.

Do mesmo modo, a incapacidade do atendimento é demonstrada pela quantidade de dias de funcionamento, quando o único dia que a “Unidade de Saúde” é aberta são às terças-feiras impossibilidade suprir as necessidades dos moradores. Isso foi constatado nas visitas ao local em dias alternados onde o encontramos fechado, reafirmando o que nos foi dito pelos moradores que os atendimentos médicos, agendamentos de consultas e vacinação ocorriam apenas uma vez por semana no bairro.

A imagem 15 apresenta a profissional atendendo com recursos improvisados, para uma população que há 6 (seis) anos aguardavam uma equipe de atendimento em saúde para o local. Talvez a necessidade de suprir de “qualquer forma” a escassez em assistência em saúde dos moradores tenha ocorrido por ser ano eleitoral e essa hipótese se sustenta quando fomos informados pela Líder Comunitária que a iniciativa do atendimento teria sido realizada pelo ex-secretário de Saúde que será candidato político na cidade.

Quanto às escolas, até o momento não há data prevista para construção de escolas do ensino fundamental I e II⁴⁸, tampouco para o Ensino Médio, em consequência disso, as crianças estudam em outros bairros no qual dependem do transporte escolar fornecido pela prefeitura que passa em horários específicos: 07- 08h; 11-13h; 17-18h. Há expectativa da construção de uma creche com recurso da emenda política entre Governo Federa e Município⁴⁹. Os dados constam na página do MEC (Ministério de Educação e

⁴⁸ Vereador Fânio Mania pede construção de escola de ensino fundamental com 12 salas no jardim Aulidia. <https://www.carloscristiano.com.br/2023/04/acailandia-ver-fanio-mania-pede.html>

⁴⁹ Disponível em https://www.acailandia.ma.gov.br/midia/SOLENIDADE-DE-ASSINATURA-DO-TERMO-DE-CONSTRUCAO-DA-CRECHE-JARDIM-AULIDIA_1513. Acesso em 05 de junho de 2023.

Cultura), no portal do SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle) que é o sistema operacional e de gestão que trata da Integralização e monitoramento dos orçamentos e das propostas on-line do Governo Federal na área da educação⁵⁰. A data prevista de início da obra seria em 2013, constando o repasse de R\$ 410.001,17 em 07 de fevereiro em 2014 para Prefeitura Municipal contabilizando 25,00% do valor total do repasse, no momento presente a obra aparece como *Convênio Vencido*, ou seja, a data para realização da obra expirou em 10 de fevereiro de 2019.

O projeto em destaque refere a uma escola para Educação Básica/ Infantil – creche pré-escola Tipo 1 no valor total de R\$ 1.842.912,09 entre FNDE e Município que visa atender crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, com estrutura de cozinha, refeitório, sanitários acessíveis adultos: masculino e feminino, fraldário, brinquedoteca, salas climatizadas, lavanderia, sala dos professores, sala de reuniões, almoxarifados, lactário, etc.⁵¹ E como mais uma surpresa do ano eleitoral, a obra iniciou em fevereiro deste ano e encontra-se em fase de acabamento, com previsão de entrega ainda este ano.

Com a notícia da construção da creche, busquei informações com os moradores sobre o endereço da construção, mas curiosamente, os moradores das primeiras quadras, as do início do bairro não sabiam informar. Alguns diziam apenas “*que era no final do bairro, seguindo a avenida do acesso, “quando acabar o bairro você chega na escola”*”. E então, desloquei-me em direção à Avenida do Acesso, seguindo até a quadra 58 onde perguntei a uma moradora se ela sabia onde estava sendo construída a creche, a mesma não soube dizer o local exato, mas disse que eu segue até o final do bairro que iria encontrar. Assim fiz, segui até a quadra 64, quando cheguei no final da rua avistei a obra escolar, de fato, a construção fica um pouco distante, localizada no Monte Real um novo loteamento que fica ao lado do conjunto habitacional Jardim Aulidia.

2.5 E o ônibus cadê?

Outro problema que ganhou destaque dentro do bairro em 2023 foram os problemas com o transporte público, inclusive, demoraram ser atendidos e somente em

⁵⁰ Disponível em <https://simec.mec.gov.br/painelObras/recurso.php?obra=1005576>. Acesso em 05 de julho de 2023

⁵¹ Disponível em <https://www.carloscristiano.com.br/2023/05/acailandia-obra-de-construcao-da-creche.html>. Acesso em julho de 2023.

meados de 2019 obtiveram uma pequena frota para locomover os moradores para demais áreas da cidade pagando passagem no valor de R\$ 3,50 para o centro da cidade a para bairros mais distantes, como o Piquia⁵² R\$ 5,00. Porém, até o momento a população do bairro encontra-se apenas com o serviço de táxi lotação e mototáxi devido a remoção da frota de transporte público em toda a cidade desde início de agosto/2023. Com isso, os gastos com mobilidade aumentaram devido a oscilação no preço da passagem, sendo que cada meio de transporte demanda um valor diferente de acordo com o trajeto realizado, estando entre R\$ 5,00 a R\$ 15,00 o valor final.

Assim, recai sobre os moradores o ônus do deslocamento diário com o custo do transporte, o tempo despendido e o desgaste físico no trajeto, sendo necessário o transporte para os moradores transitarem nos espaços de grande concentração comercial, como, rede bancárias, hospitais, supermercados e demais serviços que estão localizados na região central de Açailândia, necessitando do acesso à serviços públicos ofertados seja pela cidade, quanto pelo Estado para que possam ser inseridos no meio urbano.

Infelizmente nessas regiões periféricas que seriam a zona de expansão da cidade e onde as redes de infraestrutura geralmente são as piores, de modo, que as isolam do núcleo pela falta de transporte coletivo eficaz e transformando-a na parte da cidade mais barata para viver.

Diferente dos habitantes de outros bairros, as famílias do conjunto têm sua mobilidade limitada e consomem menor acessibilidade, enquanto isso, famílias de renda maior usam um transporte mais rápido, como os automóveis. Todavia, não podemos considerar que muitos deslocamentos representem boas condições de vida, pois para famílias de conjuntos populares isso pode refletir a necessidade de deslocamentos excessivos diante debilidade do meio de transporte disponível. Cardoso (2008:57) nos diz que “Para sobreviver na cidade, principalmente nas do 3º mundo, a população urbana, especialmente a de baixa renda, é obrigada a fazer uma infinidade de deslocamentos (penosos) para atingir os destinos desejados”.

⁵² Piquiá é um dos bairros mais antigos de Açailândia-MA, vila que surgiu em 1958, com o início da construção da BR Belém-Brasília. Uma área do local, conhecida depois como Piquia de Baixo, foi ocupada na metade dos anos 60 e onde foram instaladas as siderúrgicas da cidade denominando o local de Polo Industrial e químico de Açailândia. PIQUIÁ EM AÇAILÂNDIA-MA: A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS E A CONQUISTA DO REASSENTAMENTO COLETIVO (2019) - DISPONÍVEL EM [HTTPS:// REASSENTAMENTO-COLETIVO.PDF](https://reassentamento-coletivo.pdf) (AMAERJ.ORG.BR)

Contudo, "nas cidades brasileiras, o direito de circular e a forma com que se dá a circulação são altamente condicionados pelas condições sociais, políticas de seus habitantes" (Vasconcelos, 1993, citado por Cardoso, 2008, p.58). A acessibilidade em grandes centros urbanos, em geral segregacionistas, torna-se a acessibilidade ao trabalho e não aos diferentes serviços públicos, principalmente de saúde e lazer (Cardoso, 2008: 60).

Devido os constantes problemas com transporte coletivo, no dia 13 de setembro de 2023, estive presente na manifestação pública em defesa de transporte público de qualidade na câmara municipal Açailândia que foi organizada por alunos e professores da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) em protesto a ausência de transporta público para os discentes que moram no Bairro Jardim Aulidia, com a presença de todos os vereadores da cidade. A presença da comunidade do Conjunto Habitacional na sessão foi escassa, sendo formada em sua maioria por alunos do curso de pedagogia da UEMA e demais professores que estavam auxiliando na organização, conforme a evidência apresentada a seguir:

Imagem 16- Manifestação pública em defesa do transporte público



Fonte: Do autor (2023)

Imagem 17- Manifestação pública em defesa do transporte público (2)



Fonte: Grupo de WhatsApp - "E o ônibus, cadê?"

O grupo responsável pela organização criou um grupo no *WhatsApp* para juntos coordenarem as ações, e como forma de impulsionar a participação dos moradores eles criaram o perfil @mcoacai na rede social *Instagram* a fim de mobilizar a sociedade e os políticos locais com publicações sobre a manifestação ocorrida, assim como informações sobre possíveis soluções. Tais ações denotam um discurso oculto, ou seja, é o dito "fora do raio de audição dos detentores de poder" (SCOTT: 57), segundo o autor esta seria sua principal característica, sendo anunciado apenas em circunstâncias específicas, como a

suspensão do serviço de transporte público que exigiu dos moradores que ao se sentirem seguros puderam compartilhar seus sentimentos em relação aos superiores, aqui nos referimos à liderança política da cidade, permitindo assim, que mesmo os que não percebessem meios possíveis de reagir contra o descaso, criassem no imaginário a vingança pretendida construindo de certa forma um acordo entre eles de reprovação das ações opressoras sofridas.

As reflexões sobre o discurso oculto remetem muito mais sobre as formas cotidianas de reação dos negligenciados do que a uma resistência considerada normal aos processos de ruptura contra a ordem. As formas cotidianas de resistência dos grupos inferiores da sociedade não são algo com o que as autoridades que mantêm a ordem possam negligenciar. Mesmo não provocando impactos consideráveis ou mobilizando de imediato a opinião pública da nação, essas pequenas ações de resistência realizadas pelos de baixo forma, em totalidade, são uma força social nada desprezível.

Mesmo com toda movimentação até a julho de 2024 o bairro continua sem o transporte público ficando dependentes dos meios alternativos como táxi e mototáxi, e um dos possíveis motivos desse fato se dá pela crescente frota de automóveis, assim, utilização desenfreada do automóvel modificou a distribuição modal do transporte urbano, ocasionando a deterioração dos transportes públicos.

A população reivindica o retorno do transporte pelo menos nos horários de trabalho, às 7 da manhã, meio dia, final da tarde às 18 horas que são o período de alto fluxo de uso do ônibus. Devido à escassez dos ônibus vários moradores têm menor acessibilidade urbana, já que o raio de alcance físico dos instrumentos sociais e as oportunidades de trabalho ficaram restritos ao uso de transporte coletivo, transportes alternativos ou às caminhadas.

Com maiores distâncias a percorrer e serviços precários de transporte, a maioria da população aumenta o gasto de tempo para realizar atividades essenciais. “Setores de renda mais baixa têm sua acessibilidade limitada, com quase todas as viagens atreladas invariavelmente a motivos de trabalho, escola e compras” (CARDOSO, 2008: 57). A defasagem do sistema de transporte em Açaílândia torna ainda mais pobres os que vivem afastados do centro urbano, não só por pagarem mais caro por seus deslocamentos, mas também porque a oferta de serviços e produtos sai cara nas periferias.

Com o ato do movimento pro ônibus, pudemos perceber a dualidade entre a melhora e piora das condições de vida na cidade em relação às moradias anteriores de alguns moradores do bairro que estiveram presentes em constantes reuniões sobre o tema.

Permitiu perceber o contraste da satisfação com a propriedade privada e regular, em comparação com a percepção de piora em relação aos transportes, comércios e serviços.

2.6 Saneamento básico do Jardim Aulidia

Os serviços de água são fornecidos pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), e o abastecimento elétrico é pela empresa Equatorial. Entre os dois serviços o que mais tem gerado reclamações é a empresa de abastecimento de água. Ao longo desses dois anos em contato com os moradores o SAAE foi alvo de diversas denúncias por cobrança de taxa indevida, troca de hidrômetro sem autorização do proprietário ou vazamento em encanações no bairro⁵³.

O problema do abastecimento de água abre espaço para discussão entre os moradores que enquanto há cobrança indevida do uso da água, há a presença de aquecedores solares de água em uma região que o clima é tropical – equatorial, não havendo períodos extremamente frios, mas tem-se água aquecida diariamente. A princípio o questionamento foi apresentado pela Presidente da Associação de moradores⁵⁴ em uma conversa com meu orientador e eu, na ocasião ela comentou sobre a instalação de aquecedores em todas as casas, que em sua percepção seria desnecessário, de modo que outras áreas precisariam de mais atenção, como construção de escolas e postos de saúde no bairro.

Em meio ao diálogo, surgiu um questionamento pertinente: Não houve vitória da equipe técnica responsável por conduzir o processo? A equipe de trabalho técnico social deveria seguir as orientações do COTS (Caderno de Orientação Técnico Social, da Caixa Econômica Federal)⁵⁵, que deveriam estar presentes ativamente nessas áreas desde o momento enquadrado como pre obra e permanecer até seis meses ou um ano depois do término das obras. A equipe pode ser formada tanto por servidores do ente federado, como por empresas licitadas, desde que supervisionadas pela instituição contratante, no caso em questão, a prefeitura de Açailândia.

⁵³ Informação obtida em conversas do grupo de WhatsApp “As vencedoras” do qual participo.

⁵⁴ Cryslei Monteiro da Costa é moradora do bairro desde 2018, mãe solo de 3 filhos e morava com a mãe. Por não terem residência própria desde do início das obras do conjunto ela sempre frequentou reuniões sobre a entrega dos imóveis, de modo, que se destacou entre os demais para assumir a liderança da associação do bairro, por indicação inclusive da Caixa Econômica e Prefeitura.

⁵⁵ Caderno de Orientações técnicas - https://www.cauce.gov.br/wp-content/uploads/2019/07/COT_FinancImobPF_v018.pdf

A presença dos aquecedores em uma região de clima tropical demonstra que não se encontra no projeto habitacional executado a preocupação com a qualidade das moradias, assim como não existe o cuidado com o impacto ambiental que a falta de adequação regional acarretará. O que se percebe é cuidado exercido pelo próprio capital da construção e suas certificações de qualidade, garantindo na verdade sua efetividade como mercadoria, ou seja, validando o predomínio do valor de troca sobre o valor de uso. Essa realidade assemelha ao que Sousa (2012) aborda:

O amplo repertório nacional e internacional de soluções para a habitação social é sumariamente ignorado na formulação do pacote e nas moradias-padrão apresentadas pela Caixa Econômica. As duas tipologias propostas pela Caixa foram divulgadas pela instituição como solução-padrão para todo o território nacional, desconsiderando condições climáticas, culturais, geográficas diferenciadas do Brasil. (SOUSA, 2012: 78)

Assim, a abordagem do autor combinado aos fatores apresentados, demonstram que o conjunto habitacional Jardim Aulidia por ser destinado aos grupos baixa renda foi construído sem o devido enquadramento regional, desconsiderando as características geográficas para elaboração do projeto, assim como em outras regiões do país, seguindo um padrão único para construções que independem da localidade.

Do mesmo modo, encontra-se em descontinuidade com o tecido urbano, em área sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. Isso fortalece a ideia de que camadas menos abastadas são empurradas pelo Estado a áreas periféricas das cidades, caracterizada pelo afastamento espacial e com condições precárias de vida urbana, portanto, trata-se do confinamento dos grupos menos afortunados em espaços pouco valorizados, com riscos ambientais (como erosões), além de ações que negam o direito da população em ter direitos, acentuando, portanto, a desigualdade socioespacial na cidade.

A diferença também se manifesta na coleta de lixo, quando em conversa com os moradores, eles reclamam constantemente de ficarem até sete dias sem o serviço e entre as várias justificativas a mais recorrente são problemas com o carro que realiza o serviço. O problema ocorre em outros bairros da cidade, mas não na mesma proporção, onde moro já aconteceu de ficarmos alguns dias sem a recolha, mas em eventualidades como feriados ou a paralização da equipe que realiza o serviço. Segundo o calendário da coleta

de lixo⁵⁶ disponível no site da prefeitura a recolha tem que ser realizada segunda, quarta e sexta no Jardim Aulidia. No entanto, as reclamações sobre o problema são recorrentes e com isso o acúmulo do lixo acarreta no mau cheiro em frente às casas porquê com o devido funcionamento do serviço, a recolha acontece nas madrugadas a partir das 22 horas.

Problemas com o serviço de coleta de lixo acontece em 24% dos domicílios brasileiros acarretando em coleta de forma irregular⁵⁷ e estes quando são despejados em bueiros, rios, córregos e canais de escoamento, obstruem a passagem e contribuem para contaminação. O sistema convencional de coleta poderia atingir toda a produção diária de resíduos sólidos nos municípios de grande e médio porte, contudo não atende adequadamente aos moradores das favelas, das ocupações e dos loteamentos populares, devido à precariedade da infraestrutura diversificar nessas localidades.

2.7 De perto e de Dentro – Outras observações sobre o bairro

Nessa parte apresentaremos algumas relações observados a partir do contato por conversas informais e observações. Gostaria de ressaltar que a etnografia a partir da Rua 11 até a quadra 70, ocorreu lentamente em comparação as demais áreas devido a pouca movimentação de transeuntes nos horários de observação, além da pouca receptividade dos moradores em estabelecer contato, muitas vezes movidos por desconfiança, querendo saber se faço parte da Caixa Econômica Federal, se estou fazendo relatório para o banco sobre os moradores. Parte dessa suspeita é justificada por muitos moradores não serem os proprietários originários do PMCMV, sido comprados dos contemplados pelo programa por um valor irrisório e assumindo as demais parcelas do financiamento.

A construção do Conjunto proporcionou o encontro de variados grupos e perfis de diversos pontos da cidade, sendo possível encontrar moradores de baixa renda e classe média baixa dividindo o mesmo local. Em vista da diversidade de perfis sociais surgiram os *conflitos de interesses* comprometendo a *sociabilidade* entre os indivíduos,

⁵⁶ <https://www.acailandia.ma.gov.br/pagina/coleta-de-lixo>. Calendário de Coleta de Lixo – Açailândia – Dias da semana

⁵⁷ O descarte incorreto de lixo no Brasil e o impacto causado na população <https://wp.ufpel.edu.br/coisapublica/2023/09/06/o-descarte-incorreto-de-lixo-no-brasil-e-o-impacto-causado-na-populacao/#:~:text=O%20C3%8Dndice%20de%20Sustentabilidade%20da,contribuindo%20para%20contamina%C3%A7%C3%A3o%2C%20somado%20a>

ocasionando uma ruptura, conforme observado em campo. Em conversa com alguns moradores da Avenida Principal notou-se uma tensão em relação ao vizinho “Gogó de Ouro” que é músico e proprietário de um estabelecimento que vende bebidas alcoólicas e toca todos os finais de semana até a madrugada, incomodando os moradores adjacentes, de modo que estão organizando um abaixo assinado para retirá-lo da rua.

Segundo o relato da Sra. Lú, comerciante e moradora desde 2019 e que mora na casa ao lado “*isso ocorre todos os finais de semana, de modo que ninguém consegue dormir antes das 2 horas da manhã, horário que abaixam o som, porém, os bêbados continuam na rua fazendo baderna*”. Porém, ela como comerciante diz achar injusto o abaixo assinado para removê-los (ele, esposa e um filho), pois são trabalhadores, ganharam a casa e têm o direito de morar lá.

Notamos, portanto, interesses primários e secundários que conduzem as relações no lócus, estando voltados não apenas para moradia, mas para fonte de renda extra, conforme o número considerável de comércios localizados no bairro. Foi possível observar que alguns trabalham durante a semana fora do Bairro como no caso citado anteriormente, onde o Sr. “Gogó de Ouro” e a esposa que trabalham em outro local de segunda a sexta e abrindo o estabelecimento apenas nos finais de semana. A diversificação ocorre pelo encontro de diferentes indivíduos que são diferentes entre si.

Nesse viés, o conflito apresentado na relação entre o Sr. Gogó e a vizinhança do bairro está destinado a resolver dualismos divergentes, sendo portanto, um modo de conseguir algum tipo de unidade, mesmo que existam moradores que desejam apenas descansar nos finais de semana, outros pretendem se divertir e obter renda extra, e essas diferenças ocorrem porquê o indivíduo não alcança a unidade de sua personalidade exclusivamente numa harmonização exaustiva, pelo contrário, a contradição e o conflito, não só procedem esta unidade como operam em cada momento de sua existência⁵⁸.

De acordo com o observado, os estudos sociológicos de Simmel sobre sociabilidades possibilita compreender melhor a relação entre os diferentes atores sociais a partir dos conceitos de sociabilidade e interação, sendo o primeiro uma forma lúdica de estar junto que não prepondera uma ou outra característica individual, é uma maneira de estar junto em que a competência dos participantes vai determinar o “sucesso” dessa

⁵⁸ Mas também chamamos de “unidade” a síntese total do grupo de pessoas, de energias e de formas, isto é, a totalidade suprema daquele grupo, uma totalidade que abrange tanto as relações estritamente unitárias quanto as relações duais. (Simmel, 1982, p. 125)

interação. Sendo assim, o conflito observado anteriormente é considerado algo benéfico por demonstrar um desenvolvimento da tomada de consciência individual, sendo satisfatório a partir de acordos ou superação de divergências, de modo que a sociedade consiste na interação entre indivíduos e “essa *interação* sempre surge a partir de certos impulsos, interesses ou de certas finalidades.” (SIMMEL, 2006, p. 60).

Segundo Simmel (2006) a *interação* surge sempre a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades e que relacionando ao objeto de pesquisa, dessa forma, seria o objetivo pretendido por aqueles que ocupam o conjunto habitacional, se foram apenas para moradia, ou moradia e renda extra (casa/comércio). Se estes estiverem em sintonia, essa relação será, portanto, o “*conteúdo* e matéria da *sociação*, tudo o que existe nos indivíduos [...] impulso, interesse, finalidade, tendência, [...] tudo o que está presente nele de modo a engendrar ou mediatizar os efeitos sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos outros. (SIMMEL, 2006, p. 60). Entretanto, só o *conteúdo* não gera interação por serem características intrínsecas do indivíduo e que precisam ser externalizadas, e só então quando convertidas em *formas* de estar com os outros, é que ocorre a *sociação*, podendo ser em diversas formas, com gestos, expressões faciais ou conversas entre os indivíduos.

Aos finais de semana em que ocorrem a *seresta do Gogó de Ouro*, notamos a sociabilidade, ou seja, a autonomização na interação (libertação de traço da realidade), além da relação com interesses mútuos, deste modo, havendo envolvimento entre os indivíduos, sendo pura e despretensiosa, ocorrendo apenas pelo simples desejo de socializar. Logo, “a sociabilidade seria a “forma lúdica da *sociação*”, ou seja, é a forma de como os indivíduos constituem uma unidade para satisfazer seus interesses.” (SIMMEL, 2006, p. 65)

As relações observadas demonstram que todo o processo de apropriação do conjunto habitacional é condicionado pela maneira de como as diferentes funções primárias da vida urbana se articulam. A característica está na pluralidade das funções que se relacionam dentro da mesma área urbana, de modo que nem sempre possamos reconhecer onde começam e onde terminam as relações dos grupos, e estas são “constantemente ressignificadas na experiência do “vivido”, e assim, o espaço é produzido.” (MELLO, VOGEL, 1981, p.40). Logo, são as vivências, as tramas culturais, históricas e afetivas que tecem os sentidos do urbano nos bairros.

No estudo realizado pelos autores nos Bairros Catumbi e Selva de Pedra são estabelecidos comparativos às formas racionais que projetaram os referidos espaços,

direcionando-se para as diferenças entre as relações de apropriação, no qual se opunham às concepções de ordenamento proposto pelo projeto modernista dos bairros. Segundo os autores, as apropriações dos espaços não planejados que surgiram espontaneamente demonstravam a ineficiência em dividir o uso dos espaços, de modo, que não havia uma ordenação conforme o proposto, desse modo não haviam divisão entre as formas de apropriação dos espaços não planejados e de uso comum.

Em referência ao nosso campo, observamos que a apropriação do espaço a partir da utilização das áreas externas para construção de pontos comerciais ressignifica o cenário que deveria ser apenas domicílio, sendo uma prática muito comum no lócus. Desse modo, “o pressuposto básico – toda prática do espaço releva de uma teoria implícita, cuja formulação se dá a partir de um sistema classificatório dos espaços e das atividades. Para além da materialidade de ambos, existe uma dimensão simbólica.” (VOGEL; MELLO. 2015:294)

A exemplo, temos nossa interlocutora Lú que mora no bairro desde 2019 quando comprou a casa do antigo proprietário, e então, realizou uma reforma que dividiu o espaço da casa em residência e comércio conforme apresentado preliminarmente. Na frente, no espaço que seria a varanda ou garagem está localizado o comércio que é permitindo livre acesso à residência. A reforma possibilitou usos e apropriações conforme a realidade dela, de modo que ela fica cuidando da casa e dos filhos, ao mesmo tempo que adquire renda extra para a família.

Quanto a essa ressignificação do espaço Maitê Clavel (2006) nos diz que todos os ambientes são definidos imagetivamente, geralmente pelos próprios habitantes, uma vez que são eles que lhe atribuem um uso, sentidos e significados. E assim, a cidade e seus espaços só são lugares através das experiências estabelecidas pela população. Portanto, o espaço, a arquitetura, a natureza, para serem conceituados como lugares devem estar relacionados à ocupação de pelo menos um corpo, assim como, a utilização que o mesmo dá a ele.

É assim que cada cidade, e aqui, o bairro apresentado demonstra suas particularidades, principalmente econômicas e sociais, quando constituem seus espaços e os transforma em lugares característicos dentro da malha urbana. Dessarte, estas práticas realizadas e engajada pelos moradores é que vai definir o lugar da dor, do prazer, da loucura, do descanso, do esporte, estudo e demais. Diante disso, a autora estabelece que “a cultura da cidade é a dos cidadãos que fazem parte da cidade. Os que residem nela, os que trabalham nela e todos os que a frequentam” (CLAVEL, 2006; 70).

A diversidade apresentada pela etnografia dá margem a muitos contextos de espaço, uso e apropriação no bairro. Elas não se excluem, entretanto, o agrupamento que formam têm fronteiras fluídas, podendo recobrir-se totalmente ou parcialmente, isto quer dizer que não há uma única coisa apropriada para cada espaço, nem um espaço apropriado para cada coisa, e isso não ocorre de forma acidental, pelo contrário, é o estilo da vida nessa área, a exemplo da “Rua do Comércio” que assume essa qualidade devido à presença marcante de pontos comerciais. Os arranjos que são produzidos estão limitados a determinados espectros de possibilidades, o que significa que existem e são admissíveis e lógico, vários tipos de ordem, porém, com grandes variabilidades, diversidade e mistura de usos e atividades, notamos, portanto, uma dinâmica de espaços criados e espaços programados.

No Jardim Aulidia notamos uma liberdade no uso dos espaços que mesmo com risco de fiscalização os moradores se sentem à vontade para decidirem o que fazer no espaço de moradia, diferente dos condomínios residenciais, onde os moradores seguem uma regra, uma ordem imposta para fins de organização e padrão a ser seguido, no conjunto habitacional eles organizam o cenário de acordo com suas necessidades, desse modo, a diversidade equivale à negação de uma única e determinada forma de classificação.

Assim, dentro do conjunto observou-se que não há uma ordem classificatória pre estabelecida entre áreas residências e comerciais, estes dividem os mesmos espaços, senão, são comércios residenciais consideramos isso devido a grande maioria dos pontos estarem localizadas na área externa da casa, no local onde deveriam ser garagens ou varandas. Na medida em que os usos variam, põem em funcionamento o circuito de relações que constituem a vida pública nos espaços de uso comum. Esta, por sua vez, alimenta as redes de crédito e confiança. Põe em contato as pessoas, incorpora estranhos, garantindo assim a segurança que resulta também dos muitos olhos e dos muitos responsáveis pela rua.

Não havendo uma ordem classificatória sobre uso dos espaços, observamos que a rua é a principal referência em lazer no bairro, onde geralmente ocorrem as socializações entre a vizinhança. Portanto, o lazer, atividade fundamental para a socialização, tem na rua um dos seus possíveis domínios e não menos importante em virtude da variedade de experiências às quais abre caminho. O caráter sintético da rua torna a complexa gama de possibilidades compreensível, numa dimensão prática essencial.

Durante a pesquisa foram mapeados e apreendidas singularidades, hábitos, locais e situações de encontro e convívio, de lazer e também de conflitos entre os moradores, de modo que pudemos observar suas práticas materiais e simbólicas. Procurou-se ainda, mostrar não apenas como são utilizados os espaços, mas como também o veem, dando oportunidade do outro lado revelar as razões e ordens que o movimentam.

As observações junto aos conceitos bibliográficos permitiram identificar usos e apropriações do espaço a partir da análise das relações sociais dos atores que habitam o conjunto habitacional, de modo, que se possibilitou compreender como são desenvolvidas as dinâmicas sociais do bairro nesse primeiro momento. Por agora, podemos perceber que o Jardim Aulidia é um espaço mais espontâneo, produzido gradativamente pela prática compartilhada e dialógica cotidiana de negociação. A pesquisa não está desvinculada da prática urbana da cidade, o planejamento urbano e a cidade andam juntos, portanto, conhecer como são desenvolvidas as relações neste espaço é imprescindível para compreendermos como é edificada a formação social e espacial de Açailândia.

3 IDENTIDADES, HIERARQUIA E RELAÇÕES INTRA BAIRRO

Neste percurso, pretendemos apresentar a auto representação e classificação dos moradores do Jardim Aulídia em referência a sua localização na cidade, assim como dentro do bairro, exaltando as singularidades que surgem ao redefinirem as residências como extensão da individualidade, de modo que as delimitações geográficas não os definem e nem os limitam. Para tanto, apresentaremos a autodefinição que dão a si mesmos e aos demais a partir do estereótipo construído com e no local, assim como nos imóveis habitados com mudanças estruturais e técnicas de segurança adotadas que representam os sentimentos absorvidos em vivência no conjunto.

As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade. (CALDEIRA, 2000: 211)

Neste sentido, em nosso lócus de pesquisa percebemos uma diferenciação entre os moradores das primeiras quadras que estão localizadas próximo a entrada do bairro e as últimas, principalmente a partir da quadra 50. A relação entre os grupos, “os que chegaram primeiro e os que chegaram depois”, pode ser compreendida pela ordem que adentraram no bairro, tendo visto que as primeiras etapas I, II e III do Conjunto (as primeiras ruas) foram entregues em 2018, enquanto que as quadras 40, 50, 60 e 70 das etapas VI, VII, VIII e IX ocorreram em 2020.

Diante disso, nos questionamos se o fato poderia ser o responsável pela divergência entre moradores de quadras diferentes, se a trajetória de chegada ao bairro seria responsável pelos estigmas territoriais intra bairro. O fato de alguns grupos chegarem em épocas diferentes, assim como o contexto em que esses atores sociais se inseriram e os problemas enfrentados inicialmente na organização do bairro, como a defasagem dos serviços públicos poderia implicar numa segregação interna?

3.1 Moro no Conjunto, mas, “Eu sou chique, bem!”⁵⁹

O Jardim Aulidia é composto por 70 quadras habitacionais, quatro avenidas que interligam o bairro, além disso, está localizado a 2,5 km do centro da cidade, ao lado do principal cemitério “Campo da Saudade”, sendo chamado popularmente de “pé na cova”, de forma depreciativa. Inicialmente observamos que as residências estão em um “bairro de subúrbio”, conforme aponta Davies (2014, p. 5) “os subúrbios são bairros geralmente afastados da região central da cidade [...] Esses bairros geralmente tem uma posição inferiorizada na geografia da cidade, especialmente quando comparados ao centro e aos bairros nobres da cidade”, assim como o ocorrido neste Conjunto Habitacional que se tratava de uma área rural de baixo valor monetário que foi inserida à malha urbana de Açailândia. Porém, mesmo estando em meio urbano, regularmente esses conjuntos são produzidos em terrenos mais distantes e mantidos afastados dos centros da cidade e sendo um dos possíveis motivos, o baixo valor dos terrenos nessas localidades.

As casas estão situadas onde antes era uma área desvalorizada e sem habitações, estando a 220m do principal cemitério da cidade o “Campo da Saudade”. As primeiras etapas de entrega das casas (I, II e III) contabilizaram 1.126 unidades entregues, em 28 de junho de 2018⁶⁰ no “Residencial Aulidia Gonçalves” na gestão administrativa do Prefeito Juscelino Oliveira (2016-2020). Após a entrega das primeiras casas o nome “Gonçalves” foi retirado e acrescentado o termo “Residencial”, passando então, a ser chamado de Residencial Jardim Aulidia.

Com a modificação do nome podemos observar uma certa “gourmetização⁶¹” na apresentação do bairro, ou seja, “uma cara nova”, diferente da ideia aderida pelo termo conjunto habitacional no qual geralmente imagina-se um aglomerado de casas ou edifícios construídos seguindo as mesmas características estéticas e estruturais, além de

⁵⁹ “Eu sou chique, bem!”, foi uma frase muito utilizada pela atriz Drica Moraes no personagem da manicure Márcia que tinha mania de grandeza e se considerava a mulher mais fina e elegante da cidade na novela Chocolate com Pimenta (2003), na rede Globo de televisão.

⁶⁰ https://www.acailandia.ma.gov.br/midia/Caixa-Economica-e-prefeitura-de-Acailandia-realizam-solenidade-de-entrega-das-unidades-habitacionais-do-%E2%80%9CMinha-Casa-Minha-Vida_501

⁶¹ O termo francês “gourmet” surgiu para indicar “aquele que tem paladar apurado”. Difundiu-se por meio do livro Filosofia do Gosto (1825), de um dos criadores da gastronomia moderna, Jean Anthelme Brillat-Savarin. Representa algo sofisticado, de qualidade elevada, criatividade distinta (LINHARES; PORTELA; ANDREAZZA, 2017) Do século XIX até os tempos atuais, percebeu-se a modificação no significado da palavra gourmet. Atualmente, o termo refere-se a qualquer produto com composição e apresentação diferenciada, versão luxuosa de um produto ou serviço tradicional (LOURENÇO, 2016 *apud* MIRANDA; FERREIRA; GOMES, 2022:1)

pertencerem a programas de habitação popular administrados pelo governo federal, estaduais ou municipais.

Em consonância, Valladares (1980) quando realizou a análise do programa de remoção de favelas no Rio de Janeiro, já apresentava características imagináveis sobre os conjuntos habitacionais semelhante ao da favela, ao mesmo tempo que era inserido a partir dessa representação na cidade. Assim, “a imagem do conjunto habitacional que transmitem é a de um espaço alternativo à favela, segregado na malha urbana, onde as condições de vida são precárias, mas onde as famílias removidas ainda permanecem, apesar de não terem aí podido formar uma nova comunidade.” (1980: 15)

Quanto aos os residenciais, estes transmitem uma imagem distinta a partir da liberdade em escolha do modelo de imóvel desejado, logo, não precisam seguir um padrão arquitetônico imposto e sendo geralmente diferentes entre si e existindo em alguns o pagamento de taxas pelos moradores para fins de manutenção e organização do espaço. No Conjunto Jardim Aulidia identificamos uma morfologia que assemelha ao dos residenciais, a percepção se desenvolveu a partir da divisão entre os imóveis ser por ruas e avenidas, que diferente de condomínios fechados ou conjuntos habitacionais em formato “H” que impossibilita qualquer tipo de transformação. Diferentemente, a estrutura apresentada facilita a apropriação do espaço criando um sentimento de liberdade e lhes dando um direito simbólico em modificar a estrutura física das casas conforme o desejado, constituindo o imaginário que independe da localização territorial. Diante disso, “é possível observar que o pertencimento, nestes casos, é recíproco: o lugar pertence ao morador e o morador se sente como pertencente a este lugar.” (MACHADO-MARTINS; TROTTA, 2020: 12)⁶²

A liberdade constituída a partir disso, possibilitou-me analisar o significado do termo utilizado pelos moradores ao referirem-se ao bairro que residiam. E notei que os residentes do espaço constantemente referem-se como “Residencial Jardim Aulidia”,

⁶² “Espaço programado e espaço criado. A construção da habitabilidade em duas formas de moradia popular, no conjunto Ismael Silva e Zé Ketí”, no Rio de Janeiro. Neste artigo o habitar será tratado na dimensão da moradia, e especificamente na moradia popular. As pesquisas que resultaram neste artigo debruçam-se sobre a produção do espaço de moradia popular a partir da construção da habitabilidade, entendendo este último como o espaço que apresenta qualidades para ser habitável. As condições para gerar a habitabilidade podem ser definidas tanto por aspectos materiais – condições físicas consideradas mínimas para habitabilidade de um espaço ou edificação, como salubridade, segurança e normas técnicas – como por aspectos imateriais e simbólicos. MACHADO-MARTINS, Maíra; TROTTA, Carolina de Carvalho Gambôa. Espaço programado e espaço criado. A construção da habitabilidade em duas formas de moradia popular. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 241.

diferente de quem é de fora, que geralmente o chama de Jardim Aulidia, Conjunto Jardim Aulidia ou “Pé na Cova”. Posto isso, referir-se ao bairro como um Conjunto Habitacional é visto de forma pejorativa pelos moradores locais, pois o termo remete a uma das formas de habitação mais estigmatizadas nos contextos urbanos, perdendo na maioria das vezes, só para as favelas. E vale ressaltar que a comparação entre conjuntos habitacionais e favelas é uma constante em várias cidades brasileiras. Para além disso, também são classificadas como habitações de alto custo, com pouco valor no mercado imobiliário e de custo baixo de produção.

Ao reendereçar o bairro como residencial busca-se sofisticar e agregar maior valor, de modo, que a ressignificação do espaço o transforma em um lugar impregnado de valores simbólicos e assim, absolvendo experiências e sentido, conforme apresentado por Machado-Martins e Trotta:

o espaço é transformado e construído ao longo do tempo em um processo no qual ocorre tanto a manutenção quanto a adaptação de elementos físicos e simbólicos. As práticas que são realizadas pelos habitantes destes espaços acabam moldando seus aspectos físicos e simbólicos e, ao mesmo tempo, as práticas são também moldadas por eles de volta. [...] (MACHADO-MARTINS; TROTTA, 2020:2)

Logo, o *upgrade* no nome do bairro demonstra que a ideia de projeto habitacional proposto inicialmente não delimitou seu uso e apropriação, sendo assim, não foi o planejamento realizado por arquitetos urbanísticos que determinou as relações de convívio com/no espaço. A ideia de habitável está para além da arquitetura, estando condicionada às práticas realizadas pelos moradores que iniciaram a construção de elementos que foram suficientes para expressarem sua identificação com o local, criando laços de pertencimento bilateral entre eles e a habitação, desse modo, nomeando-o como Residencial Jardim Aulidia.

Pelo que foi observado, os moradores reconhecem os residenciais como uma forma hierárquica superior às moradias populares, isso pode ser explicado também pelo histórico do antigo endereço, tendo visto que muitos vieram de áreas periféricas de Açailândia. Isto corrobora ao apresentado por Machado – Martins (2015) e Conceição (2018) quando ambos realizaram pesquisas em espaços de moradia popular, que mesmo sendo lócus diferentes, demonstraram que a mudança classificatória surgia como uma “reivindicação, entre outras coisas, um novo *status* na dinâmica urbana e utilizando sua

nova condição para construir um projeto de limpeza moral diante da cidade” (CONCEIÇÃO, 2018: 248).

Posto isto, classificar o conjunto como residencial pode indicar uma forma de tentar se reinserir dentro da cidade sem o estigma do local ou da condição em que viviam anteriormente, assim como os condomínios em relação às favelas, onde desenvolviam-se:

estratégias para a construção de uma limpeza moral, os condomínios populares, a partir da sua identificação, como um elemento de distinção e como relacionados à cidade formal, são apropriados pelos moradores, a fim de desfilarem-se do estigma e/ou para reinserirem-se na cidade como cidadãos plenos, com espaço para reivindicar legitimamente seus direitos. (CONCEIÇÃO, 2018: 248-249)

Portanto, entendemos que relacionar a imagem do bairro aos residenciais seria uma estratégia dos moradores fugirem de antigas discriminações relacionados a endereços precedentes, além disso, funcionando como um recurso eficaz que possibilita ascensão e inserção plena na cidade em condições mais dignas a partir da apropriação do termo, assim como o respeito aos direitos.

3.2 Hierarquias Intra bairro

Nesse viés, foram mapeados e apreendidas singularidades, hábitos, locais e situações de encontro e convívio, de lazer e também de conflitos entre os moradores, de modo que pudemos observar suas práticas materiais e simbólicas. Procurou-se ainda, mostrar não apenas como são utilizados os espaços, mas como também o veem, dando oportunidade do outro lado revelar as razões e ordens que o movimentam.

Nessa perspectiva, o endereçamento, ou seja, a quadra e rua onde reside-se torna principal referência dentro do bairro na classificação econômica e moral. Para Bourdieu (2013: 134) em uma sociedade hierarquizada, não existe espaço que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as diferenças sociais de um modo deformado (mais ou menos) e, sobretudo, mascarado pelo efeito de naturalização [...].

A relação hierárquica apresentou-se durante a inserção em campo, de modo que era habitual ouvirmos comentários de moradores que habitam da quadra 23 até a 47

“moramos na zona norte”⁶³ referindo a característica territorial desse local se diferenciar pela quantidade de casas com reformas e áreas muradas, dando a eles a impressão de superioridade em relação aos demais das últimas quadras já que nesta área se concentra o maior número de casas com características iniciais do projeto habitacional.

O cenário que será apresentada permitirá melhor compreensão da dualidade territorial existente, e assim poderemos dialogar sobre como se desenvolvem as relações sociais nestes espaços.

Imagem 18 - Quadra 36



Fonte: Da autora (2024)

⁶³ O nome de Zona Norte refere-se a área do município de São Paulo situada ao norte do Rio Tietê, com exceção do distrito de Jaguara. A referência é comumente utilizada em novelas como um local de boa infraestrutura, assim como a qualidade de vida, a alta valorização e custo de vida elevado.

Imagem 19 – Casa na quadra 51

Fonte: Da autora (2024)

A primeira imagem (18) é da quadra 36 que está situada no começo do bairro à direita, na divisa com a “rua do comércio”, e o local para captação da imagem foi escolhido por sobressair em relação as demais ruas das quadras iniciais do bairro por deter de quantidade considerável de imóveis com muros na frente. Mediante a imagem a apreendida, notemos que a casa amarela, a primeira que aparece na foto à direita pode ser tomada como a representação principal das residências nesta rua por ter modificado subido a parede na frente, estando acima do limite do projeto inicial, assim como a presença de portão e detalhes que a diferenciam das demais na rua que mesmo com a construção de muros, as mantém distintas.

A representação da quadra 51 é utilizada como instrumento comparativo às mudanças realizadas na quadra 36 para que pudéssemos analisar a apropriação ocorrida. A característica das casas nessa quadra mantém o padrão PMCMV, de modo que não há a construção de calçadas, nem a presença de áreas construídas na frente das casas.

Assim, a partir das imagens anteriores capturadas nas observações realizadas e nos diálogos, pudemos notar que tal relação não representa apenas uma característica estrutural no bairro, mas econômica, de modo que as pessoas que realizam reformas em seus imóveis são vistas pelas demais com um poder aquisitivo superior, daí a relação com o termo usado “*zona norte*”, isto tem efeitos de descrédito sobre os demais locais do

bairro e também sobre seus moradores, depreciando-os e resultando em efeitos de exclusão, o que poderíamos chamar de estigmatização territorial intra-bairro.

O que acontece no Bairro Jardim Aulidia é justamente algo desta ordem, ocorre a separação dele em duas partes, nas quais um determinado espaço e seus moradores são estigmatizados e excluídos por outra parcela da população, objetivando manter uma situação de privilégio e poder estabelecidos. Dessarte, criou-se uma determinada relação marcada pela existência de um grupo de moradores que se colocam como pessoas de valor humano mais elevado que o dos moradores das “ruas de baixo”, sido habitada mais recente, e talvez, por isso, estigmatizados pelos primeiros a chegarem no bairro. Tal relação assemelha-se a existente entre os estabelecidos e os *outsiders*⁶⁴.

Assim análogo ao corrido em Winston Parva, no conjunto habitacional onde a princípio todos seriam similares por fazerem parte de um grupo de beneficiários de uma política pública que busca atender determinado grupo social, e portanto, não haveria componentes que os levassem a diferenças significativas. Porém, conforme estreitamos as relações com nossos interlocutores percebemos que mesmo residindo neste espaço que se pressupõe equidade, ocorrem distinções de renda e classe social.

E esta é umas condições existentes no bairro que nos surpreendeu ao longo da pesquisa, tendo visto que é comum nas ciências sociais surgirem pensamentos a partir da diferenciação em sexo, cor, classe e nação, sendo utilizadas constantemente como diferenciais estruturais das relações de poder. Por isso, dificilmente problematiza-se temas que são vistos em termos de igualdade, ou que a diferença de poder esteja associada, ao tempo de residência no lugar, assim como o maior ou menor grau de coesão e organização do grupo que se inter-relacionam.

Neste local de mudanças estruturais e sociais, identificamos que isso reflete o poder que determinado grupo detém a partir da localização dentro do bairro, considerando que este apresenta-se constantemente ligado a um lugar, ou a um atributo específico de

⁶⁴ NORBERT Elias. SCOTTON John L. Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder. Zahar. Rio de Janeiro. 2000. Os autores apresentam reflexões metodológicas e teóricas para a pesquisa em ciências sociais, a partir de um estudo focado na pequena comunidade de Winston Parva, abordando a relação entre estabelecidos e outsiders, que são indivíduos excluídos do grupo considerado estabelecido. Os outsiders são considerados inferiores e não observantes das normas e regras impostas pelos estabelecidos. Além disso, a existência de uma "minoría dos melhores" entre os estabelecidos e uma "minoría dos piores" entre os outsiders, que marcam o status de superioridade e de inferioridade de ambos os grupos.

quem o detêm. Deste modo, pensamos que as características de diferenciação apresentadas pelos domiciliados destas áreas seriam “aspectos figuracionais dos diferenciais de poder que se devem puramente a diferenciais no grau de organização dos seres humanos implicados” (NORBERT; SCOTTON. 2000:21).

O conceito de poder aqui abordado deixa de ser um elemento para se transformar numa relação entre duas ou mais pessoas, portanto, seria um atributo destas relações que se mantêm num equilíbrio instável de forças que são construídas no uso e apropriação destes espaços a partir das representações singulares. Assim, ocorre no interior das figurações dos grupos domiciliados da quadra 23 a 42 um sentimento de poder superior como um sinal de valor humano mais elevado.

3.3 Relações de Uso e Apropriação

Nessa perspectiva, outra característica observada em algumas casas com muro é o reforço de segurança com cerca elétrica e o monitoramento com câmeras de segurança. Com esse dado de campo percebemos que a condição de vigilância é muito marcante nas áreas iniciais do bairro, o que poderia ser um indício de cuidado em relação à violência e perigo nas áreas a partir da quadra 56 que eram citadas constantemente pelos moradores, acentuando o contraste entre as habitações das primeiras quadras com a “parte baixa” do bairro.

Imagem 20 - casas com circuito de segurança e monitoramento



Fonte: Da autora – 2024

A construção dessa rede de segurança nos domicílios no bairro é comum, principalmente na área próximo a entrada do bairro. Sobre o dado, é interessante citar um fato ocorrido enquanto procurava o local de atendimento provisório da UBS este ano em meados de abril. Na ocasião fui informada que o local onde estaria funcionando era depois do ponto de apoio da polícia militar, e então, desloquei-me às 16 horas para Rua 10 divisa com a Avenida do Acesso. Ao passar por algumas casas fechadas, encontrei um

mercadinho aberto e então, busquei contato com alguém do estabelecimento, porém, o local estava cercado por grades e com duas câmeras que transmitiam as imagens em uma Tv localizada próxima ao caixa. Bati palmas, chamei, e de dentro alguém respondeu. Na ocasião eu estava de moto e havia esquecido de retirar o capacete da cabeça, ao retirá-lo a proprietária veio me atender e obtivemos um breve diálogo e em seguida informou-me em qual direção ficava a UBS.

Na breve experiência que tive com a dona do comércio perguntei qual o motivo de tantas câmeras no local e indaguei se já havia sido assaltada. Ela informou que *“graças a Deus não. Mas é bom prevenir, as ruas daqui são muito desertas, você vê (aponta mostrando a rua), não tem ninguém nas portas. Além do mais, passam pessoas estranhas direto aqui. E a gente nunca sabe quem é bandido”*.

No relato apresentado percebemos que não houveram situações de roubo ou violência no local, o que nos leva a considerar tanto esse relato quanto outros em conversa com demais moradores, que o uso desses equipamentos não é apenas para segurança, mas configura-se como uma forma de se distinguir da característica de conjunto habitacional, estando mais próximo da ideia de residencial, deste modo, “o grupo cujo desejo é a distinção observa uma vantagem nessa guetificação, pois as fronteiras físicas também se convertem em fronteiras simbólicas, demarcando a diferenciação esperada.” (CONCEIÇÃO, 2018: 192).

Por conseguinte, constitui-se numa estética de distinção em relação às demais moradias do bairro, tornando-se importante na apresentação da residência. Isto assemelha-se ao apresentado por Conceição (2016-2018) em seu trabalho sobre condomínios populares do PMCMV no Rio de Janeiro onde na ocasião observou que uso de equipamentos de segurança estariam para além do medo do crime, configurados para além de uma estética de segurança, “a presença desses equipamentos está ligada a uma “estética de distinção” e, essa distinção, a qual aproxima os condomínios populares mais dos outros condomínios que dos conjuntos habitacionais” (CONCEIÇÃO, 2016: 219)

Na ocasião comentei que há duas quadras acima estava localizada a guarita da PM, o comentário dito surgiu como uma espécie de valorização do imóvel, de modo, que a proximidade da polícia a residências insere uma valorização, deferente do apresentado em outras regiões, como no Rio de Janeiro que isso denota um risco para vizinhança. É interessante notar, que a presença da polícia, não remete somente à segurança, mas sobressai o espaço como maior valorização mediante outros bairros da cidade que não

detém de pontos da polícia dentro deles e assim, aproximando-os mais ainda da imagem gourmet que querem construir.

A inserção de elementos que configuram a distinção entre os moradores reestrutura o habitat conforme as perspectivas do domiciliado, com isso, investe-se em monitoramento e segurança instalando equipamentos que reorganizaram e criaram novas condições de ocupação do espaço. Em suma, a fala do crime do crime pode ser configurado no lócus como um argumento fundador, mas não seria somente essa justificativa a responsável pela reorganização simbólica do espaço, assim, independente da experiência do crime, surge uma reorganização simbólica do espaço.

3.4 Moradia e mercado

A partir da experiência apresentada anteriormente, adentraremos na construção de pontos comerciais que reconfiguram a estrutura externa e às vezes até interna dos imóveis para se adaptarem à necessidade do residente. Entre as justificativas pautadas para construção de pontos comerciais na frente das casas, a necessidade de complemento de renda é a mais usual, podendo ser esse o motivo de encontrarmos constantemente mulheres administrando pontos comerciais dentro do bairro.

Entre o ano de 2023 até o julho de 2024, tivemos vivência constante com nossa interlocutora Lú que é mãe de dois adolescentes, casada e moradora do bairro desde 2019. Em um dos nossos encontros, ela contou que adquiriu a casa de uma terceira pessoa que havia sido contemplada, mas por motivos que não foram especificados não quis morar no bairro, talvez a rejeição em habitar no conjunto recém inaugurado possa ser compreendida no diálogo realizado ao ser questionada sobre a ideia de comercializar no bairro. Na ocasião a interlocutora nos disse:

Meu marido trabalhava fora e eu ficava em casa com os meninos. Eu queria ter meu dinheiro porque aqui ficava muito longe da rua e não dava pra ir trabalhar, e como meus filhos eram pequenos e não tinha como pagar alguém pra ficar com eles, eu comecei vendendo balinhas, doces, depois refrigerantes e salgadinhos. Hoje que tá maior assim. (o espaço detém de grande variedade de produtos alimentícios, limpeza e higiene). Na época em que vim morar haviam poucos comércios aqui e não tinha essa movimentação

que tem de carro passando toda hora e gente subindo e descendo dia todo. Era tranquilo demais.

O breve comentário sobre o aspecto de movimentação da rua indica uma mudança significativa no cenário de 2019 até o ano de 2023, principalmente ao número crescente de pontos comerciais, assim como a presença contínua de transeuntes. Isto poderia estar relacionado ao fato de que esta área foi a pioneira do bairro sido entregue em 2018 nas etapas I, II e III, com quantitativo de pouco mais de 1.000 (um mil) unidades habitacionais, representando apenas um terço do quantitativo total de moradias previstas no projeto habitacional.

O “Mercadinho principal” está localizado à esquerda da Rua 10 esquina com a quadra 43, na área conhecida popularmente como “Rua do Comércio”. A identificação da rua representa um número considerável de empreendimentos no local e a construção desses faz emergir um setor terciário informal de forma improvisada nas próprias residências, oferecendo produtos básicos, ao passo que consolidam uma alternativa de geração de renda e sobrevivência, contrariando as regras do Programa.

Segundo Rufino (2015:69), isso expressa um dos paradoxos do Programa, que se, por um lado, avança na formalização da moradia, tende a impulsionar novas formas de informalidade e desigualdades. Uma justificativa plausível para presença considerável dessas ações se dá pela ausência de comércio e serviços dentro do bairro, que devido a localização e distanciamento do centro da cidade favorece o setor terciário informal que começa a se expandir nos empreendimentos do PMCMV como alternativa de geração de renda e sobrevivência para os grupos que o habitam.

O comércio “Mercadinho Principal” é uma ampliação construída na frente da casa da Lu que dá acesso à parte interna da residência e ao comércio, permitindo a comerciante transitar por ambos espaços, tal modificação no padrão habitacional do programa é realizada constantemente pelos moradores:

Imagem 21 - Rua 10 à direita esquina com quadra 41



Fonte: Da Autora (2024)

Imagem 22- Esquerda da Rua 10 esquina com quadra 41



Fonte: Da Autora (2024)

Imagem 23– Direita da Rua 10 esquina com quadra 43



Fonte: Da Autora (2024)

Imagem 24– À esquerda - quadra 43, esquina com Rua 10



Fonte: Da Autora (2024)

O cenário apresentado é a Rua 10 onde está centralizado o comércio do bairro, que a priori eram lotes residenciais que foram adaptados para o comércio. A rua é atravessada por outras 20 (vinte) ruas, mas a presença de comércio é destacada a partir da quadra 39 até a quadra 47. onde está localizado o último empreendimento. No trajeto encontramos diversos tipos de serviços, alimentícios, estéticos, papelaria, assistência técnica de celulares e variedades, até empresas que oferecem serviços como pagamento de contas, realização de crédito e financiamento.

Os dois pontos comerciais apresentados na imagem 21 são de proprietárias diferentes e desde 2022 quando iniciamos a pesquisa têm sofrido constantes

modificações. Inicialmente na esquina era localizado um salão de beleza que pertencia à vizinha do estabelecimento, no ano seguinte, em 2023 a cabelereira resolveu instalar o salão na frente do seu domicílio onde seria a varanda ou garagem. O antigo local agora é locado para uma empresa de serviços bancários, empréstimos e financiamentos.

A imagem 22 é do maior ponto comercial, o único supermercado do bairro. O espaço construído refere-se a duas unidades habitacionais que sofreram mudanças para adequar-se a proposta do empreendimento. Ao lado existe um trailer anexado à residência onde são realizadas diurnamente venda de lanches, na calçada atrás do trailer estão localizadas as mesas e cadeiras para atendimento ao público.

A imagem seguinte (23) apresenta os serviços de assistência e manutenção técnica de aparelhos eletrônicos. No vizinho está um dos empreendimentos mais comuns no bairro, o de venda de bebidas, estando presente em diversas áreas do bairro, porém, não adentraremos na discussão da relação entre clientes e fornecedores deste serviço, de modo, que nossa análise consiste em identificar uso e apropriação dos espaços independentemente dos seus fins.

Finalizando nossa descrição, a 24 refere-se ao único ponto de revenda de medicamentos, sido construído em junho de 2024, tendo visto que anterior a esta data não havia esse tipo de atendimento, sendo necessário o deslocamento para bairros próximos. O dado apresentado possibilita pensar que a opção por este atendimento possa ter surgido após a instalação da Unidade Básica de Saúde do bairro, que mesmo sendo provisória demanda um mercado de aquisição de medicação para uso pessoal.⁶⁵

Nesse contexto, a mutação constante nesta área também pode ser justificada pelas necessidades de se adequar à transição de moradores do bairro, de forma que o movimento das pessoas possa estar relacionado ao surgimento de novos empreendimentos comerciais o objetivo de fortalecer a dinâmica intra bairro.

Com as representações comerciais situadas no conjunto observamos que o comércio está em ascensão no bairro, de forma que ao longo dos dois anos em campo percebeu-se o crescimento de serviços disponíveis aos moradores, dispensando algumas idas ao centro da cidade, e assim, melhorando a economia com a produção de renda extra e facilitando o acesso à serviços e produtos, como estratégias realizadas pelos moradores

⁶⁵ Em campo não obtivemos contato com o proprietário do estabelecimento, somente com um funcionário que nos informou que ele estaria em viagem. Posto isto, por estarmos nas análises conclusivas do campo, inviabilizou-se o contato com possível interlocutor.

para adequar o espaço às necessidades e desejos, e assim, estabelecendo vínculos e identificações com uso e apropriações.

A relação de apropriação dos espaços no Jardim Aulidia remete ao apresentado por Souza (2021:16), na ocasião realizou-se um estudo de caso os baixios de viadutos, Prefeito Negrão de Lima e Silas de Oliveira, ambos no bairro de Madureira, que detinha como objetivo investigar até que ponto esses espaços apropriados, seus elementos físicos e as atividades praticadas contribuem para a consolidação do espaço como representação de um grupo social, na articulação e coesão entre as diferentes áreas do entorno. Em consonância com nosso objeto, consideramos que assim como em Madureira, ocorreu uma materialização da vocação do espaço apropriado que se relaciona com a necessidade local, e, portanto:

Surge devido a uma série de fatores que incidem nessa realidade, seja a localização, condições físicas e potenciais [...] onde a população capta a competência de um determinado lugar para suas práticas. Assim, são os lugares, oriundos de uma sensibilidade cidadã nascida da prática que se manifesta com usos não programados pelos projetos oficiais, mais flexíveis e abertos a novas possibilidades. (SOUZA, 2021:16)

Sob esse olhar, mesmo sendo proibido pelo PMCMV, a Rua 10 adquire novo formato, constituindo-se em uma área de referência econômica, onde os espaços que a princípio seriam varandas ou garagens para uso e vivência familiar, tornam-se um espaço significativo dentro do bairro. A transformação destes espaços que seriam apenas residenciais, convertem-se em um lugar cheio de significações, com identidades coletivas que apresentam um ordenamento diferente do planejado no projeto habitacional, mas também dinamizam interações autênticas e diversas entre os moradores, assim como a construção de memórias coletivas.

Por conseguinte, “o espaço apropriado bem-sucedido mostra que a partir de decisões articuladas, a localização, o fluxo [...] podem levar a coesão de diferentes espaços e reintegrar um terreno fragmentado a malha urbana, para uso efetivo da população” (SOUZA, MARTINS. 2021: 17). As articulações comerciais desenvolvidas no bairro podem ser vistas como ações que buscam visibilidade e valorização do território, visto que até então é percebido como segregado das demais áreas da cidade, principalmente da área comercial.

A percepção apresentada dá-se pela “a expansão descontínua da marcha urbana que aumenta as distâncias, encarece os investimentos para a implantação de serviços públicos, eleva os custos de operação e de manutenção e reduz o aproveitamento *per*

capita dos equipamentos existentes. (MARICATO, 1982: 58). Deste modo, a escassez de transporte público no bairro encarece os produtos de consumo pessoal ao ser adquiridos fora dele demandando um alto valor de custo, tendo visto que a mobilidade dos indivíduos, assim como dos produtos adquiridos pode variar de R\$ 20 a 30,00 (vinte a trinta reais) a cada percurso sendo realizado por transportes alternativos.

Assim, “o espaço construído é um elemento constitutivo da própria cultura e confere ao modo de vida vigente o seu caráter peculiar” (Mello & Vogel, 1984: 48). Por esse motivo através da caracterização da Rua 10 pelos seus domiciliados é possível afirmar que a apropriação destes espaços auxilia em suprir necessidades intrínsecas não só comerciais, como de lazer e entretenimento, tendo visto que nessa mesma área encontram-se estabelecimentos de culinária que movimentam o espaço principalmente aos finais de semana. A prática se manifesta de maneira conveniente aos moradores do conjunto tendo visto que se encontram distantes dos locais de movimentação noturna da cidade.

O entretenimento oferecido é reconhecido por habitantes de outras áreas da cidade trazendo-os para dentro do bairro, e assim, possibilitando interação entre ambos, deste modo, ocorre uma reorganização no espaço construindo uma identidade e convertendo-o em lugar, ao atribuir novas características que vão além das residuais, envolvendo vivência, sentimento, memórias e ações praticadas no local. Outro fato interessante é que tal relação ao promover a circulação de indivíduos propõe algo positivo pelo fato de cruzarem esses espaços sem a preocupação de se depararem com um território hostil que despertaria uma sensação de insegurança.

A identificação destes espaços como comerciais e residenciais, ou apenas comerciais, associa-se ao apresentado por Souza e Martins (2021: 26) compreender como se estabelece a relação entre o indivíduo e o meio ambiente construído requer entendimento de que cada pessoa apresenta diferentes maneiras de se relacionar com o espaço. Nessa perspectiva, as questões da trajetória de campo possibilitaram identificar que os lugares surgem das necessidades dos usuários e assim constituindo a intervenção do indivíduo como a parte indispensável na dinâmica urbana de construção desses lugares. Portanto, a forma como as dinâmicas são desenvolvidas pelos usuários, seja na permanência ou por um determinado tempo, influencia o espaço e afeta as pessoas que se relacionam com ele, desenvolvendo uma reciprocidade.

3.4 Espaços de Uso Coletivo

Essas pessoas “buscam um lugar que consiga suprir as necessidades tanto objetivas quanto subjetivas, considerando que um lar não é só a dimensão física, mas também a dimensão emocional que carrega memória e sentido de pertencimento” (RAMONES, 2023:16). Com a construção de novos sentidos e ressignificações é que as casas deixaram de ser um simples lugar de moradia e passaram a ser lar, atendendo as particularidades de cada indivíduo, como necessidades de conforto, intimidade, sentido de pertencimento e de bem-estar físico.

Porém, os moradores que passaram pelo remanejamento de endereço e vieram morar neste bairro, depararam-se com a ausência de determinados serviços, inclusive como a disponibilidade de espaços de uso coletivo. Posto isto, a abordagem desta problemática poderia ser vista como uma possível causa da divisão social que resultou na distinção entre moradores determinada pela quadra em que residem.

No percurso de dois anos em campo desde das observações flutuante até a participante, este detalhe sobressaiu, como que um bairro distante do grande centro e com quase 3 mil habitantes dispõe apenas de dois espaços para uso coletivo? Trata-se de quadras poliesportivas que foram construídas para prática de esportes e que estão localizadas ao final da quadra 56 e 57 e ambas com estruturas comprometidas e abandonadas, conforme exposto abaixo:

Imagem 25- Quadra poliesportiva da Quadra 56



Fonte: Da Autora (2024)

Imagem 26– Quadra poliesportiva da Quadra 57



Fonte: Da Autora (2024)

As imagens foram registradas a certa distância para proporcionar melhor visibilidade na área onde estão situadas, assim, vemos que as duas encontram-se em espaços amplos, próximas as ruas de acesso, considerando a quadra 56 é uma avenida

dentro do bairro (Avenida do Acesso), isto permitiria melhor interação, assim como fácil acesso ao ambiente, porém, conforme o registro, percebemos a utilização do espaço para acumulo de entulhos, assim como o recipiente destinado a armazenar substâncias inflamáveis que avistamos no espaço desde 2022. Quanto a da quadra 56, ela está em um espaço de divisa, ao final da 58 e início da 57, dispondo de um espaço menor, mas com os mesmos problemas apresentado pela anterior, com acumulo de entulhos, vegetação alta e rupturas na estrutura.

As áreas apresentadas foram inauguradas junto às etapas I, II e III (2018 - 2019) referente às unidades habitacionais localizadas da quadra 36 até a 47 que estão situadas próximas a entrada do bairro, ou seja, na extremidade oposta das áreas desportivas. A entrega das demais unidades demoraram devido as adversidades que foram explanadas anteriormente, comprometendo a ocupação das residências próximas ao espaço público, ocorrendo apenas em 2020, dois anos após a chegada dos primeiros moradores.

Em conversas com os moradores que moram próximo a área de desporto, soube que quando chegaram ao local em meados de 2020, o espaço já estava em condições danificadas, mas ainda havia o uso do espaço por algumas crianças e adolescentes, diferente dos dias atuais em que raramente são utilizadas para diversão devido os problemas na estrutura e nos arredores.

Desde a sua construção não passaram por reformas, inclusive, está em fase de finalização a construção de outro espaço de desporto localizado na quadra 39 próximo a entrada do bairro e ao lado da obra da Unidade Básica de Saúde do bairro, ambos com previsão de inauguração até final de setembro de 2024. Diferente das duas anteriores ela dispõe de rampas que permitem a prática do skate, porém, o espaço é menor que as duas anteriores.

Diante do contexto apresentado, percebemos o que a ausência de espaços para integrarem os moradores e possibilitar novas conexões, são prerrogativas importantes das políticas habitacionais que não foram cumpridas, o que estimula problemas que afetam a sociabilidade dos grupos que domiciliam no bairro, de modo que as relações de convivência, assim como a formação de vínculos no Conjunto Habitacional ficam comprometidas, conforme Rufino (2015: 69) identifica:

A precariedade dos espaços coletivos e a ausência de espaços públicos que estimulem a integração e sociabilidade nos empreendimentos [...] reforçam ainda mais uma urbanização privatizada que tende a exacerbar a segregação e guetificação dos mais pobres na cidade. (RUFINO, 2015: 69)

Entendemos, assim como o autor que a apropriação destes espaços compõe o processo de experiência cotidiana, ou seja, é uma parte da dimensão do vivido pelos residentes do Conjunto. Deste modo, a hipótese, assim como Vogel; Mello (2015: 294) “toda prática do espaço releva de uma teoria implícita, cuja formulação se dá a partir de um sistema classificatório dos espaços e das atividades. Para além da materialidade de ambos, existe uma dimensão simbólica.” E são estes símbolos que determinarão o aproveitamento dos lugares, indicando pertinências e impertinências, semelhanças e diferenças, constituindo uma prática ao mesmo tempo que se estrutura em função das ações, assim como estruturante com relação a certos valores presentes no conjunto.

Nessa perspectiva, os espaços públicos urbanos com todas as suas nuances e diversidades constitui-se como o lugar da construção e reconstrução ininterruptos a partir das ressignificações, tornando-se um produto do qual a sociedade atua como agente transformador ao mesmo tempo em que é transformada e abarca diversas relações dinâmicas que podem ser agregadoras ou desagregadoras. (LIMA; PEREIRA. 2022:89). Com a situação da infraestrutura dos espaços públicos dentro do bairro, observamos que a interação mantém-se comprometida pela ausência de locais que permitam uma rede de solidariedade entre os moradores, de forma que não há uma integração entre os domiciliados de quadras diferentes, e assim, construindo uma ruptura de vínculos e fragilidade no processo relacional no novo endereço.

Diante das circunstâncias, podemos dizer que desconsiderou-se as particularidades que cada área a partir do processo de ocupação das habitações devido à demora na entrega de todos os imóveis, de modo que até a presente ainda faltam ser entregues mais de 500 (quinhentos), assim como na quantidade de espaços públicos disponíveis aos moradores, gerando uma instabilidade expressiva devido a dimensão socioespacial do bairro o que prejudica a sociabilidade intra bairro, como a convivência comum e o contato com o outro. Posto isto, Lima e Pereira (2022: 90-91) nos diz que:

É importante mencionar que é a moradia o lugar central de onde as relações se congrega. É a partir desse ponto central a base em que vão se construindo essas redes de sociabilidade e de apego a um dado local. A partir desse centro, as redes vão se ramificando para os pontos mais próximos do espaço geográfico, a vizinhança. Ocorre que a vida em contatos superficiais e transitórios entre os indivíduos impedem que os laços de afeto e de confiança se desenvolvam, prevalecendo entre eles um espírito de concorrência, engrandecimento e exploração mútua. (LIMA; PEREIRA. 2022: 90-91)

Então, ao direcionarmos nosso olhar para estes espaços dentro do lócus, pudemos ver uma interação diferente da proposta, não havendo atividades em comum a partir da articulação dentro destes locais, assim como elementos construtivos que os articulem como uma rede que fosse capaz de associar diversas pessoas mesmo sendo de grupos heterogêneos. É importante destacar que a apropriação destes espaços também faz parte da construção social do grupo, consolidando-se a partir do contato, convívio entre os indivíduos, ou seja da relação do sujeito com o espaço de vida, incluindo atividades sociais, costumes e ritos.

Dessa maneira, excluídos de uma sociabilidade, o indivíduo passa a ter a sensação de rompimento e desordem levando-o a individualidade e conseqüentemente ao aniquilamento do capital social possível entre grupos. Sendo assim, a convivência ou as relações entre as pessoas, assim como as formas de sociabilidade, os fluxos, o entorno, as diferentes formas de interagir com o espaço público e a cultura podem influenciar e gerar diferentes maneiras de apropriar um mesmo espaço, onde nem sempre os espaços públicos, podem ser vistos como arenas da diversidade.

Lima e Pereira (2022:95) ressaltam que os espaços públicos, bem como os centros comerciais e equipamentos públicos quando inseridos nos bairros, são importantes elementos de promoção da sociabilidade. Portanto, espaços como estes, segundo a autoras são vistos como habitáveis, propícios à unidade de pessoas e suscetíveis a criação de relações de amizade, assim como laços sociais.

Posto isto, surgiram indagações pertinentes em relação a importância destes espaços dentro desses territórios que são vistos como periféricos e guetificados: Poderíamos dizer que os residentes encontraram outras formas de interagir para além da estabelecida no projeto habitacional? Assim, ocorrendo em espaços como bares, igrejas e até mesmo nos grupos de WhatsApp dos moradores, de modo que poderíamos dizer ainda que menos interação ocorra em relação a área estigmatizada intra bairro motivada pelos discursos construídos dos domiciliados das primeiras ruas em relação ao das últimas ruas.

Diante disso, a ausência de espaços sociais representados por equipamentos públicos dentro do conjunto habitacional implica em elementos que colaborariam para a aproximação, reconhecimento de afinidades e convivência entre os moradores. As interações constatadas foram os poucos agrupamentos entre vizinhos moradores da mesma rua que se sentam nas calçadas, ademais, consiste em formalidades de

cumprimentar transeuntes e conversar sobre trivialidades, o que demonstra a falta de laços mais estreitados entre moradores de áreas distantes dentro do bairro.

Como consequência, a construção de vínculos no Conjunto nesses seis anos ocorreu de forma moderada, sendo percebido nas relações que se delimitam aos vizinhos das casas ao lado ou da mesma rua, o que tende a fortalecer a estigmatização territorial favorecida tanto pelo distanciamento geográfico dentro do bairro, assim como mínima integração entre os moradores. Posto isso, os moradores tendem a ser afetados pelo medo, desconfiança, além da sensação de isolamento e falta de pertença ao local em que vivem.

Por fim, constatamos que a construção e manutenção de espaços de convívio social no Conjunto Habitacional Jardim Aulidia são imprescindíveis para construção de sociabilidade, a fim de promover a boa convivência local e constituir expressões simbólicas de pertença e identidade de grupo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho apresentado tentou-se compreender como são desenvolvidas as políticas de moradia na cidade de Açailândia que fica localizada ao sudoeste do Maranhão, a partir do conjunto habitacional do programa minha casa, minha vida jardim Aulidia, deste modo, os vínculos relacionais entre os atores sociais do conjunto foram imprescindíveis. Da mesma forma, buscou-se entender a influência da relação entre o indivíduo na vida cotidiana e como isso forma a visão do mundo, assim como a maneira de viver dentro do bairro, possibilitando também conhecer e compreender a dinâmica socioespacial, política e econômica da cidade.

A moradia na atualidade tem-se mantido como um dos grandes problemas, principalmente em países como o Brasil que são considerados em desenvolvimento. Mediante esse fator, o grupo com menor poder aquisitivo são os mais atingidos com a falta de realização em adquirir moradias dignas, de modo que conforme exposto no trabalho mantêm-se como desejo essencial para realização cidadã. Diante da proposição, a análise da moradia popular, assim como o progresso da sua relação com a cidade, bem como, os aspectos que orientam as políticas urbanas em relação a este projeto habitacional podem contribuir para uma reflexão das possíveis soluções deste problema que atinge parte da população mundial.

Inicialmente, fez-se necessário um breve apanhado do histórico da política habitacional no país, datando desde a velha república até a formulação do Programa Minha Casa, Minha Vida. Em seguida em contexto micro, adentramos na trajetória do programa habitacional no estado do maranhão, assim como em Açailândia para que pudéssemos entender o contexto histórico de moradia do viés macro ao macrosociológico.

Adiante, entendendo que no espaço urbano há um conjunto de práticas que numa leitura inicial não seriam perceptíveis e passíveis de análise e conseqüentemente de compreensão, a metodologia etnográfica foi fundamental ao permitir resgatar a dimensão de incorporação dos atores e suas práticas no lócus, assim como demais pontos de vista sobre a dinâmica do bairro em relação à cidade. Dessarte, a etnografia em campo foi essencial por possibilitar uma imersão no cotidiano, assim como maior proximidade dos nossos interlocutores sendo traduzidos de modo mais sincero à maneira real de como usufruem e se relacionam com e no espaço.

Nesse viés, a observação para além da conversa validou o método, dado que muitas vezes não se conseguia captar apenas em conversas as informações desejadas, diante disso, a união de ambos os recursos nos levou a uma compreensão mais ampla e consistente da realidade. Com a prática metodológica, o trabalho alicerçou-se em investigar as transformações, uso e apropriação, assim como as produções da vida coletiva no Jardim Aulidia, e partir disso, compreender como as adversidades existentes poderiam influenciar na rede desenvolvida entre os moradores e seus arredores.

Desse modo, foram identificados os atores sociais que compõem o espaço habitacional, tendo visto que um quantitativo relevante não ingressou no espaço pela categoria proposta do projeto habitacional, mediante isso, pudemos captar as formas de organização social a partir das alterações na estrutura dos imóveis, permitindo uma análise mais perspicaz das práticas sociais e suas interações, tais como os processos de diferenciação interna visto aqui como táticas de distinção entre os moradores.

No percurso identificamos que a construção de casas populares tende a ser favorecidas em função do montante de recursos disponíveis, do método privado de produção, da rapidez e da facilidade proposta aos municípios e estados que constroem esses modelos de casas em seus territórios por intermédio de construtoras, assim como do vínculo com a Caixa Econômica.

Desse modo, a definição dos projetos, assim como a localização promovem um padrão de solução arquitetônico e urbanístico com técnicas construtivas que independem das condições bioclimáticas locais, assim como das características físicas dos terrenos, conforme observado no Jardim Aulidia. Do mesmo modo, o município limitou-se a aprovar o empreendimento habitacional, mesmo que para isso tenha sido necessário flexibilizar legislações para adaptar-se ao modelo do Programa e dessa forma permitindo a construção numa área mais barata, longe do centro da cidade e próximo a outros bairros que até então, detinham características pejorativas, além disso, o local hoje inserido à malha urbana, antes era uma propriedade rural.

Outro fator presente no conjunto em destaque, é que assim como em outros empreendimentos do programa, existe o baixo investimento em equipamentos sociais que viabilizem a vida dentro destes espaços, reproduzindo um padrão de segregação e ausência de urbanidade, inserindo novos custos de vida, tal como a ausência de transporte público para moradores e uma infraestrutura inadequada, esta última, tendo sido a principal justificativa na demora de entrega dos imóveis. Além disso, há problemas na oferta de serviços urbanos apropriados que comprometem o desenvolvimento econômico

e humano podendo ser visto com um condutor da não permanência das famílias contempladas pelo programa dentro do bairro.

Informações como as apresentadas configuram que o conjunto habitacional tende a ser influenciado pelas características de implantação, assim como a localização que em alguns momentos afeta a relação entre moradores do conjunto com o de demais bairros da cidade devido o estigma de marginalização do local. Em contato com os moradores observamos que a estigmatização não ocorria apenas fora, mas, dentro, de modo que ocorria uma distinção entre os indivíduos a partir do endereçamento dentro do bairro, havendo a divisão entre a “área nobre” sendo chamada assim as quadras próximas a entrada do bairro por alguns moradores, do mesmo modo, as localizadas nas últimas quadras assumiam a característica de violentas e perigosas.

Em vista dessa relação refletimos se o desconexo nos endereços ocasionado pela entrega alternadas das etapas poderia ter influenciado na conduta de estigmatização entre os domiciliados das primeiras e últimas quadras, assim como questões de distinção realizada pela estrutura física dos imóveis, considerando que foi notado que os localizados nas primeiras etapas entregues denotam o maior número de modificações, principalmente com construção de muros. Porém, compreendemos que esse dado pode ter interferência na construção de laço com o local, assim como a vizinhança, de modo que notamos que as mudanças características dos imóveis ocorrem pela identidade singular pretendida por cada morador.

Em síntese, faz-se necessárias maiores reflexões e debates sobre as particularidades que entrelaçam os percalços dos projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida, de modo a proporcionar um olhar a respeito do aspecto social de transformação do espaço para construção de símbolos que estabeleçam pertinências e impertinências, semelhanças e diferenças, sendo este, um componente importante para o indivíduo sentir-se membro e permita construir vínculos, estimulando a sociabilidade, o capital social e o desenvolvimento socioeconômico entre moradores.

À vista disso, ressaltamos a importância em avaliar os efeitos da configuração de conjuntos habitacionais a fim de produzirem espaços mais qualificados que possibilitem o convívio entre moradores não só do conjunto como entorno dele e assim formar o sentimento de pertencimento e cidadania. Podemos dizer ainda, que o Estado têm sido historicamente o responsável em distanciar residências, ao aplicar investimentos de forma diferente em áreas residenciais de modo que são estabelecidos estímulos e um conjunto de regras que define o uso e ocupação do solo em uma cidade, estabelecendo

quais atividades podem ser realizadas em cada local, assim como outras normas de ocupação do espaço consolidando a segregação, atuando, como agente punitivo, via de regra na tentativa de colocar os pobres em seu devido lugar.

As observações junto aos conceitos bibliográficos permitiram identificar usos e apropriações do espaço a partir da análise das relações sociais dos atores que habitam o conjunto habitacional, de modo, que possibilitou compreender como são desenvolvidas as dinâmicas sociais do bairro. Por agora, podemos perceber que o Jardim Aulidia é um espaço mais espontâneo, produzido gradativamente pela prática compartilhada e dialógica cotidiana de negociação. A pesquisa não está desvinculada da prática urbana da cidade, o planejamento urbano e a cidade andam juntos, portanto, conhecer como são desenvolvidas as relações neste espaço é imprescindível para compreendermos como é edificada a formação social e espacial de Açailândia.

REFERÊNCIAS

- AMORE, C.S. **Minha Casa Minha Vida para iniciantes**. In: AMORE, C.S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. *Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 11-28.
- BRASIL. **Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964**: Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Brasília, 1964.
- _____. **Estatuto da Cidade**. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas 3. ed. – Brasília: 2008. 102 p.
- _____. **Lei nº10.998, de 15 de dezembro de 2004: altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH)**. Brasília, 2004.
- BECKER, Bertha k. **A implantação da rodovia belém-brasília e o desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 32-46, 1977.
- BONDUKI, Nabil G. **Origens da habitação social no Brasil**. *Revista Análise Social*, vol. XXIX, 1994. p.711-732.
- _____. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula**. *Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n.1, p.70–104, 2008.
- _____. **Do Projeto Moradia ao Programa Minha Casa, Minha Vida**. 2009. *Revista Teoria e Debate*.
- _____. **Habitação no Brasil: uma história em construção**. 2013.
- BORGES, Antonádia Monteiro **Tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos da política** / Antonádia Borges. – Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.
- BOURDIEU, P. **Os efeitos de lugar**. In: BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado**. São Paulo: *Revista USP*, 2013;
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cartilha do Minha Casa Minha Vida, 2009**.
- _____. **Cartilha do Minha Casa Minha Vida 2, 2011**.
- _____. **Caderno de Orientação Técnico Social**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2013.
- CARDOSO, A. (2003). **Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas**. *Revista Proposta*. Rio de Janeiro, n. 95, pp. 6-17.
- Cardoso, C. E. P. (2008). **Análise do transporte coletivo urbano sob a ótica dos riscos e carências sociais**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP.
- _____; JAENISCH, S.; ARAGÃO, T. (2017). **22 anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise**. Rio de Janeiro, Letra Capital.
- CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. In: ____ (org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013, p. 7-16.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever**. In: *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da UNESP, 1998. Pp. 17-35.
- CARNEIRO. A.E.L. **A CIDADE E A PRAÇA - Interações, práticas e atores sociais da Praça da Bíblia – ACD**. Trabalho de Conclusão de Curso. Imperatriz. 2018.

CHAVES, C. **Quanto vale a minha casa? A comercialização dos imóveis faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Natal**. Dissertação de mestrado. Natal, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2019.

CLAVEL, Maitê. **Cidade e culturas**. In:_____. **Corpos e cenários urbanos: Territórios urbanos e políticas culturais**. [Organizadores]: Henri Pierre Jeudy e Paola Berenstein Jacques. Tradução: Rejane Janowitz. Revisão técnica: Lílian Fessler Vaz. - Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2006. p. 67_74.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **Sossega moleque, agora você mora em condomínio: Segregação, gestão e resistências nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro**. Curitiba: Appris, 2018.

_____. **Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistência nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro**. Tese (doutorado). UERJ. 2016

_____. **Diz-me onde moras e te direi quem és': um estudo de hierarquia habitacional na Cidade Alta Rio de Janeiro**. Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas (Online), v. 14, p. 120-138, 2013.

DAVIES, F. A. **Produzindo a “região olímpica de Deodoro”**. In: 29º Reunião Brasileira de Antropologia. Associação Brasileira de Antropologia: Natal, Anais. 2014.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. 1948.

DECRETO- LEI N. 9.218, de 1º de maio de 1946. Instituição da Fundação Casa Popular. Coleção de Leis do Brasil - 1946, Página 98 Vol. 3 (Publicação Original).

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2013.

KRAUSE, Cleandro; NADALIN, Vanessa Gapriotti; PEREIRA, Rafael H. M.; SIMÕES, Pedro Reis. **Programa Minha Casa Minha Vida: avaliações de aderência ao déficit habitacional e de acesso a oportunidades urbanas**. Rio de Janeiro: Ipea, junho, 2023.

LEI MUNICIPAL Nº 321 de 14 de dezembro de 2009. Quotas específicas de moradias populares no sistema municipal de habitação de interesse social – SMHIS. Prefeitura Municipal de Açailândia. 2009.

LIMA, Andreia Ferreira; PEREIRA, Ante Marília. **SOCIABILIDADE EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**. ACTA Geográfica, Boa Vista, v. 16, n. 41, maio. /ago. 2022. Pp. 86-110.

LOURENÇO, Emília Uema. **O Fenômeno da Gourmetização**. 2016. 62 f. Projeto Final (Bacharel em Publicidade e Propaganda) – Departamento de Audiovisual e Publicidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

MAGNANI, J. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 49 – São Paulo, junho de 2002.

MARMANILLO, Jesus; CARNEIRO, Antônia Eliane Lobo; PEREIRA, Ana Paula Pinto. **O Google street e as imagens da cidade: Experiências e diálogos de pesquisas urbanas no sudoeste do Maranhão**. Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia, v.3, n.7, p. 83-96, março de 2019. ISSN 2526-4702.

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no regime militar**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **A produção capitalista da casa e (da cidade) no Brasil industrial**. Alfa-Omega. 2ª edição. São Paulo. 1982.

_____. Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação. Cadernos metrópole. 2009. p. 33-52.

_____. **Para entender a crise urbana**. Editora Expressão Popular. V. 1. São Paulo. 2015.

_____. **O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada.** Carta Maior, São Paulo, 27 maio 2009. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16004.

Acesso em: junho 2024.

GONÇALVES, R. S.; MARTINS, Maíra Machado. **A atualidade do pensamento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos.** Rev. Adm. Munic. ; 289: 25-34, mar. 2017.

MACHADO-MARTINS, Maíra. **Os “Condomínios Populares” da Avenida Brasil: uma nova resposta às antigas questões sobre a habitação informal no Rio de Janeiro.** Coleção Pensando o Rio -Políticas Públicas, Conflitos Urbanos e Modo de Habitar. Niterói -RJ. Editora Intertexto. 2015. p. 57-74.

MACHADO-MARTINS, Maíra; TROTTA, Carolina de Carvalho Gambôa. **Espaço programado e espaço criado. A construção da habitabilidade em duas formas de moradia popular.** *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 241.04, Vitruvius, jun. 2020 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.240/7777>>. Acesso em 05 de fev. de 2024.

MÁXIMO, Rérisson; LOPES, João M. A.; PEQUENO, Renato. **Políticas habitacionais e produção do ambiente construído em Fortaleza: algumas facetas dessa relação.** XII Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído. Canela, RS, 2010. Disponível em: Acesso em 08 jan. 2024

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz de. **Segregação e gentrificação: os conjuntos habitacionais em Natal.** – Natal, RN: EDUFRN, 2018. 384p.

_____. **A casa própria: sonho ou realidade: um olhar sobre os conjuntos habitacionais em Natal.** 2007. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** 1981.

MENEZES, Marlucci. 2009. **Das metodologias visuais à uma perspectiva interdisciplinar de abordagem das práticas sociais.** XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Laboratório de Engenharia Civil. Curitiba. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007 (Coleção Temas Sociais).

MINISTÉRIO DAS CIDADES/ SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. **Plano Nacional de Habitação.** Versão para debates Brasília: 1ª impressão. 2010. 212 p.

MIRANDA, A.; FERREIRA, G.; OLIVEIRA, L. DE; GOMES, S. **O SURGIMENTO DA GOURMETIZAÇÃO NA GASTRONOMIA. ENCONTRO INTEGRADO DAS FACULDADES SENAC EM MINAS** - ISSN: 2965-3800, v. 1, n. 1, 3 ago. 2022.

MORAIS, Maria da Piedade. **“Breve histórico sobre o quadro atual da habitação no Brasil”**, in Políticas sociais. São Paulo, 2002.

NASCIMENTO, Evangelista M. **Açailândia e sua história.** Ed. Ética. Imperatriz/MA. 1998.

_____. **Maranhão, Açailândia e sua história.** Gráfica Brasil. Imperatriz/MA. 2008.703p.

NORBERT Elias. SCOTTON John L. **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder.** Zahar. Rio de Janeiro. 2000.

OLIVIERI, Silvana. **Quando o cinema vira urbanismo: o documentário como ferramenta de abordagem da cidade.** Dissertação de mestrado. Salvador: PPG-AU/FAUFBA: 2007.

PARK, Robert E. 1967. "**A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**". In: Otávio G. Velho (org.). 1967. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar. pp. 29-72.

PEIRANO, Mariza. "**Etnografia, ou a teoria vivida**". PontoUrbe, ano 2, versão 2.0, fevereiro de 2008.

PRIMO, Ariel C. **Panorama Histórico de Açailândia**. 1987.

REDE CIDADE E MORADIA. **À guisa de conclusão: nota pública da Rede Cidade e Moradia**. In: AMORE, C.S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C..Minha casa... e a cidade? Avaliação do programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, p. 417-420.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – Ciclo 2020. Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas. Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria. 2020.

REZENDE, Teotônio C. **Fontes de Financiamento de Longo Prazo: O caso do financiamento habitacional**. Brasília: CEF, 2007.

ROLNIK, Raquel. **Cada Um no Seu Lugar! São Paulo início da industrialização, geografia do poder**. São Paulo, 1981. Dissertação de mestrado defendida na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo.

_____. **As armadilhas do pacote habitacional**. Le Monde Diplomatique Brasil, 2009. Disponível em: Acesso em 10 mar. 2024

RUFINO, M. B. C.. **Um olhar sobre a produção do PMCMV a partir de eixos analíticos**. In: Caio Santo Amore; Lucia Zanin Shimbo; Maria Beatriz Cruz Rufino. (Org.). Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, v. 1, p. 52-70.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007. Disponível em < [desenvolvimento como liberdade \(wordpress.com\)](http://desenvolvimento.como.liberdade.wordpress.com). Acesso em 05 de nov de 2023.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais de Sociologia: Individuo e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Sociabilidade – um exemplo de Sociologia pura ou formal**. In: MORAES FILHO, Evaristo (org.). Simmel: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983, pp.165-181.

_____. **A natureza sociológica do conflito**. In: MORAIS, Evaristo (Org.). Simmel: sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1983. p. 122 -124.

_____. O estrangeiro. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. V. 4, n. 12. 2005.

SILVA, Cecília M. G. **Habitação rural: uma luta por cidadania**. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. 2014. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde.../ME_CECILIA_GRAZIANO.pdf>. Acesso em 15 dez. 2023.

SILVA, Luiz Octávio. **O surgimento da habitação social e a experiência da Viena Vermelha** in *Cadernos IPPUR*. Vol. XV, nº1, jan./jul 2001. Rio de Janeiro, UFRJ. p. 97-117.

SOUZA. Clara Raissa Pereira. **POLÍTICA DE HABITAÇÃO RURAL NO MARANHÃO: DA MORADIA CAMPONESA À “CASA DO GOVERNO”**. Dissertação. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional

da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós- Graduação da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.2017. São Luis.

SOUZA, Karoline Azeredo De. **De espaço a Lugar: Um estudo sobre a dimensão humana e a coesão socioespacial de Madureira.** Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2021.

SOUSA, James Charles Ruas Machado de. **Programa Minha Casa Minha Vida em Pernambuco: formulação, implantação e avaliação.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2012 – Recife, 2012.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948 Brasília 1998 Representação da UNESCO no Brasil. Brasília. 1998.

URIARTE, Urpi Montoya. **O que é fazer etnografia para os antropólogos?** *Ponto Urbe* [online], 11 | 2012.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VALENÇA, M. M. (2003). **Habitação: notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar.** Cadernos Metr pole. São Paulo. N. 9. pp. 165-171.

VELHO, Gilberto. **Observando o familiar In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.36-46.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organiza es populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.